

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

LAURA FERREIRA GUERRA

DA DEPOSIÇÃO DE JOÃO GOULART AO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF:

Um estudo comparativo de editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*

São Leopoldo

2018

LAURA FERREIRA GUERRA

**DA DEPOSIÇÃO DE JOÃO GOULART AO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF:
Um estudo comparativo de editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo***

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Fausto Neto

São Leopoldo

2018

G934d

Guerra, Laura Ferreira.

Da deposição de João Goulart ao impeachment de Dilma Rousseff: um estudo comparativo de editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo / Laura Ferreira Guerra. – 2018. 156 f. : il.; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2018.

“Orientador: Prof. Dr. Antonio Fausto Neto”.

1. Editoriais. 2. Jornalismo – Aspectos políticos – Brasil. 3. O Globo (Jornal). 4. Folha de S. Paulo (Jornal). I. Título.

CDU 070.432

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252)

LAURA FERREIRA GUERRA

DA DEPOSIÇÃO DE JOÃO GOULART AO IMPEACHMENT DE DILMA
ROUSSEFF UM ESTUDO COMPARATIVO DE EDITORIAIS DOS JORNAIS
FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO

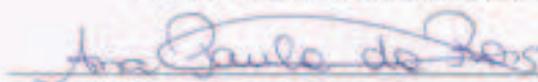
Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre, pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciências da
Comunicação da Universidade do Vale
do Rio dos Sinos - UNISINOS

APROVADA EM 19 DE JANEIRO de 2018.

BANCA EXAMINADORA



PROFA. DRA. NILSÂNGELA CARDOSO LIMA - UFPI



PROFA. DRA. ANA PAULA ROSA - UNISINOS



PROF. DR. ANTONIO FAUSTO NETO - UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador Antonio Fausto Neto pela paciência e dedicação.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos pelas sugestões e indicativos de caminhos possíveis no campo da pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa que contemplou as mensalidades do curso.

Ao professor Demétrio de Azeredo Soster por ter participado da banca da qualificação da dissertação com contribuições valiosas para o desenvolvimento do trabalho. Agradeço às professoras Ana Paula da Rosa e Nilsângela Cardoso pela presença na banca de defesa, pela leitura atenta e, principalmente, pela generosidade em apontar aspectos que me fizeram refletir para além do está materializado no texto. Todas as sugestões tornaram-se motores para a minha breve trajetória como pesquisadora.

Aos meus pais pelo apoio, estímulo e amparo emocional desde sempre.

Aos amigos e amigas que torceram muito e emanaram boas energias.

RESUMO

A dissertação investiga **como operações discursivas manifestadas nas superfícies dos editoriais dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* sobre o impeachment de Dilma Rousseff (2016) atualizam operações inscritas nos editoriais dos mesmos jornais em torno da deposição de João Goulart (1964)**. É um estudo de leitura discursiva (VERÓN, 2004), subdividido em dois níveis de análise à luz dos conceitos de gramáticas de produção, enunciação e contrato de leitura (FAUSTO NETO, 1991; VERÓN, 2004). O primeiro nível, com base nas contribuições de Mouillaud (1997), refere-se às superfícies discursivas, que entendemos como os aspectos gráficos, técnicos e estéticos dos periódicos, que podem indicar níveis de tomada de posição opinativa. Desenvolvemos o comparativo entre edições do jornal *O Globo*, em 1964 e 2016, e *Folha de S. Paulo*, em 1964 e 2016. Por fim, realizamos a análise transversal entre *O Globo* e *Folha*. No segundo nível, o mesmo processo é priorizado em relação às operações discursivas, tendo como objetivo central a recuperação de marcas inscritas na produção do discurso opinativo dos editoriais sobre a deposição de João Goulart (1964) e o *impeachment* de Dilma Rousseff (2016), bem como compreender as diferentes formas da construção discursiva. A cobertura editorial dos acontecimentos remonta dois contextos distintos e, assim, a investigação busca proporcionar reflexões sobre a sociedade dos meios e a sociedade em vias de midiaticização, principalmente no que tange os efeitos na enunciação.

Palavras-chave: Editoriais. Operações Discursivas. Opinião. *O Globo*. *Folha de S. Paulo*.

ABSTRACT

The paper investigates **how discursive operations manifested in the editorials of the newspapers *O Globo* and *Folha de S. Paulo* about the impeachment of Dilma Rousseff (2016) update operations registered in the editorials of the same newspapers around the deposition of João Goulart (1964).** It is a study of discursive reading (VERÓN, 2004) subdivided into two levels of analysis based on the concepts of production grammars, enunciation and reading contract (VERÓN, 2004; FAUSTO NETO, 1991). The first one, inspired by Mouillaud (1997), refers to the discursive surfaces, which we understand as the aesthetic, technical and graphical aspects which can indicate levels of opinion. We developed the comparative between editions of the newspaper *O Globo* in 1964 and 2016 and *Folha de S. Paulo* in 1964 and 2016. Finally, we made a transversal analysis between *O Globo* and *Folha*. The same process was prioritized in discursive operations, with the objective of recovering production conditions from the editorials about the deposition of João Goulart (1964) and the *impeachment* of Dilma Rousseff (2016). The editorial construction of the events goes back two distinct contexts, for that reason the investigation provides reflections on the society of the media and the society in the process of mediatization, mainly its effects on the enunciation.

Keywords: Editorials. Discourse Operations. Opinion. *O Globo*. *Folha de S. Paulo*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 PRÉ-OBSERVÁVEIS: O OBJETO E AS PRIMEIRAS “SUSPEITAS”	15
2.1 INDÍCIOS NA MUDANÇA DO OBJETO EMPÍRICO	18
2.2 DAS ANALOGIAS INFERENCIAIS AO ESTUDO COMPARATIVO.....	23
2.3 OS EDITORIAIS SEGUNDO OS MANUAIS DE REDAÇÃO	28
3 MIDIÁTICO E MEDIATIZADO NO ESPAÇO EDITORIAL DE 50 ANOS	34
3.1 DAS MEDIAÇÕES À MEDIATIZAÇÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS	36
3.2 TRIÁDE TEÓRICA: “GRAMÁTICAS DE PRODUÇÃO”, “ENUNCIACÃO” E “CONTRATO DE LEITURA”	42
3.3 A OPINIÃO ENTRE CONTEXTOS E TEMPORALIDADES	45
3.4 A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO NO NOTICIÁRIO AO EDITORIAL.....	53
4 CONSTRUINDO OS ASPECTOS METODOLÓGICOS	58
4.1 EDITORIAIS: DO JORNAL ÀS PESQUISAS	59
4.2 UNIVERSO E <i>CORPUS</i> DA PESQUISA	68
4.3 LEITURA COMPARATIVA DE EDITORIAIS	71
5 ESTRATÉGIAS DO DISCURSO CONSERVADOR DOS EDITORIAIS	75
5.1 SUPERFÍCIES, DIAGRAMAÇÃO E DISCURSOS.....	78
5.1.1 <i>O Globo</i> (1964; 2016): o processo de flexibilização da opinião única.....	79
5.1.2 <i>Folha de S. Paulo</i> (1964; 2016): do leitor ao Brasil	89
5.1.3 <i>O Globo</i> e <i>Folha de S. Paulo</i> : permanências e discontinuidades nas superfícies discursivas	98
5.2 ENUNCIANDO A OPINIÃO: OPERAÇÕES DISCURSIVAS	100
5.2.1 <i>O Globo</i> (1964; 2016): do comunismo ao lulopetismo	100
5.2.2 <i>Folha de S. Paulo</i> (1964; 2016): 50 anos de “olho” na agenda econômica do país	111
5.3 <i>O GLOBO</i> E <i>FOLHA DE S. PAULO</i> EM TENSÃO ARGUMENTATIVA.....	126
5.3.1 Fazendo operar as gramáticas da cobertura de guerra e da lei: <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i> (1964; 2016)	127
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICE A - LISTA DE EDITORIAIS CONSULTADOS	153

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo investigar a construção midiática jornalística, no âmbito dos editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, sobre dois acontecimentos políticos que marcaram a história brasileira. A deposição de João Goulart (1964) é observada através da problemática do acontecimento histórico trazido à tona a partir de operações discursivas apreendidas no discurso opinativo dos editoriais. O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2016), por outro lado, é o acontecimento presente – igualmente produto da mídia nacional – que aciona relações com o passado. Através dos 52 anos que os separam, o nosso estudo busca atender ao seguinte problema de pesquisa: **como operações discursivas manifestadas nas superfícies dos editoriais dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* sobre *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) atualizam operações inscritas nos editoriais dos mesmos jornais em torno da deposição de João Goulart (1964)?**

Escolhemos os editoriais da *Folha de S. Paulo* e *O Globo* como materiais de análise, pois neles emerge a posição do jornal frente aos principais acontecimentos sócio-político-econômicos do país e do mundo. Trata-se de um espaço singular em que os jornais chancelam a sua opinião e hierarquizam acontecimentos, produzindo um ponto de vista avaliativo e doutrinário sobre episódios fortes o suficiente para ingressarem no discurso opinativo. Assim, se firmam como uma área de conversação específica com seus leitores, uma vez que opinam em nome da instituição jornalística sobre os principais impasses no âmbito social, político e econômico. Lidamos com dois objetos empíricos marcados por temporalidades diferentes das décadas de 1960 e 2010, atravessados por lógicas midiáticas diversas. Apontamos que não se trata de uma comparação entre contextos e, sim, uma comparação entre duas coberturas de acontecimentos que são trabalhadas em operações singulares.

Tal premissa nos situa na problemática discursiva, partindo da noção que define o texto como uma superfície discursiva em contato com um universo maior no qual encontram-se fotos, títulos e charges, por exemplo. Aspecto que acentua a polifonia do jornal, agrupando marcas e operações, formando o que Eliseo Verón chama de “gramáticas de produção”. É um dos conceitos centrais em nossa pesquisa, pois valoriza os processos de construção enunciativa, no nosso caso, impregnados nos discursos dos editoriais. Para fins de condução deste trabalho, realizamos desde logo uma definição do conceito de gramáticas, que resulta da leitura de alguns textos de Verón (1980, 1986) sobre o assunto.

Segundo Verón (1986):

“gramáticas” não tem sentido técnico senão “de saber um conjunto de regras de determinada arte”, regras que descrevem operações que permitem formular a maneira em que o discurso é engendrado em sua produção. [...] Um conjunto de regras que descreve as propriedades pertinentes a um certo discurso [...] (VERÓN, 1986, p.74)

Podemos pensar em gramáticas em termos dos âmbitos de produção e recepção, conforme o raciocínio de Verón (1986, p. 78): “Em princípio, para um conjunto de discursos de certo tipo se pode reconstruir uma gramática de produção, mas, de outro lado, não existe uma só gramática em virtude da não linearidade da relação entre produção e recepção”.

O autor enfatiza o caráter heterogêneo, pois é possível identificar uma gramática com elementos de outras gramáticas também. O pensamento de Verón (1980) indaga de que maneira o sistema produtivo deixa marcas nos produtos, a fim de reconstituir processos discursivos. Ou seja, a nossa preocupação – à luz do conceito de gramáticas de produção – não é exclusivamente com a mensagem ou o conteúdo dos editoriais; e, sim, com os processos que os constituem. Para isso, é necessário recuperar marcas das gramáticas desses jornais cujo funcionamento atualiza, no plano dos editoriais, características dos modos de enunciá-las. Partimos do pressuposto de que todo processo de produção de discursos reúne ressonâncias de outros discursos, sendo possível apreender retóricas de diferentes naturezas, assim como construções gramaticais específicas, hierarquizações do enunciado e enquadramentos temáticos. O conceito de gramáticas de produção não se encerra nesta breve síntese. Pelo contrário, nos acompanhará ao longo do trabalho, mas especialmente na seção **3.2 Tríade teórica: “gramáticas de produção”, “enunciação” e “contrato de leitura”**¹.

Em ambos os períodos, os jornais brasileiros tiveram voz e participação, através dos editoriais, na construção dos acontecimentos: um que resultou na deposição de João Goulart (1964) e o outro no afastamento da presidenta Dilma Rousseff (2016). Mesmo em temporalidades diferentes, esses dois marcos da história política do país se encontram no âmbito do discurso, segundo gramáticas de produção, instigando o problema desta pesquisa.

Nosso objetivo é identificar o que há de específico enquanto *marcas* nos editoriais dos jornais, construídas nas temporalidades estudadas. É preciso destacar o que há de convergente e divergente através da leitura de discursos de caráter comparativo (VERÓN, 2004).

¹ Alertamos ao leitor que esses conceitos são mencionados pela primeira vez entre aspas, mas que, ao longo da pesquisa, utilizaremos sem aspas.

Consultamos edições de janeiro a abril de 1964 e janeiro a setembro de 2016, acompanhando o desenvolver de cada acontecimento desde o primeiro dia dos respectivos anos. Selecionamos 56 editoriais ao total e trabalhamos com fragmentos discursivos deles, sendo assim, primeiro, realizamos uma leitura prévia para depois apreender o trecho ou fragmento que nos interessava. Estabelecemos alguns critérios de seleção através dos seguintes eixos: **(a)** tematizações dos presidentes; **(b)** agrupamentos de gramáticas de outros discursos e imaginários; **(c)** quebras e continuidades no padrão de diagramação; **(d)** contatos do discurso opinativo com outros gêneros e linguagens da mesma página.

A nossa ideia é trabalhar com níveis comparativos: (1) superfícies discursivas² e (2) operações discursivas³, contendo três subdivisões no primeiro e duas no segundo. O primeiro nível é direcionado às superfícies discursivas, inspirado na perspectiva de Maurice Mouillaud (1997), em que percebemos o conjunto de operações de organização gráfica, estética e técnica do jornal, tal como a página em que o editorial está inserido, se mantém regularidade de inserção, quais outros discursos dividem o espaço com o mesmo, se há ou não presença de imagem, charge e infográficos como indicativos do sentido. Buscamos as diferentes maneiras através das quais os jornais exprimem opinião segundo quebras dos padrões de diagramação para enfatizar, dramatizar, radicalizar e chamar atenção do leitor para uma tomada de posição. No primeiro nível, apresentamos três subdivisões, como mencionamos: (a) *O Globo* (1964; 2016); (b) *Folha de S. Paulo* (1964; 2016); (c) *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Assim, trabalhamos com as permanências e descontinuidades entre edições do mesmo periódico ao longo da temporalidade e, após, analisamos ambos de forma transversal.

O segundo nível comparativo relaciona-se com operações discursivas, recuperadas nos fragmentos do corpo discursivo dos editoriais, assim como nos títulos e nas contaminações entre diferentes tipos de linguagem. Isso significa dizer que entendemos uma página de jornal segundo variadas ofertas de sentido a partir das quais os jornais negociam com seus leitores. É a parte do trabalho que exercitamos a busca por marcas inscritas nos textos, investigando o uso de adjetivações, tematizações, modalizações na formação retórica dos jornais (FAUSTO NETO, 1991; PINTO, 1994). Como lidamos diretamente com retóricas opinativas, é essencial recuperá-las para responder ao nosso problema de pesquisa sobre a atualização de operações discursivas dos editoriais de lá para cá. Sugerimos pensar em uma espécie de acervo ou arquivo

² Ver capítulo 5.1 **Superfícies, diagramação e discursos**.

³ Ver capítulo 5.2 **Enunciando a opinião: operações discursivas**.

contendo operações postas em funcionamento durante as rotinas produtivas dos periódicos (FAUSTO NETO, 1991).

A apreensão dessas operações indica certas gramáticas de produção trabalhadas para produzir sentido na processualidade dos acontecimentos. Para isso, seguimos a mesma lógica de organização e sistematização do primeiro nível, só que, neste segundo bloco, sobre as operações discursivas, dividindo-as em (a) *O Globo* (1964; 2016); (b) *Folha de S. Paulo* (1964; 2016); (c) *O Globo e Folha de S. Paulo*.

Destacamos novamente a importância de perceber não apenas o texto em si, mas o que envolve a produção e a inserção dos discursos. O segundo nível tem em vista o arremate das operações para decifrar gramáticas atualizadas, mas sem perder de vista as ponderações acerca das superfícies, que serão apresentadas no primeiro nível. Entendemos que é possível expressar graus variados de opinião tanto pela organização gráfica, estética e técnica quanto por operações discursivas extraídas dos fragmentos textuais dos editoriais. Não propomos uma distinção rígida entre os blocos de análise, pelo contrário, avaliamos importante retomar e conectar dimensões de ambos.

Através da leitura de discurso comparativa (VERÓN, 2004), é possível identificar as diferenças dos conjuntos discursivos, abrangendo ângulos textuais e extratextuais que almejam ir além do conteúdo (enunciado). A nosso ver, é insuficiente manejar os materiais com requisitos conteudistas, porque o que nos interessa é detectar as diferentes operações do discurso e a maneira como são atualizadas segundo o rastreamento de marcas.

Para atingir os objetivos citados, esta dissertação possui seis capítulos, incluindo o texto introdutório (primeiro capítulo) e o conclusivo (sexto capítulo). A partir de agora, especificaremos o que consta em cada um com indicativos assinalados nas notas de rodapé.

O segundo capítulo é focado no relato sobre a construção do projeto de pesquisa, assim como a nossa aproximação com os objetos empíricos. Abandonamos o método dedutivista em que a teoria sobrepõe o objeto; e, pelo contrário, investimos na coleta de indícios e, posteriormente, na realização de inferências sobre eles (BRAGA, 2008), que serão detalhados no capítulo **2 Pré-observáveis: o objeto e as primeiras “suspeitas”**. Intencionamos explicar aos leitores de que maneira os indícios⁴ (BRAGA, 2008) e as analogias inferenciais⁵ (FERIGOLO, 2012; FERREIRA, 2015) contribuíram para a escolha do ângulo de pesquisa. Parte do capítulo é focada na descrição dos jornais *O Globo e Folha* sobre o *status* do editorial

⁴ Ver subcapítulo **2.1 Indícios na mudança do objeto empírico**.

⁵ Ver subcapítulo **2.2 Das analogias inferenciais ao estudo comparativo**.

em seus manuais de redação⁶. Decidimos recorrer aos manuais de redação ainda no âmbito dos pré-observáveis, pois não queremos que os postulados estipulados neles direcionem a análise, articulada no capítulo **5 Estratégias do discurso conservador dos editoriais**, e, sim, que nos sirvam para entender como cada jornal compreende a função dos seus editoriais nas suas rotinas produtivas.

Os mais de 50 anos que separam a década de 1960 e 2010 constituem a discussão teórica do capítulo **3 Midiático e midiaticado no espaço editorial de 50 anos**. Buscamos associar o funcionamento dos dois jornais nesses dois períodos. Essa discussão⁷ é iniciada com os conceitos de mediação (MARTÍN-BARBERO, 2003) e midiaticação de acordo com diferentes recortes de autores que se dedicam a pensá-lo⁸. Alicerçados às dinâmicas temporais e narrativas de cada período, os meios ganham repercussão teórica, especialmente sobre o estatuto adquirido por eles em cada um dos contextos. Essa parte inicial oferecerá subsídios para o debate⁹ em que, a partir da tríade teórica gramáticas de produção, enunciação e contrato de leitura, refletiremos sobre os efeitos da sociedade dos meios e da sociedade em vias de midiaticação na enunciação. Consideramos essa tríade conceitual como um suporte para complexificar os objetos empíricos em problemáticas discursivas.

Os conceitos são atravessados por dimensões temporais que ditam transformações processuais nos *modos de dizer* do jornalismo, migrando de uma essência mediadora e representacional ao espectro de protagonista nas ofertas de produção de sentido (FAUSTO NETO, 1991). As mutações não são deslocadas do contexto social, sendo o discurso jornalístico uma estratégia para estabelecer e restabelecer relações com seus públicos tradicionais e angariar novos leitores. O debate teórico, portanto, implica, diretamente, pensar quais os efeitos das chamadas sociedade dos meios e sociedade em vias de midiaticação nos modos de enunciação. Em sintonia com essa discussão, elaboramos o terceiro subcapítulo¹⁰, que será dedicado mais especificamente a retomar o debate em torno dos conceitos anteriormente apresentados aplicados à enunciação da opinião; tema que conversa diretamente com os nossos objetos. Neste subcapítulo, inclusive, apresentaremos algumas observações empíricas.

⁶ Ver subcapítulo **2.3 Os editoriais segundo os manuais de redação**.

⁷ Ver subcapítulo **3.1 Das mediações à midiaticação: perspectivas teóricas**.

⁸ Ver subcapítulo **3.1 Das mediações à midiaticação: perspectivas teóricas**.

⁹ Ver subcapítulo **3.2 Tríade teórica: gramáticas de produção, enunciação e contrato de leitura**.

¹⁰ Ver subcapítulo **3.3 A opinião entre contextos e temporalidades**.

No fim do terceiro capítulo¹¹, valorizamos o conceito de acontecimento em duas abordagens. Primeiro, resgatamos diferentes autores que tradicionalmente entendem o caminho do acontecimento em potencial até ser capturado e engendrado na inteligibilidade discursiva das mídias. Segundo, trabalhamos o acontecimento como produto do editorial para estabelecer maiores relações com os nossos objetos empíricos. São inscritos também em contextos maiores da sociedade dos meios e da sociedade em vias de mediação, aqui exemplificadas pela deposição de João Goulart e o *impeachment* de Dilma, respectivamente. Enunciados na esfera dos editoriais de 1964 e 2016 dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* recebem enquadramentos discursivos distintos na medida em que se singularizam através de uma voz diferente daquelas que produzem notícias e reportagens. Esse subcapítulo, portanto, será focado nessa ideia de caminho do acontecimento em potencial e o que dele se transforma quando apreendido pelo noticiário e deslocado ao editorial.

Reconhecemos que é essencial nos aproximarmos de pesquisas anteriores sobre a importância do editorial dentro da economia discursiva do jornal para entender as nossas potencialidades e insuficiências. O objetivo da pesquisa da pesquisa (BONIN, 2011), registrado no subcapítulo **4.2 Universo e corpus da pesquisa**, não é comentar a totalidade do que foi elaborado até então no âmbito acadêmico. A seleção dos materiais tomou como premissa a condição de nos fazer refletir sobre o desenvolvimento do presente estudo, tendo como um dos principais resultados a percepção de que não podemos ignorar outras vozes do plano discursivo da página em que o editorial está vinculado, por mais que não sejam o nosso *corpus* principal. Isso incidiu diretamente na análise comparativa conforme o exercício prático em que constatamos diálogos entre diferentes gêneros discursivos, que condicionam os sentidos ali negociados entre o jornal e os leitores. A pesquisa da pesquisa funciona na medida em que, através dela, podemos identificar pontos insuficientes e destacar questões pertinentes junto a outros trabalhos.

Também no capítulo metodológico, apresentaremos o processo de escolha do *corpus*¹² (56 editoriais com apreensão de fragmentos discursivos¹³) e os critérios desta seleção. Não examinamos todos os editoriais publicados sobre a deposição de João Goulart e o *impeachment* de Dilma Rousseff porque a nossa problemática demanda outras estratégias. Os materiais

¹¹ Ver subcapítulo **3.4 A construção do acontecimento do noticiário ao editorial**.

¹² Ver subcapítulo **4.2 Universo e corpus da pesquisa**.

¹³ Na nossa análise, evidenciamos os fragmentos discursivos dos editoriais do *corpus*. Queremos dizer que não apresentamos o texto dos editoriais de forma completa e, sim, segundo os nossos critérios, investimos o trabalho de análise em partes específicas.

correspondem à lógica das atualizações envolvidas na processualidade temporal do desenrolar dos acontecimentos construídos pelos editoriais – janeiro a abril (1964) e janeiro a setembro (2016). Requer, então, um olhar atento às operações segundo a noção de que o jornal possui um arquivo discursivo mobilizado em distintos anos para atualizar operações anteriores. O problema de pesquisa que investiga as atualizações demanda uma leitura comparativa¹⁴ dos editoriais do mesmo jornal (1964; 2016) e, após, a tensão discursiva entre *Folha de S. Paulo* e *O Globo* para acentuar suas diferenças. Explicaremos tais procedimentos com mais detalhes no subcapítulo citado.

Os materiais do nosso *corpus* são mobilizados no capítulo **5 Estratégias do discurso conservador dos editoriais**. Com objetivo de sistematizar e organizar a análise, recorreremos à divisão de dois níveis, como especificamos logo no início deste texto. O primeiro passo (**5.1 Superfícies, diagramação e discursos**) é investigar mudanças internas que dizem respeito à identidade de cada jornal¹⁵ e como organizam a página opinativa de lá para cá. Almejamos entender quantos editoriais são publicados, se eles perdem ou não espaço durante a temporalidade, quais outras linguagens dialogam com eles e sua extensão ao longo da página. Tais elementos fazem parte da análise comparativa de superfícies discursivas¹⁶ e serão retomadas quando estabelecermos o contato entre ambos.

O segundo passo é apreender como cada jornal particularmente atualiza o seu acervo discursivo de lá para cá, o que corresponde às operações discursivas mais “ortodoxas” da leitura de discursos¹⁷ (VERÓN, 2004). Tendo em vista esses primeiros resultados segundo as dinâmicas internas de cada um, é possível ampliar o comparativo entre eles com objetivo de discernir níveis de gramáticas de produção que sejam mobilizadas na cobertura de cada acontecimento. Dessa forma, criamos o subcapítulo **5.3 O Globo e Folha de S. Paulo em tensão argumentativa** para encaminhar as percepções em teor conclusivo do trabalho na medida em que retoma todas as etapas anteriores para responder ao problema de pesquisa, enfatizando as diferentes estratégias do discurso conservador¹⁸.

¹⁴ Ver subcapítulo **4.3 Leitura comparativa de editoriais**.

¹⁵ Ver subcapítulos **5.1.1 O Globo (1964; 2016): o processo de flexibilização da opinião única** e **5.1.2 Folha de S. Paulo (1964; 2016): do leitor ao Brasil**.

¹⁶ Ver subcapítulo **5.1.3 O Globo e Folha de S. Paulo: permanências e discontinuidades nas superfícies discursivas**.

¹⁷ Ver subcapítulo **5.2.1 O Globo (1964; 2016): do comunismo ao lulopetismo** e **5.2.2 Folha de S. Paulo (1964; 2016): 50 anos “de olho” na agenda econômica do país**.

¹⁸ Ver subcapítulo **5.3.1 Fazendo operar as gramáticas da cobertura de guerra e da lei: O Globo e Folha de S. Paulo (1964; 2016)**.

Compreendemos a visibilidade alcançada por assuntos referentes à década de 1960, percebida tanto na produção científica quanto na jornalística – a exemplo de reportagens especiais anualmente lançadas a cada aniversário do Golpe Militar – e, por isso, é necessário apontar o viés da presente análise. O estabelecimento de relações comparativas de processos de produção jornalística sobre o acontecimento presente e o acontecimento passado pode contribuir para uma série de estudos que investigam as transições atravessadas pelas temporalidades. Dessa maneira, o desenvolvimento da ideia foi incentivado pela possibilidade de cooperar na produção científica e na discussão sobre o conceito de midiaticização, aplicado ao tema proposto. Pretendemos debatê-lo pensando nos efeitos que promove na esfera da produção editorial dos jornais, a partir das particularidades de funcionamento dos meios em cada época.

Levamos em consideração que os debates políticos e sociais travados em diferentes âmbitos da sociedade – por vezes, violentos e intolerantes – também reforçam a necessidade do registro do percurso das complexas relações entre os campos *mediático* e *político* no Brasil. A presente investigação também servirá como registro documental da projeção discursivas sobre dois acontecimentos de anos diferentes, mas que são articulados em consonância. Esperamos fazer parte de um conjunto de novos trabalhos acadêmicos sobre a problemática midiática em contextos políticos no país e, além disso, buscar novas reflexões sobre as singularidades dos objetos empíricos aqui priorizados.

2 PRÉ-OBSERVÁVEIS: O OBJETO E AS PRIMEIRAS “SUSPEITAS”

Diferente de outros trabalhos que priorizam a revisão bibliográfica e o quadro teórico nos primeiros capítulos, escolhemos iniciar com a trajetória de construção do objeto empírico desta dissertação a partir de pré-observáveis. Isso não significa que abandonamos a pesquisa¹⁹ sobre estudos anteriores em torno dos editoriais e o quadro teórico, mas, sim, que avaliamos inadequado subordinar inicialmente os objetos empíricos à determinada conceituação. Consideramos a estratégia metodológica a partir da especificidade do objeto empírico em que a teoria é mobilizada a partir dele e não definida previamente sem a devida aproximação com o caso. Esse processo é nomeado por Jacques Marre (1991) como dialética ascende, ou seja, parte-se do empírico ao teórico – sem submissão de um pelo outro. Concordamos com o autor quando este defende a teoria como potencial fornecedora de perspectivas que vão além da observação inicial, sendo igualmente insuficiente tratar a pesquisa apenas do ângulo dos pré-observáveis. Concebemos as contribuições de Marre (1991) em relação à construção do nosso objeto empírico e a nossa posição no fazer científico, desde a escolha do tema ao embasamento teórico, que detalharemos no subcapítulo **2.1 Indícios na mudança do objeto empírico**.

No mesmo subcapítulo, abrangemos todos os fatores determinantes que influenciaram na escolha do ângulo de pesquisa em que priorizamos os editoriais sobre o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2016) e a deposição de João Goulart (1964). Privilegiamos o trabalho discursivo dos *modos de dizer* com que cada jornal elabora esses dois acontecimentos segundo as suas construções editoriais. Posto isso de forma muito inicial (perspectiva que será retomada ao longo da dissertação), situamos a problemática sobre dois acontecimentos inscritos particularmente nos jornais estudados. É necessário, no entanto, pontuar que o presente ângulo de pesquisa sofreu transformações marcantes desde o ingresso da autora no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Durante o desenvolvimento do subcapítulo, recordamos e explicamos ao leitor como o projeto de pesquisa passou de uma problemática inicial a outra (de gênero e mídia ao estudo entre mídia e política), resultando no tema atual. A mudança inicial é aqui observada como uma *ruptura* com determinados valores, que o observador sustenta em relação à pesquisa, pois optamos por um recorte mais distanciado do nosso cotidiano. Logo, é menos sensível e subjetivo sob o viés de pesquisa. Tal distanciamento não é neutralidade. É, por outro lado, uma

¹⁹ Ver subcapítulo **4.1 Editoriais: dos jornais às pesquisas**.

alternativa para objetivar o científico em detrimento do senso comum (MARRE, 1991). Explicaremos essa mutação no subcapítulo **2.1 Indícios na mudança do objeto empírico**.

Em seguida, descreveremos o nosso percurso levando em consideração o paradigma indiciário e as analogias sob forma de inferências, dialogando com o autor José Luiz Braga (2008) e Jorge Ferigolo (2012), respectivamente, nos subcapítulos **2.1 Indícios na mudança do objeto empírico** e **2.2 Das analogias inferenciais ao estudo comparativo**. Como mencionamos, o nosso tema inicial foi problematizado e, posteriormente, modificado em sua totalidade. E isso só aconteceu devido a novas pistas (indícios), especialmente a partir do caso de *impeachment* de Dilma.

Braga (2008) possui literatura vinculada a linhas de pesquisa que valorizam os indícios como geradores de proposições de pesquisa, mas que precisam ser tensionados para além da observação e descrição inicial. Etapa que nos auxiliou a testar e experimentar os materiais antes de conceber conclusões estanques sobre eles. Definimos as analogias como inferências que realizamos no manejo das pistas, tendo como base o estudo de Ferigolo (2012), a partir das concepções de Aristóteles. Assim, no estágio inicial, objetivamos lidar com os indícios e inferências como motores para a criação do problema aqui proposto. Um dos questionamentos advindos da banca da qualificação desta dissertação foi em torno do uso de “estudo comparativo” e “analogia”, o que nos fez refletir sobre a nossa forma de compreendê-los sob o viés da aplicabilidade dos termos. Sendo assim, dedicamos parte do subcapítulo **2.2 Das analogias inferenciais ao estudo comparativo** para tratar especificamente dessa questão.

Também utilizamos referências de Gastón Bachelard (2001), que nos ajuda no pensamento epistemológico, principalmente, no que diz respeito à primeira observação. Entende-se a importância de não definir as primeiras pistas em relação ao objeto como conclusivas ou que manipulem a totalidade dos fenômenos, fator que dialoga com o que vamos pontuar sobre os indícios²⁰. O método abdução, de Charles Peirce, a partir dos autores Thomas A. Sebeok e Jean Umiker-Sebeok, é referenciado devido à necessidade de compreensão sobre o momento de perceber a “nova ideia” de pesquisa como elementar no processo de ruptura com o tema antigo. Esses autores pensam os percursos metodológicos nos quais se trabalha com indícios, inferências e analogias na aproximação com objetos empíricos e são aqui utilizados, pois neles encontramos subsídios teóricos em sintonia com a nossa trajetória metodológica, iniciada a partir de uma situação curiosa geradora de suposições em torno da observação

²⁰ Ver subcapítulo **2.1 Indícios na mudança do objeto empírico**.

empírica (subcapítulos **2.1 Indícios na mudança do objeto empírico** e **2.2 Analogias inferenciais no estudo comparativo**).

Aproximamo-nos de ambos os temas de duas formas: a primeira delas através de pesquisa documental em jornais e a segunda sob uma ótica mais distanciada do âmbito acadêmico. Inspirados pela ideia de *flâneur*, de Walter Benjamin (1989), buscamos explicar de que maneira a experiência pessoal da pesquisadora contribuiu para a formulação deste texto. A pesquisa documental também foi decisiva, pois proporcionou o mapeamento das possibilidades dos objetos e, assim, a definição de recortes fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, reforçando o caráter comunicacional²¹.

Por fim, o último subcapítulo²² aponta direcionamentos acerca dos manuais de redação dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, principalmente nas definições dos editoriais, articulados com o viés teórico e conceitual que nos acompanhará ao longo da pesquisa, como o conceito de gramáticas de produção e operações enunciativas (FAUSTO NETO, 1991; VERÓN, 2004). Não buscamos esgotar a discussão teórica nessa parte, pelo contrário, utilizaremos insumos para pensar os manuais de redação (CONCEIÇÃO, 2010) e, ao longo do texto, voltaremos a eles. O motivo pelo qual analisamos os manuais ainda no âmbito dos pré-observáveis sustenta-se na ideia de que as pistas sobre o perfil editorial de ambos, o lugar através do qual se inscrevem no contexto social e como este afeta as condições de produção são, ainda, inferenciais. Ou seja, tentamos fugir do risco dos manuais condicionarem a leitura discursiva que realizaremos no capítulo 5. Achamos interessante tencionar o texto deles com o que observamos como pesquisadores após a recuperação das marcas dos editoriais analisados, mas não torná-los os “guias” do estudo. Esse movimento de consulta aos manuais foi, portanto, um dos últimos a ser realizado, tendo em vista a justificativa já citada. Concordamos que as regras de redação nos ajudem a iniciar o debate teórico e, sobretudo, entender a gênese particular dos nossos objetos situados no tempo e espaço social.

Dessa forma, esse capítulo foi organizado para dar conta dos processos realizados no âmbito das “suspeitas”, tendo como principal preocupação o não condicionamento das nossas primeiras pistas ao quadro teórico. Em outras palavras, descrevemos essas etapas, pois não concordamos com a noção de “encaixar” objetos em teorias. Sendo assim, definimos que as

²¹ Ver subcapítulo **2.1 Indícios na mudança do objeto empírico**.

²² Ver subcapítulo **2.3 Os editoriais segundo os manuais de redação**.

características do segundo capítulo são mais empíricas e, após, no terceiro capítulo, buscamos complexificar o que produzimos nos primeiros passos da pesquisa.

2.1 INDÍCIOS NA MUDANÇA DO OBJETO EMPÍRICO

A elaboração desta dissertação caminhou lado a lado com o desenvolvimento da crise política brasileira, frente ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. O primeiro semestre de contato com as leituras referentes à linha de pesquisa Midiatização e Processos Sociais e de outras disciplinas do curso de mestrado contou com a intensa movimentação no cenário político e midiático do país, sendo assim, um panorama instigador para pesquisadores e pesquisadoras. Se antes refletimos sobre gênero e mídia – tema do projeto inicial –, agora nos debruçamos em uma problemática sobre a construção midiática jornalística a respeito de dois acontecimentos no âmbito dos editoriais da *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

Como referenciamos na apresentação deste capítulo, relembramos a importância da *ruptura* (MARRE, 1991) aplicada a nossa escolha de mudança do tema de pesquisa. Concebemos como uma *ruptura*, pois optamos pelo que não era tão presente no cotidiano da pesquisadora em comparação ao outro tema. Mesmo com o vínculo acadêmico nas duas áreas, História e Comunicação²³, o antigo tema de pesquisa estava conectado com o cotidiano de forma mais intensa, que transcendia o espaço universitário. Sobretudo, era uma problematização alinhada com a militância e o ativismo. Embora formadores de interesses e instigadores de mudanças sociais, muitas vezes, estes aprisionam o olhar em determinadas lógicas pré-condicionadas, prejudicando o que é considerado científico.

Tendo em vista esta alteração de objeto, a presente dissertação se desenvolve em torno da produção jornalística sobre dois acontecimentos midiáticos tratados da perspectiva do editorial. Assim como a temática de gênero, a interface entre comunicação e política pode ser igualmente confundida com a militância e, por isto, requer o mesmo cuidado problematizado anteriormente. Entretanto, essa não é tão determinante no âmbito pessoal da pesquisadora como o tema antigo. Rompemos com o que era mais passível às generalizações do senso comum para avançar em uma pesquisa na qual o grande tema articula perspectivas mais objetivas. Além

²³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

disso, proporciona relações diretas com o objeto em circulação no contexto de midiaticização – diferente da proposta inicial, na qual o objeto remetia à sociedade dos meios exclusivamente²⁴.

A breve contextualização desse processo de alteração da ideia nascente se justifica pela descrição dos próximos passos de pesquisa, sendo o primeiro estágio guiado pelo levantamento de indícios na lógica de pré-observáveis. Descreveremos esse ponto mais detalhadamente a seguir, porém concordamos que, a partir dos indícios, a mudança sinalizou-se realmente necessária e promissora. A inauguração dessa nova perspectiva de investigação, portanto, direciona-se a analisar o discurso jornalístico dos jornais *O Globo e Folha de S. Paulo* sobre dois acontecimentos: a deposição de João Goulart, em 1964, e o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Dessa forma, os indícios foram a base para elegermos os jornais impressos como objetos. Definimos *O Globo e Folha de S. Paulo*, pois ambos tratam dos dois acontecimentos em seus editoriais e por circularem em 1964 e 2016, possibilitando a investigação do nosso problema: **como operações discursivas manifestadas nas superfícies dos editoriais dos jornais *O Globo e Folha de S. Paulo* sobre *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) atualizam operações inscritas nos editoriais dos mesmos jornais em torno da deposição de João Goulart (1964)?**

O problema, por mais que se circunscreva aos editoriais, também almeja dar conta da superfície maior em que o editorial está submetido. É por isso que as superfícies discursivas – tais como linguagens visuais da diagramação – são inclusas no primeiro nível comparativo. Constatamos que existem maneiras de tomar posição argumentativa com quebras nos padrões de diagramação segundo as quais o periódico chama atenção do seu leitor para determinadas hierarquias dos acontecimentos e, conseqüentemente, a sua avaliação sobre. Destrinchamos a relação do campo polifônico, ou seja, os conjuntos de discursos de diferentes gêneses e as suas implicações de contato do editorial com essas outras vozes no **capítulo 5**. A problemática requer estratégias metodológicas que acentuem as singularidades e autonomia do editorial, mas não o torne um discurso isolado ou deslocado de conexões com o corpo do jornal – noção esta que tentamos desenvolver ao longo da dissertação.

No momento, focamos no processo que antecede elaborações mais consolidadas acerca dos objetos. Ainda no âmbito das pistas e dos pré-observáveis, a separação temporal de cinco

²⁴ Ver subcapítulo 3.1 **Das mediações à midiaticização: perspectivas teóricas**.

décadas nos instigou a questionar se as gramáticas de produção, de um ano ao outro, contatam-se em diferentes condições de produção, construindo relações de temporalidades em uma espécie de diálogo entre o passado e o presente, na medida em que se atualizam de um período ao outro. Mais especificamente, se a primeira se atualiza na segunda. As singularidades desses acontecimentos e, sobretudo, a manifestação através dos editoriais indicaram a possibilidade de uma análise de natureza comparativa.

Como mencionamos, o conjunto de indícios foi a base para a escolha desse ângulo. Em *Comunicação, disciplina indiciária*, Braga (2008) reflete sobre o paradigma indiciário, a partir de Carlo Ginzburg, esclarecendo a importância das pistas, sintomas e indícios para além do processo descritivo. O autor apresenta dois níveis de percepção: os indícios e as possíveis inferências a partir deles. Ambos os movimentos foram realizados durante a aproximação com o novo objeto empírico desta pesquisa. Bachelard (2001), por sua vez, em *A epistemologia*, questiona pilares da corrente positivista do século XIX e afirma que “a fonte inicial é impura, a evidência primária não é uma verdade fundamental” (BACHELARD, 2001, p. 129). A partir dessa visão, podemos afirmar a importância de realizar as inferências sobre os primeiros indícios e não os tomar como conclusivos. Braga (2008) também reforça essa ideia quando alerta os pesquisadores que o conjunto de indícios coletados inicialmente não corresponde imediatamente à totalidade dos fenômenos a serem investigados.

Caracterizamos este estágio de pesquisa a partir do método abdução, proposto por Charles Peirce, reportados no texto *Você conhece meu método?*, dos semióticos Thomas A. Sebeok e Jean Umiker-Sebeok (1989, p. 32): “A abdução se inicia a partir dos fatos, sem que, nesse começo, haja qualquer teoria, embora seja motivada pelo sentimento de que a teoria é necessária para explicar os fatos surpreendentes”. Assim como no cerne do método abdução, o nosso exercício de pesquisa foi marcado pela inauguração de uma nova ideia.

O acompanhamento dessa concepção enfrentou o curso natural de um dos acontecimentos em que estamos interessados, na medida em que estava *em processo* e não havia sido finalizado. Falamos do *impeachment* da presidenta Dilma que, mesmo sem a oficialidade do pedido, já vinha sendo enunciado pelos jornais brasileiros desde 2015 até seu desfecho, no final de agosto de 2016²⁵, se configurando em um dos principais assuntos do ano. Na proporção em que o *impeachment* circulava, mais possibilidades de produção de sentido se articulavam em torno dele.

²⁵ A presidenta Dilma Rousseff foi impedida de dar continuidade ao mandato no dia 31 de agosto de 2016.

A percepção da dimensão do *impeachment* de Dilma não foi potencializada apenas pela frequência com que aparecia nos dispositivos midiáticos. Ainda nessa fase de reestruturação do projeto de pesquisa, utilizamos o estudo do *flâneur*²⁶, de Walter Benjamin (1989), principalmente para entender como nos relacionamos com o objeto – ainda cru, sem recorte e concretismo. É um objeto que reverbera fora dos muros acadêmicos e se coloca à disposição de opiniões alheias – com lados definidos ou incertos – nas ruas, no Palácio da Alvorada, nos jornais, nas mesas de bar e nos espaços reais e virtuais de atores sociais.

O nosso *flâneur*, inspirado pela concepção de Benjamin (1989), se manifesta na observação do objeto nas páginas dos jornais, envolto em uma rede discursiva intensa, decorrente da propagação do acontecimento nos diferentes dispositivos midiáticos. Esse contato inicial proporcionou visualizar parte da dimensão do objeto empírico, especialmente devido ao método que optamos por utilizar. Ainda estávamos em um espaço de suposições, curiosidade e hipóteses e o nosso flânar nos processos narrativos travados em 2016 reforça a noção de um objeto dissipado, fragmentado e em processo com diversas potencialidades de análise científica.

De um lado, presenciamos o processo de *impeachment* de forma testemunhal em 2016 e, de outro, a recordação de um acontecimento não vivenciado, como o golpe de 1964. Embora distante da vivência direta, a relação entre a prática do jornalismo no contexto ditatorial é presente no contexto acadêmico e pessoal há mais de cinco anos. Sobre 1964, portanto, a aproximação é efetivada desde as aulas de História e, mais intensamente, a partir do próprio envolvimento e interesse com a temática. Assim, este trabalho é resultado e reflexo de uma trajetória pessoal ampla, que iniciou antes da concretização do presente texto²⁷.

Como pesquisadores da área de Comunicação, reforçamos esses como pilares para a construção do novo projeto, mas não como o cerne principal, que é desenvolvido problematizando o fenômeno comunicacional. Assim, após o momento do flânar benjaminiano, nos voltamos para o esforço em compreender a natureza e características de funcionamento da sociedade em vias de midiaticização, tema da obra de Verón (1997), como ponto de observação

²⁶ Não tomamos o que Benjamin (1989) entende como *flâneur* de forma literal e em sua totalidade. Inspiramos-nos nas contribuições do autor no sentido do *flâneur* como figura heurística valorizada pela busca de descobertas. Fator que nos instigou a retomar a ideia do autor para caracterizar o momento em que folheávamos as páginas dos jornais como um ato de aproximação inicial com os objetos empíricos e das descobertas posteriores. Benjamin (1989), por outro lado, constroi essa figura em um âmbito amplo ao apresentar relações mais específicas com a Modernidade e condições sociais.

²⁷ A autora participou do Núcleo de Pesquisa em Ciências da Comunicação (NUPECC), no projeto de análise do jornal *Movimento* – um dos nomes do jornalismo alternativo durante a ditadura civil-militar, e realizou Trabalho de Conclusão de Curso sobre sexualidade feminina no jornal *Movimento* e revistas *Veja* e *Realidade* durante período ditatorial brasileiro. Ambos sob orientação do Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt.

para tornar a pesquisa mais específica. Ou seja, vislumbrar qual âmbito, em meio à efervescência das possibilidades, seria o ideal para nossa análise. Existia a possibilidade de analisar o mesmo fenômeno a partir das instituições jornalísticas, das instituições não jornalísticas ou de atores sociais.

A escolha inicial de observar os fenômenos sem definir o universo de análise de antemão tentou não restringir os objetos e a própria problemática da pesquisa. Foi importante, pois as inferências sobre elas clarearam que tratamos de dois momentos nos quais é possível notar ofertas de dispositivos midiáticos incomparáveis. Em nossa reflexão, a forma como a deposição de João Goulart (1964) é publicizada apresenta lógicas relacionadas à noção de sociedade dos meios, enquanto o *impeachment* de Dilma (2016) compreende as complexidades da sociedade em vias de midiaticização, que serão tema do capítulo **3 Midiático e midiaticizado no espaço editorial de 50 anos**.

Neste momento, apresentaremos os indícios e o que inferimos sobre eles. O primeiro conjunto de indícios é referente aos discursos do ano de 2016, sobre o *impeachment* de Dilma, que traziam marcas discursivas associadas à cobertura da deposição de João Goulart, em 1964. Em relação aos nossos materiais, a primeira suspeita surgiu através de um editorial específico do jornal *O Globo*, publicado no dia 30 de março de 2016, chamado “A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo”, em resposta ao pronunciamento oficial da presidenta Dilma Rousseff, no dia 22 de março de 2016. No pronunciamento²⁸, Dilma Rousseff afirma a seguinte frase: “Já **fui vítima** dessa injustiça uma vez **durante a ditadura** e **lutarei** para não ser vítima **de novo** em plena democracia” (grifo nosso, 22/03/2016).

Escolhemos o pronunciamento oficial para mostrar o fluxo entre o ator político (Dilma Rousseff) e a apreensão pelo editorial jornalístico d’*O Globo*. O editorial opera marcas de contradiscurso e de resposta indireta ao pronunciamento de Dilma, fazendo alusão longínqua, pois não responde ao ator político de forma direta (com uso de aspas ou referência mais específica):

Na estratégia de defesa e nas ações de agitação e propaganda de um PT e de uma presidente acuada no Planalto, a palavra “**golpe**” ganha grande relevância. “**Golpe**” é curto, fácil de pronunciar e adequado para ser gritado em manifestações – mas nada tem a ver com a crise política por que passa o país, na qual estão atolados PT e Dilma, e muito menos com o processo de *impeachment* da presidente em tramitação na Câmara. PT e aliados marcaram para amanhã, 31 de março, manifestações em defesa do governo e, por óbvio, farão referência ao golpe dado pelos militares,

²⁸ Disponível em <<https://youtu.be/pUxva4bnKR8>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

apoiados pelas classes média e alta, há 52 anos. (grifo nosso, O GLOBO, 30/03/2016, p. 16).

As menções a 1964 de forma associativa (“**fui vítima** dessa injustiça uma vez **durante a ditadura (...) lutarei** para não ser vítima **de novo**”, ROUSSEFF, Dilma, 22/03/2016) e o contradiscurso desassociando-a do atual *impeachment* (“**“Golpe” é curto, fácil de pronunciar e adequado para ser gritado em manifestações (...) mas nada tem a ver com a crise política**”, grifo nosso, O GLOBO, 30/03/2016) compuseram os indícios desta pesquisa. Estes serviram de base para as nossas etapas iniciais de raciocínio, que culminaram no estudo comparativo de operações discursivas de editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* nos respectivos anos. Salientamos o abandono do raciocínio e do critério cronológico, pois foi a produção sobre o acontecimento presente (2016) que nos instigou a levar em conta as pistas e ressonâncias da produção jornalística do acontecimento passado (1964). As marcas grifadas no fragmento do editorial (**Ver página 22**), principalmente no que diz respeito à negação de golpe, marcado pelo uso de aspas e adversativas, que chamamos de impressões, permitiram um segundo olhar sobre os materiais. Enfatizamos que, neste e no próximo subcapítulo (**2.2 Das analogias inferenciais ao estudo comparativo**), ainda não realizamos uma análise sistemática das marcas²⁹. Pelo contrário, é uma fase preliminar à análise. Estamos no espaço indiciário, que resultou no segundo momento de aproximação com os objetos, no qual questionamos se a mesma operação de contradiscurso ou negação de discurso foi feita nos editoriais de 1964. Para essa etapa de investigação, utilizamos analogias, conforme descrevemos abaixo.

2.2 DAS ANALOGIAS INFERENCIAIS AO ESTUDO COMPARATIVO

As analogias pertencem ao percurso de olhar indicial que diz respeito à pré-observação. É o segundo movimento metodológico de aproximação com o objeto empírico, posterior aos indícios. Dedicamos um subcapítulo para esse movimento, pois é através das analogias que a nossa problemática comparativa é tensionada de forma mais objetiva. A primeira questão a ser levantada, no entanto, é sobre gramáticas de produção, conceito que já abordamos na **Introdução** desta dissertação. Partimos da ideia de um modelo do processo de produção discursiva composto por regras, que descrevem operações, para que o analista de discurso

²⁹ Ver capítulo 5 **Estratégias do Discurso Conservador dos Editoriais**.

compreenda as condições de produção (VERÓN, 2004). Nesse viés da análise de discurso, o que interessa é o processo em que o produto – no nosso caso, os textos dos editoriais – é analisado segundo estratégias de reconstituição possíveis através dos rastros deixados no discurso. Dizer que lidamos com conjuntos heterogêneos de texto é valorizar discursos de naturezas diferentes como elementos extradiscursivos, constitutivos das condições de produção (FAUSTO NETO, 1991; VERÓN, 1980). Uma gramática de produção do jornal, portanto, pode agrupar operações discursivas de outras gramáticas, como a econômica, a política, a educacional, a jurídica, etc.

Como a nossa problemática investiga a contaminação de um discurso pelo outro, através das operações, é necessário apresentar materiais que constituem o funcionamento das gramáticas de produção dos editoriais de *O Globo* e *Folha de S. Paulo* (1964; 2016), que possibilitou a analogia (apresentaremos ao longo do capítulo) entre o que se produziu de lá para cá.

Nosso estudo segue uma proposta na qual se prioriza a leitura comparativa³⁰ de superfícies e operações discursivas de 1964 e 2016 entre as edições de *O Globo*, a comparação entre superfícies e operações discursivas de 1964 e 2016 entre as edições de *Folha de S. Paulo* e, finalmente, a comparação entre os dois jornais. Ferigolo (2012), ao se debruçar nos estudos de Aristóteles, define o método comparativo como um dos maiores pensamentos aristotélicos para a biologia, mas que não se restringe a essa área de produção científica, sendo utilizada por diferentes pesquisadores e pesquisadoras das mais diversas linhas.

Antes, precisamos retomar um questionamento sobre a diferença entre o estudo comparativo e as analogias em nossa perspectiva, surgido nos espaços em que compartilhamos a pesquisa, como a banca de qualificação. A analogia é uma etapa do percurso inferencial, anterior à comparação interpretativa dos editoriais da análise³¹, que só será completa “se tomar a forma de uma demonstração, com evidências. Ou seja, a pesquisa empírica completa o argumento baseado numa analogia” (FERREIRA, 2015, p. 8). Na analogia, busca-se essencialmente a semelhança entre os diferentes, mas não a diferença. Por outro lado, na comparação busca-se tanto a semelhança quanto a diferença (FERIGOLO, 2012). Por isso, definimos o nosso método de análise como leitura discursiva comparativa³², pois, os editoriais

³⁰ Ver nos capítulos **4 Construindo aspectos metodológicos** e **5 Estratégias do discurso conservador dos editoriais**.

³¹ Ver capítulo **5 Estratégias do discurso conservador dos editoriais**.

³² Ver capítulos **4 Construindo aspectos metodológicos** e **5 Estratégias do discurso conservador dos editoriais**.

– quando comparados – apresentam aspectos variados em torno da produção e condição de produção de discursos.

Frente ao enquadramento em tratar o impasse da nomenclatura do acontecimento de 2016³³, apresentado no subcapítulo anterior, configuramos uma operação *análoga* entre o exercício das *mídias* no contexto da deposição de João Goulart e *impeachment* de Dilma Rousseff. Essa analogia foi permitida pelo conhecimento prévio sobre a maneira pela qual alguns jornais enunciaram o *golpe* de 1964 como *revolução* e pelos acontecimentos, que são igualmente sugestivos em termos de analogias (como o uso das cores verde-amarelo, as fotos de Dilma Rousseff enquanto presa política durante a ditadura em estampas de camisetas, a simbólica do termo *golpe*). Ainda, no estabelecimento de episódios relevantes de cada ano, inferimos sobre espectro do comunismo e da corrupção nas figuras dos presidentes, as manifestações como produtoras de sentido (a “Marcha da família com deus pela liberdade”, realizada em 1964; e as marchas “Pró-*impeachment*”, em 2016) e a aura bipolar da política nacional.

São dois acontecimentos políticos que ocuparam com intensidade as páginas dos jornais brasileiros: em 1964, ainda em uma sociedade dos meios, frente à centralidade do meio; enquanto, em 2016, no contexto da sociedade em vias de midiaticização, frente a uma nova atividade de concorrência envolvendo meios, instituições e atores sociais. Em suma, podemos afirmar que tanto a deposição de João Goulart quanto o *impeachment* de Dilma foram os principais assuntos políticos e midiáticos de cada ano. De um lado, enfrentamos dificuldades no acesso dos acervos em busca da fonte história e, de outro, enfrentamos o curso natural do acontecimento mais recente, na medida em que estava *em processo*, ou seja, não havia finalizado à época.

Definimos este movimento de pesquisa como analogias, conforme a reflexão de Ferigolo (2012) sobre Aristóteles. Ferigolo (2012, p. 278) retoma o conceito, ao alertar que “o paradigma gera um argumento por analogia, um argumento retórico, o qual tem como propósito a persuasão, e não a prova demonstrativa”. Concordamos com a premissa, na medida em que buscamos as analogias como uma comparação livre e inferencial para explicar qual a relação que observamos entre os editoriais de 1964 e 2016.

Percebemos um cenário discursivo não homogêneo, principalmente no que diz respeito à palavra *golpe*, como já mencionamos. Em 2016, a notoriedade do termo *golpe* é atualizada

³³ Ver p. 22 e 23.

pelas articulações em que foi posta em operação. A hipótese para isso acontecer é que – em um período de 52 anos – a ditadura civil-militar se tornou a principal referência de golpe político do país. Ou seja, o campo semântico da palavra *golpe* em 2016 – por suceder 1964 – compreende referências quanto ao seu uso, que remetem ao passado, negando ou afirmando que a mesma construção ideológica de 1964 está acontecendo novamente. Já o contexto do *impeachment* de Fernando Collor, embora mais recente e com a nomenclatura *impeachment* mais disseminada, não é o acontecimento histórico posto em circulação de forma principal e embrionária. Enfatizamos a menção que exclui o caráter gerador ou embrionário do *impeachment* de Collor no presente ano, pois identificamos também acionamentos referentes ao período, porém como uma resposta ao que já se falava em relação ao ano de 1964.

Concordando com Ferreira (2015) sobre a necessidade de evidenciar as analogias através dos materiais. Por isso, primeiro, retomamos o discurso da presidenta Dilma em pronunciamento oficial, o mesmo que utilizamos nos indícios. Incluímos também outros dois acionamentos percebidos nessa cadeia de fluxo de respostas, quando editoriais promovem um espaço de conversação ao responder à afirmativa de Dilma:

1º acionamento: Dilma Rousseff compara a crise à ditadura em pronunciamento oficial: “Já fui vítima dessa injustiça uma vez **durante a ditadura** e **lutarei** para não ser vítima **de novo** em plena democracia” (grifo nosso, 22/03/2016).

2º acionamento-resposta indireta: *O Globo* nega relação entre o golpe de 1964 e 2016. O jornal utiliza marcas de resposta indireta ao ator político:

Na estratégia de defesa e nas ações de agitação e propaganda de um PT e de uma presidente acuada no Planalto, a palavra “**golpe**” ganha grande relevância. “**Golpe**” é curto, fácil de pronunciar e adequado para ser gritado em manifestações — mas nada tem a ver com a crise política por que passa o país, na qual estão atolados PT e Dilma, e muito menos com o processo de *impeachment* da presidente em tramitação na Câmara. PT e aliados marcaram para amanhã, 31 de março, manifestações em defesa do governo e, por óbvio, farão referência ao golpe dado pelos militares, apoiados pelas classes média e alta, há 52 anos. (grifo nosso, O GLOBO, 30/03/2016, p. 16).

3º acionamento-resposta indireta: *O Globo* nega relação entre golpe de 1964 e 2016, mas faz referência ao *impeachment* de Collor, realizando marcas de contra-argumentação (ao negar a relação do golpe de 1964) e uma nova argumentação (ao abordar o *impeachment* de Collor): “**Assim como não houve golpe contra Collor, não**

há também contra Dilma, seja a admissibilidade do pedido de julgamento do seu *impeachment* aprovado hoje ou não” (grifo nosso, O GLOBO, 17/04/2016).

O jornal *Folha de S. Paulo* classifica no editorial “Dizer o óbvio” (abaixo) como uma ideia “**fantasiosa**” e “**uma ladainha**”, utilizada para engajar a militância. Diferente d’*O Globo*, conforme mostrado acima, a *Folha* abre aspas para responder diretamente, sendo um nível de tensão de curta distância entre o ator político e o ator jornalístico, quando o segundo retoma como referência a fala do primeiro:

Dois dias depois, em entrevista a veículos estrangeiros, repetiu a **ladainha**. “Não estou comparando com os golpes militares do passado, mas isso [*impeachment*] seria uma ruptura da ordem democrática”, afirmou a presidente, segundo o jornal britânico “*The Guardian*”. (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 27/03/2016, p. 2).

Percebendo essa operação feita no campo jornalístico, voltamos aos arquivos de 1964 para verificar a dualidade frente à deposição de João Goulart, como componente da analogia. Assim, através de pesquisa documental em acervos digitais dos jornais, identificamos semelhanças, em 1964, em relação aos termos *golpe de direita* e *revolução*. Em termos de analogia, recordamos uma construção argumentativa que serve como matriz neste caso. As marcas sinalizam o contradiscurso no qual está em relevância a oposição entre *revolução* e *golpe*. O editorial não responde diretamente a um ator político, porém opera associação da oposição política com o comunismo, através da marca “**máquina de propaganda comunista**”, conforme o texto abaixo:

Há muitas maneiras de se **denegrir a revolução** que resultou do **movimento** de 31 de março, e uma delas é a de dizer **que não foi uma revolução e, sim, um golpe de direita**, de inspiração e objetivo reacionários. A afirmação lançada pela **máquina de propaganda comunista** correu o mundo com a velocidade de um “*slogan*” publicitário e deitou alguma raiz entre nós também. (grifo nosso, O GLOBO, 22/04/1964, p. 1).

O argumento iniciado com a analogia e a posterior pesquisa documental foram fundamentais para refletir sobre as nuances que haviam passado despercebidas. As analogias, portanto, são utilizadas nesse contato com o funcionamento discursivo sobre o enfrentamento da questão de *golpe* e *impeachment* (2016) e *golpe* e *revolução* (1964). Como mencionamos, o subcapítulo anterior e o presente não têm como objetivo uma leitura sistemática dos editoriais. São considerações iniciais que justificam a escolha do ângulo de pesquisa comparativo entre os

editoriais de 1964 e 2016 como resultado da processualidade descrita até então. Priorizamos, inicialmente, a valorização da nova ideia, conforme Peirce; em seguida, adentramos nas fontes primárias com intuito da experimentação do empírico, da indução e das hipóteses, movimento que gerou novas inferências sobre os objetos. Braga (2008) nos lembra do estágio de relação entre teoria e empiria como uma forma de evitar encaixar os casos em determinados conceitos ou teorias de forma automática, sem que haja a articulação e a tentativa de questionamentos múltiplos. Não temos a pretensão de traçar a totalidade dos fenômenos, mas buscamos fatores que “dão voz” ao objeto, exercitando o processo inferencial. Percebemos, ainda, a necessidade de problematizar o que já construímos como objetos empíricos. Por esse motivo, pensamos o próximo subcapítulo como uma descrição dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* segundo os postulados manifestados em seus manuais de redação acerca dos editoriais. Assim, será possível entender como cada um define as premissas que regem o funcionamento do discurso opinativo.

2.3 OS EDITORIAIS SEGUNDO OS MANUAIS DE REDAÇÃO

Reservamos este subcapítulo para entender como os jornais *Folha de S. Paulo*³⁴ e *O Globo*³⁵ estipulam as regras do funcionamento discursivo postas em operação em suas rotinas produtivas, configuradas na ideia de um manual de redação. Estes apresentam o conjunto de postulados com objetivos disciplinadores para os jornalistas que compõem a redação, assim como um automanifesto em relação à identidade, aos padrões editoriais e à explanação da empresa jornalística sobre o *modus operandi* da profissão. Além disso, “visam, também, à relação entre as vozes que constituem os espaços públicos, mediados pela presença das instituições jornalísticas” (CONCEIÇÃO, 2010, p. 6). Tais vozes são externas ao contexto da redação, o que significa dizer que não se estabelece uma atividade isolada na medida em que “o jornalista [...] fala sempre com um (a fonte) na intenção de outro (o leitor)” (CONCEIÇÃO, 2010, p. 7), gerando assim, segundo as interações das vozes, diferentes gêneros discursivos próprios do jornalismo.

Os manuais não são os discursos propriamente ditos, são alicerces para que estes sejam construídos. Não existe apenas uma fonte através da qual são extraídos elementos para formar algum discurso social. O manual atua como um compilado de várias operações, inclusive

³⁴ A partir da fundição dos jornais Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite, cria-se, em 1960, o jornal *Folha de S. Paulo* com uma linha focada em público de classe média (ANDRADE, 2017).

³⁵ *O Globo* foi fundado em julho de 1925 pelo jornalista Irineu Marinho e faz parte do Grupo Globo, um conglomerado midiático que reúne empresas de jornalismo e entretenimento.

aquelas de outros campos ou de outras matrizes discursivas, articuladas de forma inteligível, formando uma gramática de produção (FAUSTO NETO, 1991). Dessa maneira, Verón (2004) diz que uma gramática nunca será exaustiva, pois, no texto, residem marcas de heterogeneidade dos campos, como o econômico, o político e o social, inscritos no contexto em que os discursos são produzidos. Há, portanto, elementos extradiscursivos que implicam nas condições de produção e reconhecimento (VERÓN, 2004), assim como também aponta Conceição (2010) ao pensar nas interações entre vozes externas, mencionadas anteriormente.

Para reconstituir um discurso, é preciso recuperar traços das operações, atividade que colocamos em prática no capítulo 5, dedicado à análise. Entretanto, como falamos de manuais de redação, especialmente no processo de aproximação com os objetos empíricos, é possível pontuar o que compreendemos por traços das operações. A forma de hierarquização de determinados acontecimentos em detrimentos de outros, utilizando-se de estratégias de diagramação, como a divisão entre cadernos ou a disposição nas páginas internas mais próximas à capa da edição, compõem um conjunto de operações, por exemplo. Quando o manual sugere o postulado de que a manchete será o assunto principal da edição, há ali uma pista sobre quais assuntos são priorizados pela gramática de produção de cada jornal. O enquadramento “ideológico” – ideias, representações, opiniões ou doutrinas – deixam traços indicadores de gramáticas, pois dizem respeito às condições sociais que se produz um discurso (VERÓN, 2004). Se existem regras, leis ou *scripts*, é pouco provável a definição do jornalismo como apenas reproduzidor da realidade; mas, pelo contrário, um produtor dela (FAUSTO NETO, 1991).

Assim, buscamos retomar os manuais da *Folha* e d’*O Globo* como uma maneira de aproximarmos-nos da problemática central porque as diretrizes dos funcionamentos das rotinas de ambos, incluindo sobre o editorial, são expostas e materializadas neste tipo de obra. Eles não são “secretos” ou “exclusivos” apenas ao público interno; são vendidos nas bancas e publicizados a partir de novas edições como uma maneira de manutenção e criação de elos com o leitorado. Embora, à primeira vista, pareçam estruturas estáticas que engessam os procedimentos do jornalismo como campo³⁶, é necessário pontuar que se modificam no intuito de preservar seus leitores, manter-se no mercado e legitimar-se. A história do jornalismo está

³⁶ Concebemos a noção de campo a partir da definição de Adriano Rodrigues (1990). Os campos, ao mesmo tempo em que são constituidores de uma esfera de legitimidade segundo regras específicas de funcionamento, entrecruzam-se e coexistem com outros campos (campo político, campo religioso, campo jurídico, campo jornalístico, etc). Retomaremos o conceito no capítulo 3 **Midiático e Midiatizado no Espaço Editorial de 20 Anos**.

imersa em transições amplas como a globalização dos mercados, a democratização da política e a digitalização das redes sociais, que alteram o consumo de jornais (CONCEIÇÃO, 2010).

O próprio manual da Folha (2007) retoma uma parcela da história que impacta na forma em que os indivíduos consomem os jornais:

Se tomarmos como ponto de partida a redemocratização, em 1985, a circulação dos quatro jornais de influência nacional aumentou 67% (no caso da Folha 116%); as duas principais revistas, 135%. Pode-se objetar que parte desse crescimento não decorreu do aumento de leitores, mas de consumidores atraídos por promoções ou descontos vinculados à compra do produto. (FOLHA DE S. PAULO, 2007, p. 12).

Tal panorama é também um exemplo de perda de legitimidade da instituição jornalística e a diminuição gradativa da leitura na contemporaneidade. O cenário reforça a necessidade de manter e angariar leitores, sendo o manual de redação um componente nessa tentativa. Voltando no tempo, em 1929, Gilberto Freyre – ao deixar um pedaço de papel (*placard*) no mural da redação do jornal *A Província* – chamando atenção para as maneiras de redigir uma notícia, realiza, de forma mais orgânica, a função de um manual de redação, motivo pelo qual Vizeu (2008) acentua o objetivo “professoral”, didático e pedagógico do jornalismo. De fato, os manuais costumam lembrar os livros didáticos, mas precisamos levar em consideração a especificidade do jornalismo, que não é a mesma da área da educação, principalmente no contexto da midiatização³⁷ a partir do qual os jornais buscam manter e criar novos vínculos, frente a mutabilidades, como a fragilidade da legitimidade e o enfraquecimento de hábitos de leitura, já citados.

A *Folha*, por exemplo, ao completar 95 anos, editou um novo manual de redação (2016) lançado no mercado editorial para o público em geral. A intenção é comemorar os anos de atuação e ditar as principais mudanças dos *modos de dizer*, principalmente pós-jornalismo *online* – que influi na manutenção ou criação de novos laços com os leitores. Uma vez que o público geral, que não necessariamente é leitor fiel, tem acesso ao manual para outros fins, como concursos públicos ou vestibulares, pode-se ainda ampliar o alcance do guia para quem não lê o jornal cotidianamente. O manual não é um saber unilateral. Consagra-se, por outro lado, na relação com outras instâncias para além das redações, servindo como uma estratégia de alcançar leitores não habituais.

³⁷ Ver capítulo 3 **Midiático e midiatizada no espaço editorial de 50 anos.**

Em 2011, foi publicado um documento de acesso público, chamado *Princípios Editoriais das Organizações Globo*³⁸, sendo uma autorreflexão e autoavaliação sobre o modelo de jornalismo sustentado pelo jornal. O documento em questão transcende a ideia de manual de redação, tradicionalmente constituído por regras práticas do funcionamento das rotinas, apresentando pilares a partir dos quais se baseiam os valores da empresa. O discurso autorreferencial com cunho explicativo, destinado aos leitores com ofertas de diálogo (“**Em caso de dúvida sobre este documento, mande sua mensagem por meio do link: <http://falecomaredeglobo.globo.com>**”), é uma especificidade do contexto de fragilidade e crise da legitimidade do campo jornalístico. Anos antes, em 2001, a quarta versão³⁹ do manual de redação do jornal foi ampliada de acordo com os comentários de leitores que enviaram sugestões para que sua organização pudesse ser melhorada.

Dessa forma, a versão em questão, organizada e editada por Luiz Garcia, é dividida em cinco capítulos e cinco apêndices. À luz dos nossos objetos, buscamos a seção “Opinião”, em que se inscrevem os editoriais. Em *O Globo*, o manual de 2001 prevê a opinião gerida por normas, assim como no discurso informativo, e deve-se evitar:

o comentário que apenas registra pasmo, admiração ou indignação. Esses sentimentos – principalmente a indignação ante o interesse público ofendido – são importantes, mas não bastam: precisam estar apoiados em fatos e acompanhados de argumentos lógicos que conduzam a uma conclusão concreta. [...] A opinião pode ser manifestada de forma leve, irônica ou séria, seca. **Mas lhe é proibido ser pomposa**. Alguns textos do jornal parecem usar roupa esporte; outros vestem **terno e gravata**. **O editorial está quase no segundo caso – mas não usa fraque, beca ou toga**. (grifo nosso, O GLOBO, 2001, p. 47).

Muito interessante a maneira como o jornal pontua a gênese do editorial no seu manual, utilizando operações enunciativas, que facilmente poderiam ser encontradas em algum texto opinativo. As regras definem o editorial como um texto que foge da rotina casual de produção do noticiário (“**vestem terno e gravata**”), assim como não é comprometido ou com nenhuma causa externa (“**não usa fraque**⁴⁰”) e, tampouco, é um texto que busca analisar acontecimentos com rigor acadêmico (“**não usa beca ou toga**”).

No mesmo sentido que a adversativa d’*O Globo* (“**Mas lhe é proibido ser pomposa**”), o primeiro manual de redação da *Folha* (1984) também veta a opinião através de linguagem rebuscada (“**o editorial dispensa linguagem empolada**”) (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p.

³⁸ Disponível em: <goo.gl/AwPjo7>. Acesso em: 27 jan. 2018.

³⁹ A primeira edição do manual de redação e estilo d’*O Globo* foi lançada em 1960.

⁴⁰ Fraque é um traje de cerimônias e eventos formais (exemplo: um casamento).

36). Diferente do que *O Globo* sustenta, a *Folha* (1984, p. 36) afirma que “raramente convém usar a ironia e a interrogação; mais raramente ainda a exclamação”. Excluiu-se tal regra com o passar dos anos e não encontramos referência do uso de ironias no manual de 2007.

As regras de redação, normalmente, são organizadas em verbetes. Nos chamou atenção que o verbete “Editorial” da *Folha*, em 2007, não apresentou tantos desdobramentos como em 1984, resumindo seu funcionamento da seguinte forma:

os editoriais não dirigem o noticiário, mas temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pelas reportagens. A *Folha* procura publicar artigos assinados que discordem das posições de seus editoriais. Nada impede que o jornal mude de opinião sobre determinado assunto. Neste caso, deve dizê-lo com clareza. (FOLHA DE S. PAULO, 2007, p. 40).

Em 1984, por outro lado, o verbete não é tão sucinto como em 2007. Pontua-se singularidade do texto como “enfático, sem ser estridente; que seja sereno sem ser pesado e desinteressante; e que expresse os pontos de vista de maneira aguda, sem tergiversar”. (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p. 40). Aconselhava-se que sempre tivesse remissão quando, em alguma notícia, tratava-se do mesmo assunto do editorial. Sob viés comparativo, o verbete sobre o discurso opinativo esvaziou-se no manual da *Folha* nos anos consultados, pois se perde as diretrizes mais detalhadas sobre operações e linguagens previstas para o editorial. Torna-se um espaço simplório em que apenas se destaca que “Nada impede que o jornal mude de opinião sobre determinado assunto. Neste caso, deve dizê-lo com clareza”. (FOLHA DE S. PAULO, 2007, p. 40).

De outro modo, no que diz respeito ao perfil editorial da *Folha*, diversas características são amplamente discutidas nas páginas iniciais do manual (2007). Não se fez o mesmo movimento anteriormente (1984). Em 2007, portanto, o jornal se vê no centro das mudanças na política, economia e nas ideias, propondo uma (re)examinação do jornalismo, pois este “reflete fraturas e deslocamentos que ainda estão por mapear e se defronta com dilemas capazes de pôr seus pressupostos em questão: o que informar, para quem e para quê?” (FOLHA DE S. PAULO, 2007, p. 11).

Essas perguntas extrapolam as fronteiras deste jornal e a temporalidade em que foram escritas (2007), tendo incidência no jornalismo de forma geral e, ainda mais recentemente, notando diferentes e novas inteligibilidades sendo requisitadas. O objetivo do próximo capítulo contempla parte dessas novas demandas de funcionamento do jornalismo. São mudanças

contextuais que atingem as rotinas produtivas e modificam narrativas entre o que chamamos conceitualmente de sociedade dos meios e sociedade em vias de mídiatização.

O subcapítulo recém-apresentado sobre os manuais faz parte do percurso dos pré-observáveis, porque entendemos a definição dos jornais sobre os seus editoriais como uma forma de aproximação com os objetos empíricos, porém não são formulações impositivas e totalizantes do fenômeno que estudamos. Em outras palavras, mesmo que o jornal postule suas regras, a única maneira de identificá-las é na análise, sem perder de vista o que os guias defendem, mas questionando o que, de fato, observamos nos objetos empíricos. Não queremos, portanto, que os verbetes sobre editoriais condicionem o nosso olhar crítico aos discursos no capítulo 5.

Os movimentos de pesquisa mais próximos à empiria, descritos neste capítulo, deambulam entre indícios, analogias e o mapeamento do registro sobre o texto editorial estipulado pelos jornais. Podemos dizer que, segundo essas três etapas, definimos o ângulo de pesquisa que assegura o viés discursivo da nossa perspectiva tendo os editoriais dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* como materiais principais. Nosso próximo passo é projetar uma discussão teórica para complexificar isso. Significa que buscamos ir além das pistas iniciais e visamos atender algumas questões já apresentadas aqui. Mencionamos, por exemplo, as transformações contextuais que impactam o *status* dos meios e o funcionamento do jornalismo, assim como a função do discurso opinativo. Três vertentes que requerem conceitos para que possamos compreendê-los nas suas especificidades. Dessa forma, o próximo capítulo – diferente deste mais voltado ao empírico – é dedicado a pensar teoricamente o que refletíamos aqui com moldes indiciais.

3 MIDIÁTICO E MUDIATIZADO NO ESPAÇO EDITORIAL DE 50 ANOS

No capítulo anterior, descrevemos as etapas de aproximação com os objetos empíricos em nível de indícios e analogias inferenciais, finalizando com as definições dos manuais de redação dos jornais sobre os seus editoriais. Tais procedimentos fazem parte do que chamamos de pré-observáveis, ou seja, fases da pesquisa que antecedem a análise propriamente dita. São movimentos metodológicos através dos quais é possível depreender necessidades conceituais e teóricas para dar inteligibilidade aos fenômenos observados, na medida em que buscamos ir além das primeiras suspeitas.

O primeiro âmbito destacado é a temporalidade em que os nossos objetos estão circunscritos. Os acontecimentos – a deposição de João Goulart e o *impeachment* de Dilma Rousseff, são empiricamente situados em temporalidades distanciadas por mais de 50 anos. De lá para cá (1964-2016), complexifica-se a noção dos meios como integrantes dos espaços do cotidiano configurando e reconfigurando modelos de constituição de sentidos no campo da socialidade. A nosso ver, os conceitos de mediação e midiatização⁴¹ são coerentes para traçar discussões sobre as transformações do lugar simbólico dos meios de comunicação no recorte temporal aqui estabelecido. Há uma espécie de deslocamento dos meios sob o prisma do determinismo técnico à problemática sócio-técnica-discursiva (FAUSTO NETO, 2008), em que se constroem novas relações de vínculos e usos dos meios. Assim, as noções de mediações e midiatização nos acompanharam até o momento e são acionados constantemente para refletirmos sobre as dinâmicas e especificidades dos contextos sociais. Primeiro, examinamos a cena sociocultural e como os meios inserem-se atingindo *status* diferenciado de um cenário ao outro. Para tal, no subcapítulo **3.1 Das mediações à midiatização: perspectivas teóricas**, temos referências de autores como Jesús Martín-Barbero (2003) e Nikolas Luhmann (2005), pois ambos lidam com a performance dos meios de comunicação de massa na sociedade moderna, sem tratá-los sob viés tecnicista de suas funções. A midiatização, por sua vez, é a complexificação da sociedade dos meios onde há a redefinição do estatuto dos meios de comunicação, assim como os seus efeitos. Especificaremos essas questões com Verón (1997), Pedro Gilberto Gomes (2016), Fausto Neto (2008; 2010), Braga (2012), Ana Paula da Rosa (2012; 2017), Ferreira (2007), e a abrangência do conceito na Europa, com as reflexões de Stig Hjarvard (2014).

⁴¹ Ver subcapítulo **3.1 Das mediações à midiatização: perspectivas teóricas**.

Em seguida, adotaremos uma visão mais direcionada aos nossos objetos empíricos – os editoriais d’*O Globo* e *Folha de S. Paulo* – principalmente, pelas incidências dos contextos da era dos meios (MARTÍN-BARBERO, 2003) e midiaticização na enunciação jornalística⁴². Salientamos que é uma abordagem não finalizada e que persistirá no subcapítulo **4.1 Editoriais: dos jornais às pesquisas**. Algumas das cooperações teóricas referenciadas não possuem o editorial como central; é o caso Robert Darnton (1990) e Christa Berger (1997), mas que levam em consideração as ocorrências e relações do meio externo nos procedimentos e rotinas produtivas dos jornais, o que também nos interessa. Buscamos elucidar o jornalismo como campo de legitimidade (RODRIGUES, 1990) e quais transformações são observadas nas relações entre produção e reconhecimento. Os vínculos são abordados através dos conceitos de enunciação e contrato de leitura (VERÓN, 2004; FAUSTO NETO, 2007; FAUSTO NETO, 2008), e retomaremos o que entendemos por gramáticas de produção (VERÓN, 1980; 2004; FAUSTO NETO, 1991; 2011) no subcapítulo **3.2 Tríade teórica: “gramáticas de produção”, “enunciação” e “contrato de leitura”**.

Autores como Walter Lippmann (1966), Fausto Neto (1994) e Marques de Melo e Assis (2016) entram na discussão com reflexões mais centrais sobre os editoriais e, a partir destas, articulamos alguns dados empíricos da análise, que será amplamente trabalhada no capítulo 5. Essa parte é focada na enunciação da opinião, uma discussão central do subcapítulo **3.3 A opinião entre contextos e temporalidades**, especialmente para pensar o papel da opinião na sociedade dos meios e na sociedade em vias de midiaticização.

Por fim, no subcapítulo **3.4 A construção do acontecimento no noticiário ao editorial**, realizamos aproximação com o conceito de acontecimento em diálogo com os autores como Pierre Nora (1974; 1988), Verón (1981), Rodrigues (1993), Mouillaud (1997), Louis Quéré (2005), Patrick Charadeau (2006), Berger e Tavares (2010) e Lidiane Santos de Lima Pinheiro (2015) para discutir a construção do acontecimento pelos meios. Muito embora esses autores direcionam-se ao noticiário, é possível encontrar insumos que nos auxiliam a reflexionar a inserção no campo editorial como um processo de deslocamento e contaminações de diferentes partes do jornal. Isso porque o acontecimento é sempre fonte de novas discursividades jornalísticas (BENETTI e FREITAS, 2015).

Os editoriais tematizam, elegem e analisam episódios que somente ingressam na ambiência do jornalismo pelo trabalho feito pela produção noticiosa. Em primeira instância,

⁴² Ver capítulo **3.3 Enunciando a opinião entre contextos e temporalidades**.

portanto, é necessário entender a origem do acontecimento como conceito com auxílio dos autores citados; e, em seguida, de que forma os acontecimentos são capturados pelo discurso informativo e, apontando aos nossos objetos, como estes são deslocados para se tornarem conteúdo do discurso opinativo.

3.1 DAS MEDIAÇÕES À MUDIATIZAÇÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Sociedade dos meios e sociedade em vias de midiatização são dois contextos que aparecem frequentemente em nossa proposta, principalmente em relação às especificidades e mutações das modalidades comunicacionais de um período ao outro. Enfatizamos que, neste subcapítulo, ainda não aprofundamos a discussão das diferenças entre o funcionamento dos editoriais em ambas. É uma parte do trabalho dedicada ao debate conceitual, envolvendo teorias e conceitos, pensados e repensados segundo novas problemáticas da Comunicação; os próprios termos *produção*, *recepção* e *circulação* são resultados do exercício epistemológico de questionar alguns saberes da área como explicaremos a seguir.

A Comunicação não é uma problemática surgida com os meios, mas são eles que redesenham dinâmicas sociais, que são voláteis aos avanços tecnológicos de cada período histórico, quando passam a ocupar e inscrever-se em diferentes espaços. Tentaremos, neste subcapítulo, dar conta desta variável. Martín-Barbero (2003), a partir de uma leitura crítica dos processos midiáticos, sugere pensar a comunicação para além dos meios, na medida em que se desdobra em uma problemática da cultura. Essa crítica tem muito a ver com tendências que ressaltam o teor exclusivamente tecnicista da ação dos meios sobre as pessoas – remetendo ao binarismo entre emissores-dominantes e receptores-dominados de antigas teorias. Prioriza-se, portanto, as maneiras em que a comunicação configura novos modelos de sociedade, implicado na mudança epistemológica ao questionar a linearidade da transmissão de informação:

Dito em outras palavras: os processos políticos e sociais desses anos – regimes autoritários em quase toda América do Sul, diversas lutas de libertação na América Central, amplas migrações de homens da política, da arte e da investigação social –, **destruindo velhas certezas e abrindo novas brechas, nos confrontaram com a verdade cultural** destes países: a mestiçagem, que não é só aquele fato racial do qual viemos, mas a trama hoje de modernidade e descontinuidades culturais, deformações sociais e estruturas do sentimento, de memórias e imaginários que misturam o indígena com o rural, o rural com o urbano, o folclore com o popular e o popular com o massivo. (grifo nosso, MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 28).

“Destruindo velhas certezas e abrindo novas brechas”, da citação acima, salienta a recusa ao binarismo entre emissor e receptor. O conceito em Martín-Barbero (2003), ainda, atribui função representacional e simbólica da mensagem que, na perspectiva das mediações, pode ser recebida de outra maneira do que a prevista pelo emissor. Tendo função representacional, os meios são levados em consideração na elaboração de políticas culturais e são lugares estratégicos de relações e vínculos entre produção e recepção (MARTÍN-BARBERO, 2003). A menção à diretrizes teóricas segundo as quais defende-se um argumento instrumental nos remeteu à *Teoria da Informação*, sugerida por Claude Elwood Shannon (apud MATTELART, 1999), que apresenta expressões como informação, transmissão de informação, codificação, decodificação, recodificação, redundância, ruído, disruptor e liberdade de escolha, incorporadas no vocabulário da área (MATTELART, 1999). Porém, a visão da teoria sobre o processo em si é insuficiente. Emissor e receptor, que estão usualmente presentes no repertório acadêmico de pesquisadores da Comunicação, são legados deste sistema matemático, linear e instrumental. Contudo, a insuficiência diz respeito à suposta linha unidirecional por qual a informação é transmitida do âmbito da produção à recepção, como se defendia. Não é uma teoria de comunicação propriamente dita, mas “uma teoria de transmissão de sinais” (GOMES, 1997).

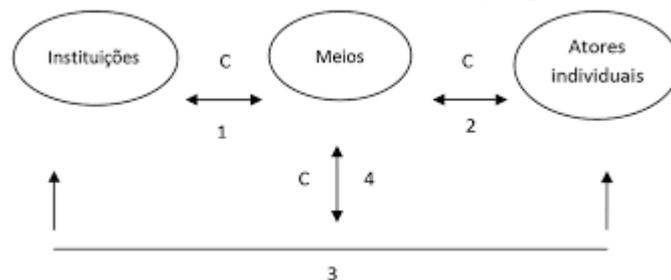
Se tomássemos o modelo como diretriz, seria impossível interpelar como determinadas condições de produção atendem a demandas específicas do reconhecimento (sujeitos individuais ou coletivos, também chamados de receptores ou atores sociais), atualizando mercados discursivos e negociando vínculos sociais. Pontuamos, portanto, como efetivamente nos distanciamos de linhas que reduzem o comunicacional a um modelo de certezas em que a mensagem chega exatamente como se prevê. Pelo contrário, evidenciamos a complexidade das relações através da tensão entre mediação e mediatização, pois entendemos que o caráter de ambas gera alterações na estrutura social, embora a segunda vá além da primeira – conforme explicamos ao longo deste texto.

Na também chamada de era dos meios, os meios firmam-se protagonistas na representação dos modos de viver e organizam-se para dar “voz” e visibilidade a outros campos, como o da educação, religião, política, etc, estabelecendo maior interdependência deles com as mídias. Um exemplo prático é a maneira pela qual, através dos protocolos do jornalismo, os “especialistas” de outros campos, constituídos como fontes, ganham espaço e voz sujeitos às

mediações⁴³. É como se as mídias detivessem uma espécie de capital da visibilidade que enuncia a existência de outros campos (MARTÍN-BARBERO, 2003). Observando o jornalismo como prática social, a mídia como mediadora caracterizada pelo seu lugar de poder, é responsável pela produção, projeção e legitimação dos sentidos. Os outros grupos, naquele contexto midiático, precisariam “atravessar a mídia para obter estatuto de existência” (BERGER, 1997, p. 281). Na sociedade dos meios, torna-se importante o trabalho mediador das instituições, quando se valem largamente dos meios e seus discursos para divulgar suas estratégias e seus temas. Este fenômeno permanece, mas é intensamente dinamizado na midiática na medida em que os campos já não se encontram retidos em suas fronteiras e a natureza mediadora do *midiático* sofre injunções de outras interações, tornando-a mais complexa e, por vezes, uma mediação que requer outros ângulos de compreensão.

Com a aceleração da midiática, há um redesenho deste cenário devido à apropriação de lógicas midiáticas por instituições e atores sociais (individuais ou coletivos) e zonas complexas de afetações, redefinindo práticas próprias de cada um (VERÓN, 1997). Verón (1997) busca construir graficamente a reconfiguração da sociedade tendo em vista a midiática. O gráfico não é um modelo teórico e, sim, uma tentativa de ordenar o que ele chama de campo problemático da midiática, apresentando quatro zonas de contato (**Figura 1**):

Figura 1 - Sociedade em vias de midiática por Verón (1997)



Fonte: Verón (1997, p. 7).

O autor nos ajuda a descrever o esquema esclarecendo a concepção de zonas de afetações entre os três níveis:

O esquema identifica quatro zonas de produção dos coletivos: a relação dos meios com as instituições da sociedade (**dupla flecha 1**); a relação dos meios com os

⁴³ Ver capítulo 3.3 A opinião entre contextos e temporalidades.

individuais (**dupla flecha 2**); a relação das instituições com os atores (**dupla flecha 3**) e a maneira em que os meios afetam a relação entre as instituições e os atores (**dupla flecha 4**). (grifo próprio, VERÓN, 1997, p. 7).

A partir do gráfico é possível situar a *processualidade*, mediante aos *feedbacks* complexos como característica singular do funcionamento das práticas sociais na respectiva sociedade. Os *feedbacks* apontam para processos não lineares de intensa atividade interacional entre as zonas. Destacamos o duplo sentido das flechas, sendo assim, o contato acontece tanto de um lado quanto de outro. No que diz respeito aos meios, mesmo centralizados no diagrama, não conotam sentido de soberania perante aos outros. Isto não significa que são irrelevantes na processualidade ou que perdem o seu papel, pelo contrário, eles afetam práticas de diferentes campos (como o religioso, político, educacional, jurídico, etc) e estes se utilizam das lógicas de funcionamento das mídias em suas rotinas produtivas.

Esse esquema representa um marco na obra deste autor para formalizar em termos visuais o conceito de mediação (VERÓN, 1997). Porém, ele vai à frente, tomando-o como referência, mas complexificando tal elaboração mediante outros desenhos que estão presentes em suas obras mais recentes (VERÓN, 2013). Em ambas, chamamos atenção para a dimensão não determinista deste processo em consequência dos emaranhados de *feedbacks* que nele se desenvolvem. Este diagrama é pertinente, pois lidamos com a opinião num cenário onde os meios perdem a centralidade e o poder exclusivo da opinião que, na ideia de *feedbacks* complexos de Verón (1997), dão lugar ao opinionismo, fenômeno que não precisa ser necessariamente mediado pelas *mídias*. Voltaremos a essa questão no próximo subcapítulo.

Em nossa aproximação com a literatura sobre mediação, à primeira vista, nos instigou a refletir sobre questões que emergem da repercussão da noção do “novo” ou de “novidade”. Gomes (2016) estabelece contato direto entre a comunicação e a sociedade que, na ambiência da mediação, configura algo totalmente novo. Os meios não são apenas instrumentos; “são parte da autocompreensão social e individual” (GOMES, 2016, p. 18). A sofisticação dos meios tecnológicos e, principalmente, os seus usos na cotidianidade discriminam a sociedade contemporânea como mediada. Isso não ocorre por apenas uma via, pelo contrário, são relações, inter-relações, correlações, conexões e interconexões, segundo Gomes (2016), que algum conteúdo, por exemplo, é apropriado pelos meios de comunicação, são significados e resignificados, gerando um ambiente comunicacional que sofre implicações diretas da sociedade, pois a comunicação – nesta perspectiva teórica – é *com e para* a sociedade (GOMES, 2016).

Alertamos que o “novo” não representa o advento da Internet, redes sociais ou aparatos tecnológicos por si só como geradores indiscriminados da mídiatização. São adventos de extrema relevância, mas é no uso e nas resignificações, feitos pelos indivíduos, meios e instituições, que se materializam novas práticas sociais, conforme defende Gomes (2016, p. 18):

A sociedade em processo de mídiatização é maior, mais abrangente, que a dinâmica da comunicação até agora levada a cabo na chamada sociedade dos meios. Não é somente a comunicação que é potencializada, isto é, não são apenas as possibilidades de comunicação, por meios tecnológicos extremamente sofisticados, que caracterizam o contexto atual, mas a sofisticação tecnológica, amplamente utilizada pelas pessoas desde a mais tenra idade, cria um novo ambiente matriz que acaba por determinar o modo de ser, pensar e agir em sociedade. A esse ambiente matriz designamos de “sociedade em mídiatização”.

Formam-se linhagens para refletir sobre os “*novos* processos de circulação; *nova* arquitetura comunicacional; *novas* relações entre produtores e receptores; *novas* dinâmicas de interface” (grifo nosso, FAUSTO NETO, 2010, p. 1-2). Ou, então, nos “dispositivos mais ancorados na tradição se diversificam em *novas* experiências, no contexto da mídiatização social” (grifo nosso, BRAGA, 2012, p. 3). Nos sugere pensar que o conceito de mídiatização foge à previsibilidade da dedução que uma mensagem chegaria ao público receptor como o emissor previu. Pelo contrário, em uma sociedade mídiatizada, produção e reconhecimento estão em condições, inclusive, de trocar de “funções” dentro deste sistema produtivo comunicacional (BRAGA, 2006).

Relações complexas são entendidas como um “jogo entre as instituições midiáticas e não midiáticas envolvidas, que se movem em dispositivos, adotando as lógicas de especialistas do campo das mídias como referência” (ROSA, 2012, p. 57). Ferreira (2007) também entende a mídiatização a partir do dinamismo das relações travadas neste cenário, contribuindo para o entendimento do conceito caracterizado pela transversalidade dos meios. E que estes não afetam indivíduos e instituições de forma única e exclusiva.

Da relação entre produção e reconhecimento surge a circulação que, na análise de discurso, é a diferença entre as marcas que derivam das gramáticas de produção e de recepção, manifestadas no âmbito das discursividades. Essa diferença é mediante “a jogos complexos de oferta e reconhecimento” (FAUSTO NETO, 2010, p. 11). Numa dimensão histórica, por exemplo, pode-se ler uma mesma obra – Verón (2004) cita o exemplo do *Capital*, de Karl Marx – e ter resultados diversos de leitura em função de gramáticas de reconhecimento sobre as quais

se apoiam a recepção do texto ao longo dos anos. A circulação, é claro, não se restringe a este exemplo. Rosa (2017) problematiza o processo cada vez mais intenso de produção e consumo de imagens, entre as quais, algumas se tornam “cristalizadas” e acionam novos sentidos em outras fotografias quando reverberam na cena midiaticizada. É a noção de fluxo adiante (BRAGA, 2012) que, a nosso ver, é da ordem de qualquer objeto:

desde a reposição do próprio produto para outros usuários (modificado ou não); à elaboração de comentários – que podem resultar em textos publicados ou em simples “conversa de bar” sobre um filme recém visto; a uma retomada de ideias para gerar outros produtos (em sintonia ou contraposição); a uma estimulação de debates, análises, polêmicas – em processo agonístico; esforços de sistematização analítica ou estudos sobre o tipo de questão inicialmente exposta; passando ainda por outras e outras possibilidades, incluindo aí, naturalmente a circulação que se manifesta nas redes sociais. (BRAGA, 2012, p. 39).

Há, ainda, a midiaticização sob viés mais institucional; neste recorte, o fenômeno é observado segundo a institucionalização de novas formas de interação entre a mídia com as instituições, em que a própria pode ser considerada uma instituição ela mesma. Analisam-se as mídias pela temática das transformações das relações: a interação ocorre dentro das instituições, entre as instituições e na sociedade, em um processo de mútua determinação. Por isto, o processo é *recíproco* no qual a mídia não exerce dominação em relação às outras esferas sociais, mas – ao mesmo tempo – é incorporada por outros domínios numa relação de dependência geradora de mudanças estruturais (HJARVARD, 2014).

Para elucidar melhor, Hjarvard (2014) aproxima a instituição mídia e a instituição escola em casos em que os estudantes têm acesso a celulares ou computadores dentro do contexto educacional, integrante das estratégias pedagógicas de aprendizado. Num cenário como este, há a sobreposição de duas lógicas institucionais de origem distinta, ocasionando a reformulação da autoridade do professor em sala de aula, quando os alunos podem, por exemplo, buscar outras fontes do conteúdo ensinado. De certa forma, nos remete às mediações, trabalhadas no início do subcapítulo, principalmente, pelo sentido de protagonismo e maior influência das mídias nas práticas de outras instituições.

Epistemologicamente, o conceito não se esgota na síntese que fizemos. Porém, é possível pensar em algumas diferenças pontuais entre a abordagem de Hjarvard (2014) e a dos pesquisadores latinos citados anteriormente. A preocupação do autor é em tono da influência das tecnologias da comunicação nas sociedades modernas, tendo como central os impactos nas instituições, e obtendo como resultado o estatuto da própria mídia como uma instituição. Por

outro lado, a perspectiva latina trabalha questões semióticas em que as mídias são objetos de linguagem, afetando as formas de comunicação e relação entre instituições, meios e atores sociais individuais ou coletivos. As contribuições referidas são traços das mudanças do ponto de vista amplo para que, no capítulo seguinte, assegurarmos as implicações formuladas aos nossos objetos. Antes disto, porém, há outras visões sobre a midiatização que se inserem no debate. Enfatizamos que não temos como objetivo contemplar a totalidade delas em torno do tema, mas notamos impasses mais marcantes na perspectiva nórdica, principalmente no que diz respeito à observação da midiatização sob a nuance institucional e, de outro lado, mais voltada à semiótica.

Como foi possível perceber, nos dedicamos mais em recuperar o conceito trabalhado por alguns autores da América Latina. O debate é amplo e, no presente caso, identificamos maior proximidade com estudos sociossemióticos do que com a abordagem inspirada em uma sociologia institucionalista, de Hjarvard (2014), mais preocupada com as instituições.

O fato de nos aproximarmos da semiótica, levando em consideração a eleição dos editoriais dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* como objetos empíricos, situa a nossa problemática na tríade teórica de gramáticas de produção, enunciação e contrato de leitura. Tais conceitos nos acompanham no próximo subcapítulo e ao longo do trabalho. É em detrimento do diálogo entre teoria e empiria que tais escolhas são estabelecidas, pois objetivamos atender teoricamente o que observamos nos materiais.

3.2 TRÍADE TEÓRICA: “GRAMÁTICAS DE PRODUÇÃO”, “ENUNCIÇÃO” E “CONTRATO DE LEITURA”

O trabalho com os pré-observáveis⁴⁴ originou um olhar atento ao discurso opinativo. Essa preocupação, principalmente pela maneira como o discurso é construído, requer um quadro teórico que consiga atender à noção de que qualquer discurso passa por construção específica, aqui entendida como enunciação. A enunciação corresponde a um trabalho que os sujeitos realizam no interior da língua para construir referências sobre a realidade; enquanto o enunciado, distintamente, é sobre o conteúdo; sobre o que é dito. O mesmo enunciado, portanto, pode ser construído por diferentes modalidades de enunciação (VERÓN, 2004). Há enunciações, que são unilaterais e exortativas, por exemplo, possibilitando interpretar que o

⁴⁴ Ver capítulo 2 **Pré-observáveis: o objeto e as primeiras “suspeitas”**.

enunciador não tem a intenção de estabelecer vínculos muito próximos com o seu destinatário. Há outras que interpelam, convidam, demonstram e, por assim, buscam – através da enunciação – criar vínculos mais próximos.

Aplicado à imprensa, Verón (1980, 2004) trabalha a problemática da enunciação associada às questões de gramáticas de produção. Toda gramática é fonte de operações discursivas através das quais se realiza uma atividade de orientação e referências como aquelas que são feitas pelo discurso jornalístico. Analisar um texto é também, neste viés, um trabalho de reconstituição das condições de produção dos discursos guiado pelas gramáticas de produção. Para reconstruir as condições de produção é preciso observar e manejar marcas deixadas nos textos. O estudo desses traços é definido em Verón (2004) como análise ideológica, pois se considera a relação entre um discurso e suas condições sociais de produção. O ideológico não significa encontrar o que foi “deformado”, “manipulado” ou “alienado” pela produção. É, por outro lado, localizar o discurso no escopo social, condicionado dentro de ordens econômicas, sociais, políticas e institucionais firmadas socialmente. É uma dimensão ampla que pode incidir em qualquer tipo de comunicação, desde a interpessoal até a comunicação de massa. O ideológico não está nos produtos e, sim, nas relações dele com suas condições de produção. Ele está investido na enunciação e pode ser apreendido através dos traços deixados nas superfícies discursivas. Por isso, corresponde às gramáticas de produção.

No nosso caso, lidamos com um conjunto de textos heterogêneos dos editoriais que, embora se apoiem em diferentes gramáticas, assumem diretrizes do que podemos chamar de níveis de uma gramática básica, principalmente para se distinguir do discurso informativo. Propomos pensar na ideia de que o jornal possui um arquivo com regras determinantes para a produção enunciativa, às quais ele consulta nas rotinas produtivas e, em nossa proposição, atualiza de um acontecimento ao outro.

Fausto Neto (1991, p. 34) explica que todas as gramáticas de produção têm em seu cerne a contaminação por discursos de outras instâncias a fim de estruturar um “certo discurso social”. O fazer jornalístico baseia-se nos protocolos de instituição jornalística ao hierarquizar o que é mais importante, por exemplo. Portanto, seguem regras ou leis orientadoras para produção de algum discurso que, no conjunto destas regras, forma uma gramática de produção.

O editorial por natureza utiliza como referência outros discursos para desenvolver sua atividade enunciativa. A enunciação – pensando na tentativa de atrair o outro para as ofertas de sentido – é destinada aos leitores, podendo ser mais ou menos adaptada a eles, sendo subordinada ao interior dos contratos de leitura entre o jornal e o seu público. É uma atividade

que visa produzir possibilidades de vínculos entre as duas esferas: produção e recepção. Sem o contrato, não há possibilidade de criação desse elo de contato entre produção e reconhecimento (VERÓN, 2004). É como se o jornal, através do seu contrato, dissesse “a que veio” e ofertasse uma notícia, por exemplo, como outra realidade, àquela que o leitor só teria acesso ali. Por mais regrado que seja, o contrato não é imutável e, tampouco, possui um campo de efeitos certos. Conforme Fausto Neto (2007, p. 3), o conceito inclui a atenção para “regras, estratégias e ‘políticas’ de sentidos que organizam os modos de vinculação entre as ofertas e recepção dos discursos midiáticos”.

A força do “contrato” estaria nas virtudes de suas operações enunciativas, susceptíveis de traduzir em termos de efeitos, possível interação que articule a oferta jornalística e o trabalho de apropriação do leitor, a partir de mensagens que os articule, na esfera da circulação. (FAUSTO NETO, 2007, p. 6).

Como afirmamos, as regras não implicam em uma noção estática do contrato. Pelo contrário, em uma sociedade midiaticizada, existem várias possibilidades de construí-lo, através dos quais o *status* de receptor é entendido pelas *mídias* como sujeitos falantes, impregnando a situação de um espaço reservado da produção. Charadeau (2006), assim como Fausto Neto (2007; 2008) e Verón (2004), atribui aos sujeitos uma posição de fala pessoal. Ou seja, o receptor, neste recorte, pode aceitar, rejeitar, deslocar ou, até, propor um novo contrato de leitura, que desconsidera o ato de comunicação como um arranjo previamente determinado.

No subcapítulo anterior, trabalhamos mais conceitualmente o que se pensa por sociedade dos meios. Agora, buscamos entender como os dois contextos afetam o contrato de leitura. Na sociedade dos meios, como mencionamos, firmava-se um *status* ou função representacional aos meios que, incluídos na lógica dos campos sociais, operavam como produtores e organizadores de sentido (FAUSTO NETO, 2008). Os campos sociais são trabalhados por Rodrigues (1990) a partir da constituição de uma esfera de legitimidade. Existem campos que, segundo autor, são indiscutivelmente constituídos como tais, sendo inevitável o uso de artigo definido: “o religioso, a família, o militar, o político, o científico, o econômico” (RODRIGUES, 1990, p. 144). Para que uma temática como a AIDS, própria do campo médico, seja conhecida, necessariamente, é preciso que os meios de comunicação a tornem pública. Luhmann (2005) observa os temas como elementos assegurados pela comunicação e garantem a relação com outros campos. São eles, portanto, que fazem parte da continuidade e reverberação do assunto, independente da qualidade dos enquadramentos que são submetidos.

Esse cenário se complexifica na medida em que, na sociedade em midiatização, os meios ainda garantem a circulação, mas são submetidos a outras lógicas em que os temas são apropriados na relação com outras instâncias, garantindo não apenas a continuidade, mas a circulação segundo interesses distintos. Uma das consequências da midiatização é a diluição das fronteiras e limites de cada campo. A diluição das demarcações entre campos ou o atravessamento dos mesmos significa a incidência de características do campo político, por exemplo, no midiático e vice-versa. Nesse ambiente, acentuamos o caráter relacional dos meios com as instituições e atores sociais. Falar sobre midiatização reforça a preocupação em torno das mutações que os campos sofrem a tal ponto que suas fronteiras se deslocam e grande parte de suas atividades passam a ser condicionadas pela dinâmica da midiatização (BRAGA, 2012) frente aos *feedbacks* complexos (VERÓN, 1997).

Portanto, se pensarmos no jornalismo neste contexto, a mediação enfraquece e o contrato de leitura se faz sob outras condições. O editorial faz parte das estratégias de angariar leitores do jornal, pois é um discurso singular em que se firmam funções de denúncia, vigilância e argumentação para sentenciar a opinião da empresa jornalística diante dos impasses sociais. Se antes, buscava-se fidelidade; hoje se apresenta uma relação em que o jornal busca vínculos diariamente para que o leitor não migre, rapidamente, para outra mídia em um cenário de maior concorrência entre os meios do que na sociedade dos meios.

Para tanto, projetamos o próximo subcapítulo para compreender parcialmente como operações da midiatização repercutem sobre as condições de enunciação da opinião, pois há também transformações que saem do meio externo e chegam à especificidade dos modos de dizer que se relacionam com o trabalho da editorialização. Isto é, a transformação no estatuto dos meios como esfera representacional a protagonistas influi nas rotinas produtivas e no produto do jornalismo que, em nosso caso, é o editorial.

3.3 A OPINIÃO ENTRE CONTEXTOS E TEMPORALIDADES

Neste subcapítulo, em diálogo com os nossos objetos, focamos na opinião e as transformações do estatuto da mesma da sociedade dos meios à sociedade em vias de midiatização. Como vimos anteriormente, a mudança do *status* dos meios na temporalidade de mais de 50 anos força o jornalismo a assumir novas estratégias de criação e manutenção de vínculos com seus leitores segundo novas proposições de contratos de leitura.

O modo de ser do jornalismo – na temporalidade da sociedade dos meios – transitou entre o modelo francês e o modelo norte-americano, sendo o último adotado de forma gradual a partir de 1950 (ABREU, 1996). No modelo francês, o limite entre informação e opinião não era fortemente delimitado como no jornalismo norte-americano, no qual o foco central é a informação e a notícia (respondendo ao chamado *lead*: “o que”, “quem”, “quando”, “onde”, “como” e “por que”). Sendo afetado pelo molde, o jornal precisa configurar um espaço exclusivo onde expressará o seu ponto de vista sobre determinado assunto ou acontecimento, que é a seção **Editorial** ou **Opinião**.

Ao pensar o papel ou finalidade dos gêneros jornalísticos, incluindo o opinativo, definem-se duas características: “sua aptidão para agrupar diferentes formatos – todos com caracteres comuns, embora diferentes entre si – e sua função social” (MARQUES DE MELO e ASSIS, 2016, p. 49). Portanto, o editorial faz parte do gênero opinativo como um “fórum de ideias”, assim como os comentários, resenhas, artigos, colunas, caricaturas, cartas e crônicas – devido ao seu *modus operandi* (como codificam as mensagens) (MARQUES DE MELO e ASSIS, 2016). Importante ressaltar que o editorial não é único que compõem a cadeia de gêneros opinativos. A carta do leitor faz parte do gênero opinativo, mas é escrita pela audiência; os artigos de opinião também, mas são assinados e representam a opinião de alguma personalidade específica e, não, da empresa jornalística como assim faz o editorial.

Empiricamente, adiantamos, de modo sintético, que o jornal *O Globo*, em 1964, ao contexto da sociedade dos meios, não submetia os editoriais a seções específicas. O leitor, através das pistas deixadas pelo contrato de leitura, reconhecia que ali estava exposto o discurso opinativo tendo em vista certas marcas gráficas e discursivas, no caso, a diagramação operada com um *box* envolvendo o texto e letras maiúsculas no título dos editoriais. Essa característica nos permite conjecturar que o leitor da época era mais fluente nos modos de dizer da enunciação d’*O Globo*, pois o periódico não indicava o gênero de determinada produção ao optar por não utilizar as seções. Diferente de 2016, quando o uso é explorado, inclusive, para além da **Opinião**. Em nossa análise, encontramos três tipos de seções as quais o editorial está submetido: **Opinião; Ano Novo** e **Tema em discussão**, conforme explicitamos no capítulo 5 de forma mais detalhada.

Ainda na sociedade dos meios, mais especificamente sobre o âmbito da produção, a empresa jornalística tinha mais autonomia em relação aos seus padrões de editorialização e, principalmente, o que viraria notícia. Isso não significa que o jornalista também detinha e detém a mesma autonomia. Buscamos fugir da ideia do jornalismo e do jornalista como “instituições”

capazes de influenciar deliberadamente e irrestritamente o seu leitorado. Percebemos a atividade nas suas relações com o exercício político uma vez que existam grupos opostos que se beneficiam de certas práticas da atividade jornalística. Em outras palavras, as coberturas também são reflexos das disputas do cenário político eleitoral. Os jornalistas são incumbidos da sua própria percepção e – além disto – incorporam a lógica da profissão no seu fazer diário de selecionar e enquadrar acontecimentos, tendo em mente os critérios da empresa. Tal relato selecionado, apreendido, enquadrado e transformado em produto é uma construção que pode transformar determinada visão de mundo, mas apenas se o efeito for reconhecido (BOURDIEU, 1989, p.14). Concordamos com o autor e destacamos essa questão essencial do reconhecimento dos efeitos pelos públicos leitores.

Por mais que tenhamos superado a premissa da manipulação, não ignoramos a participação dos jornais nos trâmites dos poderes políticos a fim de atender a determinados interesses e planos de governo. Tanto *O Globo* quanto a *Folha* são socialmente reconhecidos como representantes da imprensa escrita brasileira e não são raras as críticas e associações deles com o termo “grande mídia”, por exemplo, a partir do qual se aciona a noção dos periódicos atrelados à oposição de governos ditos populistas. Condiz com os moldes do jornalismo como atividade capitalista, principalmente a partir do século XIX, quando o jornal passou a ter um valor econômico e a funcionar como uma empresa, cedendo espaço para anúncios publicitários e se sustentando desta forma. Neste contexto, determinados jornais se mantêm fiel aos interesses daqueles que podem mantê-los financeiramente (MARTINS e DE LUCA, 2011).

Darnton (1990), em *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*, oferece pistas sobre isso quando enuncia: “*Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica*” ao descrever sua experiência como jornalista do *New York Times*, a partir da qual acentua-se os preceitos do campo para definir e transformar um acontecimento em notícia:

Logo descobri que não tinha nascido com faro para notícias, pois, quando eu farejava algo publicável, os veteranos geralmente me diziam que aquilo não dava uma matéria, e muitas vezes recolhiam coisas que me pareciam sem qualquer importância. É claro que eu sabia que nenhuma notícia é boa, e que apenas algo medonho pode resultar numa matéria realmente boa. [...] Uma vez, achei que tinha encontrado um boletim tão espetacular – creio que incluía assassinato, estupro e incesto – que fui diretamente para o setor de homicídios para conferir. Depois de ler o boletim, o detetive me olhou com um ar de desagrado: –Você não vê que é coisa de preto, menino? Não dá material. Ao lado dos nomes da vítima e do suspeito, havia um B (“black”) maiúsculo. Eu não sabia que atrocidades entre negros não constituíam notícia. (DARNTON, 1990, p. 89-90).

Aplicando aos editoriais as ideias de Darnton (1990) podemos ainda dizer que o acontecimento é noticiado e editorializado, pois – dependendo da força do mesmo para ser repercutido nos editoriais. A notícia seria o primeiro produto que gera um editorial e, conseqüentemente, pode ter o seu tema reverberado em narrativas seriadas das reportagens a um longo prazo. Definir o que é notícia, a sua edição e a sua circulação, de alguma maneira, seguem a mesma lógica quando os jornais anunciam e enunciam os editoriais. Berger (1997) inspira-se no título de Darnton (1990) e propõe acréscimos: *Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica*. Segundo a nossa visão, a autora complexifica o que Darnton (1990) propôs. É possível que os editoriais também sofram do mesmo processo de afetação do meio interno e externo (deve responder, portanto, às demandas do leitor e, ainda, levar em consideração a lógica comercial da publicidade que sustenta o jornal) citado por Berger (1997). Ou seja, há a imposição de outros setores no fazer jornalístico.

Os editoriais diferenciam-se pela força do acontecimento. Tanto a deposição quanto o *impeachment*, por exemplo, são acontecimentos com força suficiente para migrar da síntese noticiosa para o campo editorial. Neste sentido, o texto opinativo funciona como uma forma de condensar vozes que circulam em outras partes do jornal, postulando interações com o universo maior, ou seja, o jornal. Há o acontecimento engendrado pelo discurso jornalístico e a sua transformação quando o mesmo é tratado na esfera da enunciação opinativa. O acontecimento é posto em movimento na produção discursiva, deslocando-se de um gênero ao outro, assumindo-se singular devido às novas narrativas em que está submetido, capazes de dinamizar em termos de interpretação. No editorial, acentua-se uma ideia de perspectiva futura do acontecimento, como se o jornal ali enfatizasse que gostaria de acompanhar qual será o desfecho de determinado episódio. Ampliaremos a discussão no próximo subcapítulo⁴⁵.

O discurso opinativo fala em nome do jornal, mas também de um lugar social e coletivo (FAUSTO NETO, 1994). Talvez seja possível dizer que o espaço editorial é aquele que se estabelece o contrato de leitura de forma mais próxima, identificada e personificada com o projeto de identidade de um jornal. Isto porque é nele que se dá a materialização da opinião da instituição e, não, o pronunciamento das fontes jornalísticas ou especialistas de determinados assuntos, que torna a relação entre jornal e leitor intermediada. O editorial possui marcas

⁴⁵ Ver 3.4 A construção do acontecimento no noticiário ao editorial.

linguísticas do discurso doutrinário, avaliativo e problemativo por natureza, logo se difere do caráter textual informativo de uma notícia ou reportagem (FAUSTO NETO, 1994).

Segundo Lippmann (1966), o jornal é resultado de diversas escolhas, como os itens que devem ser impressos; a posição em que cada um deve estar; o espaço que ocupam e o destaque que recebem. O objetivo é “provocar sentimentos do leitor, de induzi-lo a identificar-se pessoalmente com as histórias que está lendo” (LIPPMANN, 1966, p. 197). Porém, a partir do momento que as notícias não conseguem atingir tais objetivos, os editoriais são operados a reforçar o que o autor chama de “criar a opinião”:

Às vezes, numa situação que surge, nas páginas noticiosas, demasiado confusa para facultar a identificação, eles (*os editoriais*) dão ao leitor uma pista que lhe permite envolver-se. É necessário que este tenha uma pista se precisar, como precisamos todos nós, aprender as notícias às pressas. O leitor exige de alguma sugestão que lhe diga, por assim dizer, onde é que ele, um homem que se concebe como tal e tal pessoa, integrará seus sentimentos nas notícias que lê. (LIPPMANN, 1966, p. 197).

A citação prevê a contiguidade dos leitores com jornais que, por sua vez, não podem “mudar facilmente de posição, ainda que o redator acredite que os fatos justificam. Se a mudança for necessária, a transição terá de processar-se com máxima habilidade e delicadeza” (LIPPMANN, 1966, p. 198). Como vimos no subcapítulo **2.3 Os editoriais segundo os manuais de redação**, a *Folha* prevê possíveis mudanças de opinião ao mesmo tempo em que protocola que deve dizer com clareza caso, de fato, tenha mudado (FOLHA DE S. PAULO, 2007). Reforça a perspectiva do jornalismo como instância representacional da sociedade, que se apresentava como um elo a partir do qual os leitores esperavam o que determinado jornal iria dizer, através dos editoriais, sobre algum assunto.

No contexto da midiaticização, a dimensão opinião se expande compondo um quadro ampliado de opinionismo resultado do esquema de transversalidade discursiva, já apresentado no capítulo anterior (VERÓN, 1997). O modelo transversal de comunicação implica em múltiplos *feedbacks* instituídos em zonas complexas, a partir das quais se reverbera opiniões de atores sociais (FAUSTO NETO, 2010). Configura-se em um fenômeno de opinionismo exacerbado, que vai muito além da concepção da opinião pública como resultado do fazer jornalístico de forma exclusiva e central, como na sociedade dos meios.

Em outras palavras, a midiaticização afeta o processo de editorialização do jornal, que também é afetado pelas novas interações entre os jornais e leitores. Agora, existem possibilidades para muito além da seção **Carta do Leitor**, espaço reservado para os pareceres

dos atores sociais sobre os conteúdos das edições. Na sociedade dos meios a restrição do espaço opinativo do público, marcado por forte mediação da instituição que decidia se publicaria a carta ou não, é alterada na midiatização devido aos *feedbacks* instantâneos à publicação. A possibilidade de estender a veiculação de conteúdo da edição impressa às redes sociais digitais permite outra forma do público responder aos estímulos do jornal, pois a mediação é transformada na medida em que o mesmo não precisa aguardar que o jornal receba a sua carta e defina se vai ou não a publicar .

Um aspecto curioso é que o período que tomamos por sociedade dos meios é referente, no nosso recorte, à deposição de João Goulart que, ao longo do tempo, desenvolveu-se no regime ditatorial brasileiro. Anos após a deposição, algumas referências de jornalismo autointitulado de oposição surgem no território nacional. Embora este período mais radical da ditadura civil-militar não seja o nosso recorte temporal, avaliamos necessário citar representantes deste tipo de jornalismo opinativo que emergem no contexto da sociedade dos meios. Frente à censura e ao desacordo com o governo militar, a opinião tornava-se cada vez mais necessária nas estratégias de enunciação. Inclusive, no período, o nome de um dos jornais alternativos era justamente *Opinião*, que junto ao *Pasquim* e *Movimento*, representavam parte da imprensa alternativa, caracterizada pela incidência da opinião, mesmo em notícias e reportagens (MAIA, 2002).

Muitas vezes, a publicação se tornava inviável, devido aos cortes radicais dos censores e, em outras situações, os próprios editores substituíram, por anúncios, normalmente de autopublicidade, ou até de receitas culinárias, em espaços não usuais com objetivo de chamar atenção dos leitores às matérias proibidas (ROMANCINI e LAGO, 2007). Outras táticas também foram adotadas pelos periódicos previamente censurados, entre elas, a inclusão de informações vetadas no corpo das matérias liberadas, tentativas de apresentar novamente as reportagens que já haviam sido proibidas, o uso de eufemismos e metáforas para abordar a situação em que o país vivia com objetivo de refinar o discurso opinativo para escapar da avaliação da censura (MAIA, 2002). O *status* opinativo ganhou força frente às diversas tentativas de manifestação sobre o campo político.

No caso do *Pasquim*, o jornal apresentava como marca as chamadas *frases-editoriais*, localizadas abaixo do título, que variavam de edição para edição. O fato de estar próximo ao cabeçalho da capa indica que a opinião – manifestada nas *frases-editoriais* do *Pasquim* – eram como se fossem complementos do próprio título, logo da identidade do periódico (BUZALAF, 2009), possibilitando uma análise de que a opinião é a essência do jornal.

O período pré e durante ditadura civil-militar foi um contexto significativo para a produção jornalística. Isso se reverbera até hoje quando ainda se discute a participação de alguns nomes do jornalismo brasileiro no apoio ao golpe de 1964. Especificamente em *O Globo*, lembramos do episódio em que o jornal publicou o editorial “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”⁴⁶, no dia 31 de agosto de 2013, em resposta direta às manifestações de junho de 2013 no Brasil, que faziam referência ao apoio ao regime militar brasileiro (1964-1985). As manifestações de rua pelo aumento da passagem do transporte público em diferentes cidades brasileiras originaram uma virada temática tendo como foco principal reivindicações contra a corrupção, levando centenas de milhares de pessoas a protestar. Um dos lemas era: “A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”, entoado pelos manifestantes. O editorial em questão realiza uma autoavaliação do seu funcionamento no período ditatorial e busca restabelecer uma relação de confiança com leitores tendo em vista o contexto de fragilidade dos meios de comunicação frente aos protestos:

A lembrança é sempre um **incômodo** para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. *O GLOBO*, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “*O Estado de S. Paulo*”, “*Folha de S. Paulo*”, “*Jornal do Brasil*” e o “*Correio da Manhã*”, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais. [...] À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, **que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original**. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma. (grifo nosso, *O GLOBO*, 31/08/2013).

Assim como fez a *Folha*⁴⁷ ao também produzir um editorial autoavaliativo sobre a participação durante a ditadura:

Às vezes se cobra, desta *Folha*, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. **Não há dúvida** de que, aos olhos de hoje, aquele apoio **foi um erro**. Este jornal **deveria ter** rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais. (grifo nosso, *FOLHA DE S. PAULO*, 30/03/2014).

Entendemos tal movimento de autoavaliação, explorando operações de autorreferências, como uma das estratégias desenvolvidas para fidelizar o seu leitorado, reformulando quando necessário o seu contrato de leitura. Essa pré-disposição em resolver esse impasse tem muito a

⁴⁶ Disponível em: <<https://goo.gl/KFZHJA>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

⁴⁷ Disponível em: <<https://goo.gl/VYXf9E>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

ver com a própria função do editorial. Adotando a lógica de campo de lutas, proposta por Fausto Neto (1994), destaca-se a tentativa de resolver polêmicas manifestadas no campo social, tornando singular o funcionamento da opinião. Particularmente em torno das lógicas dos editoriais, essa ideia de campo de lutas pode ser notada, inclusive, nas mudanças mais marcantes das estruturas gráficas. Especificaremos as transformações ao longo de 50 anos no capítulo de análise desta dissertação, mas a partir do manejo dos materiais d'*O Globo e Folha*, de 1964 e 2016 é possível traçar algumas considerações iniciais. *O Globo*, em 2016, abandona a noção exclusiva e restrita do editorial como espaço de opinião apenas do jornal, convidando leitores-especialistas na seção chamada **Tema em discussão** para discutir assuntos polêmicos. Ocupa o mesmo espaço do editorial convencional, mas configura a superfície da página dividida em dois lados como um debate, no qual duas opiniões contrastantes formam o editorial. Entendemos como um processo de flexibilização da opinião única, que significa o enfraquecimento do espaço formal jornalístico materializado no discurso opinativo. Porém, ao mesmo tempo, é segundo o crivo do jornal em abrir espaço à palavra externa que tal relação se estabelece. Assim, o periódico cristaliza seu poder de escolha com quem dividirá a espacialidade da página. Ressaltamos que flexibilização é em decorrência da não exclusividade da fala da instituição jornalística, mas, ao mesmo tempo, acentua-se o caráter de tensão entre opiniões, pois nele se trava um debate entre vozes, aquelas pelas quais se apresenta o sujeito da enunciação tentando dar formato ao mundo (FAUSTO NETO, 1994, p. 163).

Entendemos que no caso da seção **Tema em discussão**⁴⁸, d'*O Globo*, intensifica-se a gênese do editorial como um espaço estratégico constituído por vozes na tentativa de elucidar as causas. A própria superfície discursiva é planejada para remeter a uma arena, quando divide ao meio o espaço da opinião do leitor-especialista e o do jornal, reforçando o embate. Um dos exemplos que encontramos em nossos objetos é a questão de referenciar o acontecimento como *impeachment* ou golpe (2016), assim como *golpe* ou *revolução* (1964). Não há homogeneidade de discursos. Explicaremos com mais detalhes no **capítulo 5**, mas já é possível dizer que esse impasse também é motor de argumentos engendrados pelo discurso opinativo para fazer valer seus posicionamentos.

Consideramos essencial retomar investigações sobre o espaço editorial jornalístico e ampliar nossas referências. Por este motivo não finalizamos aqui as discussões sobre o gênero e estendemos ao subcapítulo **4.1 Editoriais: dos jornais às pesquisas**. Sobre a síntese aqui

⁴⁸ Ver capítulo **5 Estratégias e funcionamento do discurso conservador dos editoriais**.

apresentada, é importante ressaltar que a noção de editorial como campo de lutas (FAUSTO NETO, 1994) nos acompanhará ao longo da análise em que trabalhamos as operacionalizações dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Tendo em vista tal característica, em consonância com a tríade teórica que envolve gramáticas de produção, enunciação e contrato de leitura, desenvolveremos uma análise ampla com a preocupação de tratar o discurso opinativo dentro do contexto maior do jornal, assim como a sua inserção na sociedade ao capturar o que está sendo debatido nas páginas de opinião. Essa parte do trabalho contribuiu para o esclarecimento de diretrizes teóricas que situam o editorial no tempo e espaço da sociedade dos meios e sociedade em vias de midiaticização, ressaltando o seu funcionamento em cada uma.

Seguindo o raciocínio teórico, adentraremos em outro conceito que nos ajuda a compreender o produto das produções jornalísticas: os acontecimentos. Primeiro, queremos elucidar as diferenças entre o que acontece e o que é apreendido pelo discurso jornalístico, configurando-se em acontecimento midiático. Mesmo sendo mais pesquisado nas rotinas produtivas da síntese noticiosa, é necessário avançar para um quadro de incorporação dele na lógica opinativa do editorial. Principalmente em relação a diferentes operações discursivas capazes de configurá-lo em uma nova rede de produção de sentidos. Abordamos o debate sobre o conceito, que já foi amplamente desenvolvido por diferentes autores, com objetivo de entender seu papel nos processos de produção jornalística, mas propomos também expandir o olhar ao campo editorial, conforme refletimos a seguir.

3.4 A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO NO NOTICIÁRIO AO EDITORIAL

Até o momento, já mencionamos diversas vezes que a deposição de João Goulart (1964) e o *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) são acontecimentos construídos pelos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* nos seus editoriais. Porém, ainda não havíamos debatido como o conceito converge nos estudos de jornalismo, tema principal deste subcapítulo. O acontecimento em si é articulado por diferentes autores, sem que necessariamente eles lidem com o editorial. Assim, para entender sua migração para o território opinativo, é necessário realizar uma pequena incursão sobre este conceito segundo formulações teóricas mais tradicionais, voltadas ao caminho para que determinados episódios cheguem às páginas noticiosas; e, em seguida, pensá-lo fora das fronteiras das notícias quando alcançam dimensão nos editoriais.

O objeto do jornalismo é o acontecimento, que atravessa diferentes temporalidades, remontando a sociedade dos meios e a sociedade em vias de midiaticização. Para Nora (1974), o conceito significa uma ruptura ou novidade, noção compartilhada por Rodrigues (1993, p. 27) quando o autor define o acontecimento como uma irrupção na “superfície lisa da história”. Nora (1988) classifica os *mass media* como a condição da existência dos acontecimentos, citando que alguns deles possuem laços tão estreitos que se torna difícil separá-los. Assim, na visão do pesquisador, os media abandonam *status* de transmissores de acontecimentos e se tornam produtores deles. O autor exemplifica esta ligação a partir de acontecimentos, como a invasão de Praga, as conferências de imprensa política e o desembarque na Lua, sendo relacionados à imagem. Assim como outros fenômenos históricos se tornaram acontecimentos devido à transmissão radiofônica, como as coberturas do Período Entre-Guerras e da Segunda Guerra Mundial. Ou, então, o célebre caso dos jornalistas de Watergate, que deveriam apenas investigar um roubo, mas acabaram por deflagrar a existência de um escândalo político resultando na renúncia do presidente norte-americano Richard Nixon, em 1970. Segundo Nora (1988, p. 181-182), “Todo o Watergate na sua fase divulgadora deve-se à imprensa, antes de passar, na sua fase judiciária, à televisão”. Em suma, para que determinado fato se torne acontecimento precisa ser conhecido. Em outras palavras, precisa ser midiaticizado.

O casamento britânico, do príncipe William com Kate Middleton, é um claro e recente exemplo de acontecimento midiático, pois se configurou como uma cerimônia própria aos meios de comunicação de massa, apesar de ter sido organizada fora da mídia e por iniciativa independente deles. O telespectador foi convidado a interromper sua vida cotidiana para compartilhar daquela experiência coletiva, que escapava a toda rotina, distinguia-se de qualquer outra emissão habitual e suspendia o fluxo dos programas. (PINHEIRO, 2015, p. 47).

Quem decide o que vai ser ou não midiaticizado é o jornalista e o discurso informativo, segundo Verón (1981). O autor define o acontecimento como desconhecido até que os meios de comunicação o construam. Para ele, a relevância do mesmo é cancelada pelo discurso informativo, que o descreve e o explica ao seu público. Ainda em uma sociedade dos meios, o autor diferencia a construção midiática do acontecimento segundo lógicas temporais e técnicas próprias de cada meio. O rádio, por exemplo, é o mais ágil; e a televisão, segundo lógicas próprias, informa sobre determinado acontecimento de maneiras diferentes, a partir da disponibilidade ou não de imagens.

Berger e Tavares (2010) propõem uma diferenciação de acontecimentos em, no mínimo, duas categorias. A primeira categoria abrange o acontecimento cotidiano, apreendido por

diferentes áreas das Ciências Humanas. A outra corresponde ao acontecimento jornalístico, produto mais específico da Comunicação, sobre o qual se investiga a materialização dele em numa rede de sentidos construída pelo jornalismo. A pesquisadora alerta que ambas as categorias não devem ser rigorosamente distintas, pelo contrário, há relação e intersecção entre ambas. Quéré (2005) também pensa os acontecimentos diferenciando-os em classificações. Tanto o Watergate, citado por Nora (1988) quanto o casamento britânico, citado por Pinheiro (2015), por exemplo, pertencem à experiência coletiva, não restritiva apenas a um grupo social. Por outro lado, a morte de um parente, situa o acontecimento em uma ordem individual. Sobre estas duas categorias, o autor defende o poder hermenêutico como aspecto principal. O poder hermenêutico do qual Quéré (2005) diz respeito ao acontecimento como portador do seu próprio sentido; como um revelador. Sobre este aspecto da obra de Quéré (2005), Berger e Tavares (2010) comentam:

Tal “revelação” operada pelo acontecimento é, no entanto, algo que mesmo simultâneo à irrupção, lhe é posterior. Há o acontecimento em si, uma ação que interrompe um estado qualquer, mas que só existe quando há sujeitos afetados e que lhe dão sentido. Aquilo que acontece propriamente e que vai, como um dispositivo, acionar a cadeia de sentidos que por este instaurar, por este irromper, desejará solucionar, remediar, uma possível perplexidade. (BERGER e TAVARES, 2010, p. 123-124).

Essa noção de que há diferença entre o “o que acontece” e “o que aciona a cadeia de sentidos”, segundo o ingresso no discurso jornalístico, é compartilhada por Mouillaud (1997), que a partir da centralidade do jornal em uma sociedade dos meios, sugere pensar o conceito a partir dos sentidos emergidos. O autor analisa o acontecimento como a “matéria-prima do ecossistema da mídia” (MOUILLAUD, 1997, p. 52). O jornal, por sua vez, é visto como mais um entre o conjunto de operadores sociossimbólicos, inscritos no que o autor chama de cadeia de transformações do acontecimento em informação. Assim, é difuso e passa por modificações de sentido criadas na seriação midiática, mas que não se encerram nela, pois:

o sentido que leva aos leitores, estes, por sua vez, remanejamos a partir de seu próprio campo mental e recolocamos no ambiente cultural. Se, na origem, o acontecimento não existe como um dado de “fato”, também não tem solução final. A informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações. (MOUILLAUD, 1997, p. 51).

Charadeau (2006) sugere pensar o conceito no domínio das mídias na medida em que o mesmo se transforma através do trabalho de construção de sentido da enunciação. A notícia é,

na perspectiva deste autor, resultado do acontecimento significado desde que cumpra com alguns preceitos, como o de atualidade. O acontecimento como fenômeno está, primeiro, em estado potencial (o fato) e, depois, é necessário adicionar discursos que o torne inteligível – é preciso nomeá-lo para que tenha significado. Quando as matrizes jornalísticas se apropriam do fato, realizam intervenções narrativas e estratégias de enquadramento, que transformam o fato numa construção com postulados de presumíveis efeitos de sentido. Para Benetti e Freitas (2015), o discurso jornalístico assume lugar diferenciado no processo de resgate dos acontecimentos feito pela narrativa, tornando central o papel do jornalista nas rotinas. É necessário perceber o que é notável ou digno de atenção “A cada novo episódio, o jornalista é instado a reconhecer os índices de notabilidade do fato novo sob um ângulo que diz o que deve ser retomado e como deve ser atualizado o acontecimento inicial” (BENETTI e FREITAS, 2015, p. 171).

A questão em torno do reconhecimento de índices de notabilidade – isto é, o que é notável, é muito pertinente quando falamos de editorial, pois se estabelece pré-requisitos mais específicos para determinado acontecimento ser ali enunciado. Para Sousa (2001), o espaço opinativo é nobre, ou seja, nem todos os assuntos mobilizados na edição adquirem condições de serem transformados em artigo de fundo. O editorialista é atravessado por várias premissas, como as da cultura organizacional da empresa jornalística à qual trabalha, ao público para quem escreve e, também, às diferentes opiniões do campo social (SOUSA, 2001). Em relação à última premissa das opiniões correntes, podemos pensar que o editorialista observa além do acontecimento em si, mas também o que ele gera como polêmica no âmbito social. Acontecimentos que atingem a vida da sociedade como um todo, portanto, são eleitos fortes o suficiente para os critérios do editorial. Nos casos da deposição de João Goulart (1964) e o *impeachment* de Dilma Rousseff (2016), dois acontecimentos sobre o futuro da presidência da República, fato que atinge a população brasileira de forma ampla. É esperado do editorial que, não apenas comente sobre, mas que assuma uma espécie de vigilância e, diferente da noticiabilidade, que tome posição (SOUSA, 2001).

A atividade discursiva pela qual os episódios são submetidos quando manifestados no editorial passam pelo processo de ressemantização, subordinados a matrizes de interpretação específica do editorial. O editorial realiza uma espécie de rebuscamento do acontecimento do

noticiário, ofertando novos sentidos (FAUSTO⁴⁹, 2017). Mencionamos esta ideia anteriormente, mas reforçamos, pois é possível relacionar com outros autores já articulados, que lidam com o conceito em si. Boa parte das reflexões aqui organizadas situa duas formas: o acontecimento por ele mesmo, sendo da ordem individual ou coletiva; e o acontecimento significado ao ingressar na produção jornalística. São duas abordagens relevantes, porém sugerimos ainda outra visão que direciona a entender o acontecimento como produto migrante entre diferentes vozes do jornal, que quando ingressa no editorial – através da atividade da enunciação – singulariza-se através do discurso opinativo.

Consideramos interessante a ideia de pensar o jornalismo como “um grande arquivo da história do homem” (BENETTI e FREITAS, 2015, p. 172). Em nossa perspectiva, podemos ainda dizer que cada jornal resguarda um amplo arquivo da sua própria história ao utilizar e atualizar operações discursivas de outrora, trazendo à tona um acontecimento anteriormente construído pela enunciação. É possível revisitar o passado, portanto, segundo os conjuntos de operações mobilizadas pelo acervo das gramáticas de produção, atividade que buscamos realizar no capítulo 5.

Por mais que alguns autores mencionados não tenham explicitado suas pesquisas no âmbito específico dos editoriais, as perspectivas apresentadas compõem um quadro teórico que nos auxilia pensar como o editorial é provocado por determinado acontecimento. O discurso opinativo materializado no âmbito da produção apreende um produto da síntese noticiosa ou do discurso informativo, como observamos ao longo do texto – engendrando-o segundo seus próprios protocolos: comentando, julgando, tecendo previsões, aconselhando, esclarecendo, dentre outras operações, resultando em um novo produto que só possível tomar existência através do trabalho da enunciação da opinião. Mencionamos que o editorial como discurso possui características próprias de funcionamento. Por ser singular, é necessário entendê-lo na sua especificidade. Já pontuamos alguns ângulos de análise, entretanto, é necessário ir além da nossa observação. É preciso investigar o texto editorial como objeto de pesquisa que demanda estratégias empíricas para o seu manejo, tema do próximo capítulo.

⁴⁹ Quando a dissertação foi concluída, o livro em que consta o texto citado estava em impressão. Os dados gerais são os seguintes: CASTRO, Paulo César (Org.). **A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento.** Maceió: EDUFAL, 2017.

4 CONSTRUINDO OS ASPECTOS METODOLÓGICOS

Consolidamos até então uma perspectiva iniciada a partir dos pré-observáveis que, a nível de inferências, foi possível identificar algumas necessidades em torno do que já havíamos pensado sobre os objetos empíricos. Sinalizamos para problemática discursiva que requer determinados enquadramentos teóricos, a nosso ver pertinentes à tríade dos conceitos de gramáticas de produção, enunciação e contrato de leitura, para complexificar o editorial como objeto. Então, o nosso percurso iniciou com aspectos metodológicos em torno da apreensão de indícios e inferências; após, seguimos para definição do ângulo discursivo atravessado pela temporalidade e contexto da sociedade dos meios e sociedade em vias de midiatização, sendo necessário mobilizar teorias para acompanhar a dimensão das operações discursivas. Feito isso, retornamos no presente capítulo aos elementos metodológicos, porém mais avançados do que no primeiro momento das “primeiras suspeitas”.

Eleger os editoriais como objetos empíricos demanda a compreensão de como o mesmo é tratado em pesquisas acadêmicas para que seja possível identificar as potencialidades e limitações da nossa perspectiva. Questões que, anteriormente, não tenham sido valorizadas como deveriam ou a necessidade de reforçar decisões já feitas são os objetivos da pesquisa da pesquisa; um movimento realizado para discutir escolhas e ângulos tomados.

Este fragmento da dissertação tem caráter essencialmente bibliográfico e funciona como um inventário a partir do qual é possível compreender dimensões e recortes em que os editoriais foram analisados, assim como ênfases teóricas e metodológicas (BONIN, 2011). Essa elaboração proporcionou um exame crítico sobre as singularidades e insuficiências da nossa proposta, como mencionamos. Sendo assim, no subcapítulo **4.1 Editoriais: dos jornais às pesquisas**, descreveremos as etapas de produção e discutiremos como as variadas perspectivas afetam a nossa trajetória.

Esta parte da dissertação é resultado do percurso metodológico inicial em que apreendemos indícios e inferimos sobre os materiais. O primeiro movimento indiciário (BRAGA, 2008), no entanto, não contemplou de forma aprofundada o que chamamos de universo e *corpus* da pesquisa. Os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* são o universo da pesquisa, pois representam estruturas maiores onde se condensam diferentes vozes de gêneros discursivos variados, enquanto os editoriais (56) selecionados no período de janeiro a abril de 1964 e janeiro a setembro de 2016 compõem o nosso *corpus*. Após a leitura prévia, identificamos, entre os 56 textos editoriais, os fragmentos que obedeciam aos nossos critérios

de escolha, que apresentaremos no subcapítulo **4.2 Universo e *corpus* da pesquisa**, que é focado no processo de pesquisa documental em que nos aproximamos destes materiais e, principalmente, justificamos a escolha dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, de 1964 e 2016. Foi através da pesquisa documental que realizamos uma espécie de triagem de periódicos da mídia impressa, testando quais deles circulavam em 1964 e permanecem em 2016, um critério fundamental para a leitura comparativa.

Por fim, no subcapítulo **4.3 Leitura comparativa de editoriais**, utilizamos principalmente as obras de Mouillaud (1997) e Verón (2004) para delimitar o método de leitura e como entendemos o manejo de marcas e operações dos fragmentos discursivos dos editoriais de um ponto de vista em que eles estão em contato com diferentes partes do jornal. Em outras palavras, embora outros discursos não sejam diretamente nossos objetos, adotamos uma linha de pensamento em que observamos as páginas de determinada publicação como uma economia discursiva, dividindo e disputando espaço com outras linguagens, como a informativa de notícias e reportagens; a autoral dos artigos assinados; a identitária do nome e *slogan* do jornal; assim como a imagética e chargista.

Assim, neste capítulo, recorreremos aos autores citados para embasar o exercício de análise do capítulo 5 em que analisamos os editoriais à luz da nossa problemática que investiga **como operações discursivas manifestadas nas superfícies dos editoriais dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* sobre *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) atualizam operações inscritas nos editoriais dos mesmos jornais em torno da deposição de João Goulart (1964)?**

4.1 EDITORIAIS: DO JORNAL ÀS PESQUISAS

Este subcapítulo é dedicado ao mapeamento e discussão sobre o tratamento dos editoriais jornalísticos e do discurso opinativo em pesquisas acadêmicas. Desenvolvemos a *pesquisa da pesquisa* (BONIN, 2011) – também conhecida como *estado do conhecimento* e *estado da arte* – focada tanto em concepções de autores mais clássicos quanto de autores mais recentes. Justificamos essa opção por entender que muitos dos trabalhos encontrados se inspiram nas abordagens de pesquisadores referenciados no capítulo anterior, como Verón, Mouillaud e Fausto Neto – que nos acompanham até o final da dissertação de forma mais direta. Avaliamos válido trazê-los aqui, primeiro, pela relevância teórica que ocupam, e, segundo, para

oportunizar um diálogo com as produções que, mesmo inspiradas neles, desenvolvem outros ângulos igualmente interessantes.

Os objetivos deste subcapítulo são diretamente relacionados com o problema de pesquisa, de tal forma que buscamos identificar: (1) o uso ou não de leitura comparativa em análises; (2) a partir de quais perspectivas – como a semiótica ou funcionalista – centram-se os estudos; (3) como a problemática do discurso é enfrentada pelos pesquisadores; (4) se há articulação entre superfícies e operações discursivas no manejo das marcas dos editoriais.

Avaliamos como uma operação metodológica (BONIN, 2011) necessária para compreendermos como o campo da Comunicação discute epistemologicamente as funções, características, transformações e o funcionamento do discurso opinativo operado pelos editoriais.

A pesquisa da pesquisa torna-se, por conseguinte, uma prática relevante para tomar contato com essa produção, a fim de que as novas investigações contemplem e considerem esses desenvolvimentos e aquisições e busquem efetivamente avançar com e a partir deles. (BONIN, 2011, p. 34).

Inicialmente, buscamos pela palavra-chave “editoriais jornalísticos” em repositórios acadêmicos de algumas universidades brasileiras (USP, UNISINOS, UFRGS, UFRJ), com foco nas teses e dissertações. Mencionamos aquelas que nos fizeram questionar o nosso próprio desenvolvimento, tanto sobre potencialidades quanto sobre lacunas ao longo do percurso. Esta decisão levou em consideração a intenção de tornar a produção do subcapítulo mais propositiva do que mecânica e quantitativa.

A partir dos resumos encontrados, percebemos que, em alguns casos, o editorial é usado como fonte e não é tensionado como objeto empírico. Isso significa dizer que é usado para consultar dados referentes de determinado acontecimento enunciado no texto (como datas, nomes, locais, etc), mas não há análise de operações discursivas. Este aspecto é recorrente, pois na pesquisa inicial não delimitamos a busca por artigos, teses e dissertações da Comunicação e, assim, notamos reverberação do tema em outras epistemologias, como dos cursos de Letras, Ciências Políticas e História. Também percebemos que, através da busca por “editoriais jornalísticos”, muitas das teses, dissertações e artigos encontradas não eram necessariamente sobre editoriais, mas produções contempladas pelo termo “jornalístico”. Essa experiência nos levou a mudar de estratégia e buscar pelas palavras-chave: “jornalismo opinativo”; “editoriais”; “editorial”; “midiatização da opinião”. Assim fizemos também em relação aos artigos científicos mapeados através da plataforma *Google Acadêmico*.

Mesmo assim, ainda esbarramos na amplitude do termo, pois pesquisas sobre “mercado editorial” e “linha editorial” apareceram com frequência. A partir da palavra-chave “mediatização da opinião”, outra tentativa de busca, por exemplo, nos deparamos com contribuições referentes à proliferação da opinião de atores sociais em redes sociais digitais (principalmente em trabalhos recentes). Tal resultado nos levou a especificar ainda mais com a busca da palavra-chave “mediatização da opinião” somada ao termo “editoriais”. O uso dos dois ao mesmo tempo possibilitou encontrar reflexões mais próximas da nossa temática.

Destacamos trabalhos acadêmicos sobre editoriais que, de alguma forma, nos fizeram refletir sobre o nosso recorte, focado em superfícies discursivas e operações discursivas. Iniciaremos com a interpelação de diferentes pesquisadores que se debruçaram nas questões técnicas, gráficas e estéticas do produto editorial e, após, analisaremos trabalhos focados em operações discursivas, retóricas, argumentos e o editorial como gênero discursivo.

Uma das principais ideias sobre o funcionamento de jornais impresso é o entendimento de que há zonas de afetação entre as partes da economia discursiva de determinada publicação. São análises que contemplam a problemática das contaminações entre superfícies (como a diagramação; se os editoriais estão submetidos a uma seção específica; presença ou não de imagens) e operações discursivas (como a relação – direta ou indireta – entre o tema do editorial e o tema da capa da edição).

São pontos apontados por Mouillaud (1997) e inspiram trabalhos mais recentes que valorizam a produção de sentido (LONGHI, 2008; RIBEIRO, 2014). Escolhemos ressaltar isto, pois o conteúdo – muitas vezes – pode receber tratamento de forma exclusiva ou a diagramação pode ser analisada estritamente pela visão tecnicista, sem abranger a problemática do sentido. O que consideramos fundamental, portanto, é articular linguagem visual que aponta para a expressão de níveis diferenciados da opinião do jornal (LONGHI, 2008).

Preocupamos-nos em buscar produções que, de algum modo, lidem com os editoriais inscritos e afetados por temporalidades distintas a fim de identificar possíveis transformações. Essa busca resultou em poucas referências de nível comparativo, tendo como pré-requisito um espaço significativo entre os anos. Em Gruszynski (2010), encontramos a ênfase na linguagem visual das publicações, especialmente do jornal, incluindo uma análise ampla de mudanças sofridas por diferentes periódicos impressos do mundo. Dessa forma, identifica-se o processo como a intensificação do tensionamento entre projeto gráfico e projeto editorial. Essa noção de projeto gráfico e projeto editorial é relevante para compreender como elementos gráficos afetam a dinâmica de leitura e como podem se relacionar com a identidade de determinada publicação.

A perspectiva histórica contribui, principalmente, no que diz respeito às apreensões dos traços de mudanças e permanências dos editoriais em longa, média e até curta duração, principalmente em um estudo comparativo. Entre os séculos XIX e XXI, em Pernambuco, nota-se que:

diferentemente da diagramação do passado em que o editorial dividia o espaço da página com os mais diversos gêneros (telegramas, instruções populares etc.), hoje ele compartilha a página com outros textos também opinativos. Essa medida também denotou progressiva sistematização dos textos no jornal, com implicações sensíveis nos procedimentos de leitura. (GOMES, 2007, p. 197).

Entre os trabalhos latino-americanos, no que diz respeito à diagramação, sinaliza-se para a forma como os editoriais se diferenciam das notícias, ao serem publicados sempre na mesma página, com tipografia e títulos diferentes; também se localizam embaixo do nome do jornal e das informações editoriais com a utilização de recursos como linhas, *box* e pontilhados. Em relação às operações discursivas, aponta-se para importância de observar: (1) a abordagem do tema (hierarquização da informação; o que é enfatizado e silenciado); (2) os conflitos referenciados e os posicionamentos frente a eles; vozes referidas e outros discursos para ser ponderados ou criticados; (3) o plano da enunciação: recursos argumentativos e discursos utilizados; tópicos discursivos e matrizes de significação; (4) a construção do lugar de enunciação do jornal, da figura do leitor e tipo de relação estabelecida (ITURRALDE, 2017).

A composição gráfica, por exemplo, é um fator determinante para a leitura, que pode ser parcial ou integral dependendo dos elementos que estão em destaque. O elemento que é operado pelo jornal *Folha de S. Paulo* com prioridade é o infográfico em notícias e reportagens (SPANNENBERG, 2011); em editoriais usa-se com mais frequência as charges. A organização da página que é montada com uma proposta de leitura parcial prevê um leitor apressado ou utiliza-se dessa estratégia de destaque de elementos para tentar prender a atenção e instigar uma leitura atenta; enquanto a leitura integral é para pessoas muito interessadas ou especialistas no assunto. Assim, exemplifica-se como o jornal oferta diferentes tipos de leitura para o leitor que ele concebe (SPANNENBERG, 2011).

Além da organização tipográfica, a priorização de determinados conteúdos é outro entre os diferentes indicadores das relações entre produção e recepção, também estudadas pelo conceito de leitor imaginado, que pode ser decifrado segundo procedimentos metodológicos (STORCH, 2012). Ao propor um mapa metodológico sobre o leitor imaginado de revistas, Storch (2012), concordando com Maingueneau (2008), pensa o editorial como um espaço onde

os hábitos e comportamentos (*ethos*) do orador se afirmam, sendo alcançável a noção do outro (leitor imaginado) com quem esse orador negocia sentidos. Eco (2008) utiliza o conceito de “leitor-modelo”, que tem seu perfil identificado pelo “tipo de operações interpretativas que se supõe (e se exige) que ele saiba executar: reconhecer similaridades, tomar em consideração certos jogos [...]” (ECO, 2008, p. 45).

No nosso caso, podemos conjecturar características do leitor dos editoriais d’*O Globo* e *Folha de S. Paulo* mesmo sem realizar um estudo de recepção ou audiência propriamente dito. Enfatizamos que esta problemática não é o cerne do nosso estudo, mas é interessante notar que – através das condições de produção – é possível traçar algumas características do reconhecimento, o que nos direciona para os contratos de leitura (VERÓN, 2004; FAUSTO NETO, 2007). Pensa-se, portanto, a construção de vínculos entre as instâncias da produção e reconhecimento, a partir das particularidades de cada enunciação. Relembramos aqui a nossa hipótese de que é no editorial que o jornal estabelece o contrato de leitura mais próximo com o seu leitor. Isso não significa dizer que é apenas no editorial, mas que, devido ao teor de chancela da opinião da instituição jornalística próprio deste tipo de discurso, a produção e o reconhecimento rompem certos distanciamentos. Esses distanciamentos são condicionados pelo ideário de separação rígida entre informação e opinião como pressuposto do jornalismo informativo. Levando em consideração a influência do modelo norte-americano no jornalismo brasileiro, a distinção entre notícias e editoriais é quase contratual, sendo a primeira baseada em *fatos* e os editoriais em *interpretação*. Busca-se uma separação rigorosa, assim como não se pode misturar Igreja e Estado (SCHUDSON, 1978).

Assim, em uma notícia ou reportagem, por exemplo, não há explicitação direta do argumento opinativo – o que também não quer dizer que o texto é neutro. Um texto jamais será neutro devido aos enquadramentos, tal como a escolha das fontes. Contudo, o que destacamos é que no editorial a instância do jornalismo como instituição marca posições que transcendem o sentido informativo, resultando em uma ação tentativa de proximidade com o seu leitor.

É comum, principalmente em trabalhos da área de Comunicação com ênfase nos meios, a atenção aos critérios funcionalistas. O funcionalismo, como o próprio nome sugere, concentra-se na função ou papel dos meios de comunicação de massa como instrumentos. Harold Lasswell é um dos teóricos desta corrente que propõe pensar o ato de comunicação a partir de cinco perguntas: (1) quem?; (2) diz o quê?; (3) em que canal?; (4) para quem; (6) com que efeito? (LASSWELL, 1985), buscando entender se o mesmo é ou não é eficiente. Em nossa visão, essa premissa corre o risco de descaracterizar a Comunicação como processo e ação

tentativa, marcada por operações complexas, pois se entende que há dois sentidos rigidamente limitados: a do emissor e a do receptor.

Questionamos de que forma os direcionamentos focados em categorizar e dividir editoriais em temáticas ou gramáticas rígidas contemplam a problemática das afetações entre discursos. Parece-nos estático pensar que as características do gênero opinativo, por exemplo, não possam sofrer contaminações do informativo ou de outros. Tendo em vista algumas transformações do contexto da midiatização, esse viés de pesquisa implica em um olhar atento às operações, pois a partir delas é possível identificar discontinuidades nos padrões editoriais. O infográfico, elemento originário do gênero informativo, pode ser utilizado no gênero opinativo, como analisaremos no capítulo 5, o que nos dá margem para pensar os entrecruzamentos entre gêneros jornalísticos.

A análise de conteúdo tende a manejar o editorial como objeto segundo categorias que, muitas vezes, o encaixam rigorosamente em algum assunto. É necessário – além do conteúdo – apreender as marcas que o produzem. Avaliamos metodologicamente insuficiente tratar o editorial pela lógica exclusiva do conteúdo ou apenas para *o quê* ele serve; sendo que há múltiplas formas de construir o discurso opinativo.

Não entendemos o conteúdo como dispensável, pelo contrário, é uma forma de identificar hierarquizações temáticas dos editoriais, o que nos interessa diretamente. Ainda refletindo sobre abordagens mais conteudistas, entendemos que os temas sejam importantes vetores, mas discordamos de perspectiva restrita a eles, pois, de alguma forma, resulta em uma maneira burocrática de catalogar o material empírico. Como resultado de pesquisas de análise de conteúdo mais restritas, um estudo desta ordem elencou as principais temáticas que acompanham à figura de Dilma Rousseff nos editoriais. Constataram-se as seguintes: (1) Política; (2) Economia; (3) Questões sociais (ALVERNE; MARQUES, 2013). É interessante perceber os conteúdos de maior incidência para entendermos quais acontecimentos são mais visados pelos editoriais, mas – em nossa visão – é necessário também levar em consideração marcas ou operações discursivas.

Além do âmbito opinativo, o editorial é observado como um gênero discursivo de “autoria institucional” da instância interna do jornal (ALVES FILHO, 2006). São sete as características do texto editorial, tais como (1) *Impessoalização*: o editorial fala em terceira pessoa; (2) *Institucionalização*: o texto editorial representa uma instituição ou empresa; (3) *Ausência de assinatura e de elementos biografizantes*: editoriais não são assinados por nenhum autor específico, porém são acompanhados pela cartola “Editorial” ou “Opinião”; (4) *Uso da*

variedade padrão de linguagem: uso de linguagem culta e imparcial que não remeta aos aspectos culturais, psicológicos e sociais de um possível autor imaginado; (5) *Interação entre uma instituição e indivíduos-leitores*: leitor axiológico presumido pelo editorial; (6) *Busca e cobrança por uma coerência enunciativa*: importância de manter posicionamento condizente com determinada matiz (político, moral, estético ou partidário); (7) *Ineditismo textual*: o editorial deve ser publicado de forma inédita (ALVES FILHO, 2006).

As categorias ajudam a tornar o editorial um texto singular, que coloca em funcionamento operações não identificadas nas notícias, reportagens e, até, em artigos de opinião – que, eventualmente, podem sofrer o mesmo tratamento dos editoriais. Muito embora os artigos de opinião sejam, de fato, opinativos – assim como os editoriais – são textos assinados, que não remetem ao caráter essencialmente institucional do editorial.

O valor institucional não quer dizer que o texto é destinado ao público interno da instituição. O editorialista escreve para o seu leitor sob chancela e legitimação da empresa jornalística, transformando-se em um porta-voz, estabelecendo vínculo com seu público leitor (GUEDES, 2005). Os vínculos entre produção e reconhecimento podem ser firmados por diferentes estratégias discursivas, inclusive pelo silenciamento – definido por Guedes (2005) como uma postura atípica da opinião. É algo a ser pensado, mesmo que seja menos usual, pois o “não dito” também produz sentido:

O significado deste silenciamento na esfera editorial pode ser identificado como intencional, pois os jornais pretenderam manter uma falsa posição de isenção no contexto opinativo oficial, para não demonstrar abertamente (através da voz da instituição jornalística) os contratos verbais e os compromissos ideológicos assumidos pela voz dos colunistas e do espaço informativo. (GUEDES, 2005, p. 130).

Este apontamento nos permite refletir sobre as formas de contato entre os editoriais e as outras partes do jornal, principalmente com os artigos de opinião. O jornal, ao não enquadrar determinado acontecimento em suas páginas editoriais, não deixa de exercer seu posicionamento, muito embora este esteja configurado na opinião de um terceiro através da assinatura dos artigos de opinião. O “não dito”, portanto, se torna um instigante material de análise em consonância com outros exemplos de gêneros opinativos publicados pelo jornal. Com diferentes pesquisas realizadas sobre a conceituação do “silêncio” nas análises discursivas, Orlandi (1995) afirma que o silêncio tem inúmeras formas, entre as quais três se destacam:

1. o silêncio fundador, pelo qual afirmo que não há significação possível sem silêncio: é o silêncio que existe nas palavras, o que significa o não dito e o que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; 2. a política do silêncio que se subdivide em 1. silêncio constitutivo ou anti-implícito, o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente “as outras”) e 2. o silêncio local, que refere à censura propriamente, compreendida como aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura ou melhor, a interdição para um sujeito circular por certas regiões de sentido e, portanto, por certas regiões de constituição de sua identidade. (grifo nosso, ORLANDI, 1995, p. 37).

No capítulo anterior (**3.4 A construção do acontecimento no noticiário ao editorial**) trabalhamos o conceito de acontecimento como produto direto de notícias, mas que tem incidência em editoriais, sendo definido como um produto do gênero opinativo “cuja finalidade é avaliar os acontecimentos” (MARQUES DE MELLO e ASSIS, 2016, p. 47). Nem todo acontecimento se torna forte o suficiente para ser tratado nos editoriais. Segundo Azevedo e Chaia (2008) deve se “candente” o suficiente. Afirma-se, também, que a noção da imprensa vigilante – que inspira definições como a de “quarto poder” – materializa-se com excelência nas páginas de opinião (AZEVEDO e CHAIA, 2008).

Em uma investigação em torno dos editoriais de *Zero Hora* e *Folha de S. Paulo*, constata-se maior incidência de quatro assuntos abordados pelos editoriais em ordem de frequência: (1) política; (2) economia; (3) democracia; (4) segurança pública (GHISLENI, 2003). Os quatro eixos fazem parte de polêmicas do campo social em que o editorial apreende e usa como potencial argumentativo ao configurar-se em um texto moderador, propositivo e de tomadas de posição.

Considerando como um “campo de lutas”, conforme Fausto Neto (1994), é explícito o foco em acontecimentos políticos e a tentativa do editorial de resolver impasses. O editorial, inclusive, pode funcionar sob a lógica do discurso antecipatório – estratégia observada no caso de *impeachment* de Fernando Collor. Portanto, “não se trata de uma voz a fazer, simplesmente, o reclame das coisas, mas uma voz que se impõe às coisas e que anuncia seus próprios semantizadores” (FAUSTO NETO, 1994, p. 160). Em acordo, é um texto argumentativo que agrupa diferentes tipos de discurso, como a narração, descrição e exposição, desde que haja argumentação. Esta argumentação é formada por elementos, tais como (1) ponto de vista discursivo, (2) modalizações, (3) adjetivações, (4) citações, (5) perguntas retóricas e (6) repetições de efeitos enfáticos (GOMES, 2007). Esses elementos são considerados *motores* discursivos dos nossos objetos empíricos; o que será retomado no capítulo 5.

Silva (2014), ao estudar as colunas do jornalista Castello Branco no *Jornal do Brasil*, define a argumentação opinativa em cinco categorias:

a tese proposta (de que se pretende convencer), o *molde persuasivo* (como a opinião é organizada em relação aos públicos a quem se dirige e aos argumentos que utiliza para convencer), o lugar de fala (posição social que o enunciador assume e de onde ele expressa seu ponto de vista), o *plano discursivo* (movimentos de texto como recurso persuasivo em relação ao tema do comentário) e as *figuras de apoio à argumentação* (figuras retóricas explícitas e implícitas de auxílio à argumentação. (SILVA, 2014, p. 101).

Segundo Silva (2014), recordamos dos casos de censura à imprensa no período ditatorial brasileiro e como a mesma afetou o funcionamento da opinião. Outro trabalho chama atenção também neste sentido em que o discurso opinativo – muitas vezes – não era publicado devido à censura, enfatizando o status da opinião combativa em uma sociedade com graus de controle de imprensa (CHAMMAS, 2012).

A rotina dos jornais impressos no período pré-ditadura, assim como durante os anos mais radicais, apresentou especificidades de um contexto midiático onde os meios possuíam centralidade como formadores de opinião (remetemos a nossa discussão sobre “sociedade dos meios”) e os editoriais tornam-se elementos visados pela censura segundo suas estratégias de tomadas de posição.

A partir do discurso de opinião é ainda possível realizar uma analogia com o discurso científico e como o primeiro se apoia no segundo tendo em vista que ambos tendem a defender posições, realizar análises aprofundadas, citar autoridades (PINTO, 2006). O discurso midiático – assim como o científico – ao usar a terceira pessoa estabelece uma “estratégia de universalidade referencial dos enunciados” (RODRIGUES, 1997, p. 218) que se estende para a noção de credibilidade da narração dos fatos.

Muito embora haja demarcações específicas que distinguem as notícias dos editoriais, consideramos importante avaliar o processo em que os acontecimentos narrados pelo jornalismo informativo – produtos das notícias – tornam-se material para o jornalismo opinativo dos editoriais. Ou seja, em nossa visão, entender as formas de afetação entre um e outro é essencial. Pensamos também na ideia do jornal como espaço polifônico onde a partir dele emergem outros discursos. Partindo deste pressuposto, entendemos que análise de editoriais limitada ao conteúdo é insuficiente, e – por outro lado – nos aproximamos de produções que abrangem a dimensão das operações discursivas. Também incluímos os estudos direcionados ao projeto gráfico do editorial e suas transformações ao longo dos anos –que nos dão pistas para

pensar o “leitor imaginado”, ou seja, como a partir das condições de produção do editorial podemos inferir sobre as transformações nos hábitos de leitura – sem que necessariamente haja um estudo de recepção.

Os trabalhos mencionados aqui, portanto, são fruto de um percurso de busca através do qual percebemos que o editorial é material de diferentes epistemologias. Algumas abordagens instigaram-nos a repensar o potencial dos acontecimentos que se deslocam do espaço exclusivo da notícia e são inscritos no funcionamento dos editoriais, assim como as questões referentes ao “silenciamento” e o “não dito”, ambas apresentadas durante o texto. Argumentos que são importantes em duas instâncias diferentes: a primeira diz respeito ao próprio conceito de “acontecimento” – que, talvez, seja mais articulado em torno dos estudos de notícias, mas que deve também ser pensado na opinião. A segunda é sobre analisar os editoriais sem esquecer das outras linguagens da página ou mesmo da edição do jornal, de tal forma a entender se os artigos de opinião assinados (tradicionalmente diagramados na mesma página dos editoriais) estão ou não em diálogo ao complementar, sugerir e argumentar na mesma direção da opinião institucional.

4.2 UNIVERSO E *CORPUS* DA PESQUISA

Os editoriais dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, de 1964 e 2016, que trazem em suas páginas a tensão política dos mandatos de João Goulart e Dilma Rousseff, são os objetos desta pesquisa. Estruturam-se como espaços opinativos sobre os assuntos do cotidiano, que abrangem política, economia, saúde, cultura, etc – desde que sejam fortes o suficiente e gerem algum tipo de impasse, como observamos no subcapítulo anterior.

Chamamos de “universo” as páginas dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* e os 56 editoriais escolhidos formam o *corpus*. Priorizamos aqueles que possuíam eixos, como (a) tematizações dos presidentes; (b) agrupamentos de gramáticas de outros discursos e imaginários; (c) quebras e continuidades no padrão de diagramação; (d) contatos do discurso opinativo com o de outras linguagens na mesma página.

No subcapítulo anterior **4.1 Editoriais: do jornal às pesquisas** identificamos a necessidade de notar o contexto polifônico, destacado pela combinação entre diferentes vozes e tipos de discursos. Por este motivo, no capítulo 5, abordamos observações referentes à capa das edições, usos de outras linguagens, como os infográficos e charges. Muito embora o olhar

expandido, reiteramos que estes não compõem o *corpus*. Apenas enfatizamos que não podemos deslocar o editorial do *universo* maior em que se inscreve.

A escolha do gênero opinativo e dos periódicos em questão foi resultado de uma pesquisa documental ampla em acervos físicos e digitais de diferentes nomes da imprensa brasileira: *Correio do Povo*, *Correio da Manhã*, *Diário de Pernambuco*, *Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Última Hora* e *Zero Hora*, revistas *Cruzeiro e Fatos e Fotos*. A historiadora Maria Helena Capelato (2014)⁵⁰ defende que os meios de comunicação, incluindo a imprensa impressa, de forma geral e abrangente, foram atores de extrema importância no período pré-ditadura e, por isto, merecem ser valorizados não apenas como fonte para consultas eventuais, mas como objetos empíricos. Concordamos e entendemos que, no caso do *impeachment* de Dilma, essa afirmação também ganha força. Muito embora a amplitude inicial, não era possível contemplar todos os nomes citados. O que nos levou a direcionar um recorte mais específico.

Estabelecemos uma premissa de homogeneidade, na qual focamos naqueles que mantêm circulação até hoje no Brasil, tratando-se de um acontecimento em processo à época, o *impeachment*, torna-se um critério obrigatório. Outra preocupação foi em torno de publicações de outros estados brasileiros – que fugissem do eixo Sudeste e Sul – mas que esbarrou em limitações quanto ao acesso de acervos, tanto o físico quanto o digital, tornando-se um fator igualmente determinante.

Sendo assim, somado ao fator de relevância no âmbito midiático nacional – optamos por trabalhar de forma sistemática com edições d’*O Globo* e *Folha de S. Paulo*. A etapa com os pré-observáveis possibilitou, neste momento de tomada de decisões quanto ao universo e *corpus*, entender que, entre os gêneros jornalísticos investigados, os editoriais comporiam nossas fontes primárias. Os dois jornais foram escolhidos como materiais devido à potencialidade do teor argumentativo e opinativo em que, através dos nossos indícios, percebemos a retomada dos acontecimentos *deposição* de João Goulart e *impeachment* de Dilma Rousseff em um sentido processual. Isso quer dizer que ambos são construídos ao longo de uma temporalidade em que os jornais desenvolvem seus argumentos acompanhando os principais desfechos – opinando-os, qualificando-os, respondendo-os direta ou indiretamente e apostando em retóricas elaboradas para defender seus pontos de vista. Trataremos no próximo capítulo (**5 Estratégias do discurso conservador dos editoriais**).

⁵⁰ Em entrevista à revista Pesquisa FAPESP, de abril, n. 218, 2014. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/04/24/folheie-edicao-218/>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

Seria inviável dar conta do problema e dos objetivos se tivéssemos escolhido periódicos que não acompanhassem os desdobramentos que colocaram fim aos mandatos de Goulart e Rouseff como grandes eixos temáticos em suas produções discursivas. Por tais motivos, consideramos *O Globo* e *Folha de S. Paulo* objetos empíricos possíveis de analisar, dentro da seriação editorial, a fim de apreender uma gramática central por elaborarem argumentos de forma próxima em 1964 e 2016.

O fato dos dois possuírem linhas editoriais com posicionamentos convergentes foi problematizado no decorrer da aproximação com os objetos empíricos. A problematização inspirou-se com base na obra de Verón (2004), quando o autor realiza comparação entre revistas populares e burguesas, sendo assim, publicações com diferenças marcantes. Porém, ao pesquisarmos, percebemos que – mesmo com a semelhança de linhas editoriais e da postura ideológica frente a ambos os acontecimentos – identificamos, no plano enunciativo, *modos de dizer* caracterizados por diferenças situadas nas operações discursivas.

Ambos os acontecimentos trabalhados nesta pesquisa ocuparam espaços importantes no noticiário brasileiro nas duas épocas. Por este motivo, encaramos a facilidade resultante da disponibilidade de conteúdo e, ao mesmo tempo, a dificuldade de apreensão em um limite temporal extenso, partindo do pressuposto que os editoriais são produtos diários dos jornais.

Decidimos, portanto, recortar o período que antecede as saídas de João Goulart (de janeiro a abril de 1964) e Dilma Rouseff (de janeiro a setembro de 2016) do poder – de forma a compreender como os editoriais constroem seus argumentos até o momento derradeiro e como se posicionam no período posterior próximo. Alertamos que não intencionamos abranger a totalidade dos editoriais publicados sobre os acontecimentos, pois o nosso objetivo é adentrar e assimilar os fragmentos discursivos de modo a perceber gramáticas de produção para atender à problemática da *atualização*. Escolhemos editoriais que são relevantes neste sentido a fim de compará-los para identificar quais operações sofreram atualização ou abandonos no funcionamento das gramáticas de produção.

É igualmente necessário relembrarmos o porquê de não tomarmos o *impeachment* de Fernando Collor (1992) como parte integrante deste desenvolvimento. Essa questão remonta os nossos indícios e analogias (**2 Pré-observáveis: o objeto e as primeiras suspeita**) em que não percebemos os cenários discursivos do embate entre as nomenclaturas do acontecimento (golpe de direita *x* revolução, em 1964; *impeachment x* golpe, em 2016) no contexto Collor. Nossa trajetória é atravessada pelo paradigma indiciário, tensionado pelas inferências. O embate pela nomenclatura foi apenas uma pista e não compreende a totalidade do fenômeno, mas se

manifestou tanto em 1964 quanto em 2016, oportunizando analogias e, a partir do movimento análogo, tomamos como ponto de partida a problemática das atualizações. Para decifrá-la, recorreremos ao método de leitura discursiva, que será especificado no subcapítulo seguinte.

4.3 LEITURA COMPARATIVA DE EDITORIAIS

Os pré-observáveis englobaram um olhar processual. Como explicamos, não intencionamos submeter os objetos a teorias pré-estabelecidas, sem que houvesse o manejo dos materiais com objetivo de compreender inicialmente a empiria. O método para aprofundar tal manejo foi fruto da aproximação com as operações discursivas dos jornais em ambos os anos. Ao notarmos o potencial argumentativo travado no âmbito dos editoriais, consideramos que o método de leitura discursiva comparativa ampliaria a nossa análise para além do conteúdo das mensagens.

Nosso problema central investiga **como operações discursivas manifestadas nas superfícies dos editoriais dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* sobre impeachment de Dilma Rousseff (2016) atualizam operações inscritas nos editoriais dos mesmos jornais em torno da deposição de João Goulart (1964)?**

Conforme a interrogação, trabalhamos diretamente com os editoriais dos jornais através de leituras de fragmentos discursivos neles enunciados. Intencionamos circunscrever questões relativas ao processo produtivo dos editoriais, sem levar em consideração, neste momento, o que seria a recepção dentro dos mesmos. Entretanto, essa escolha não significa dizer que desconhecemos a existência e importância do reconhecimento nos processos midiáticos. Isso, inclusive, se dá na própria superfície dos editoriais, onde existem operações que presumem, enquanto produção, os efeitos estimados junto a leitores. Estes, a seu turno, seriam objetos de outra leitura, distintamente do que realizamos aqui. Portanto, no interior dessa conjuntura, adotamos o conceito de gramáticas de produção de Verón (1980; 1986; 2004), conforme vem sendo trabalhado.

Outro aspecto que queremos destacar é a valorização do nosso estudo de dimensão comparativa. Almejamos especificar as marcas que compõem superfícies e operações discursivas nos editoriais dos dois jornais. Para tal, consultamos as edições d' *O Globo* e *Folha de S. Paulo* em dois períodos distintos: de janeiro a abril de 1964 e de janeiro a setembro de 2016. Este recorte é resultado da nossa trajetória no âmbito dos pré-observáveis quando os indícios e analogias determinaram pistas relevantes, assim como no avançar teórico apresentado

no **capítulo 3**. Ou seja, percebemos a existência de fragmentos discursivos que se manifestavam nas operações enunciativas de 2016 que guardavam similaridade ou associações – em termos estéticos e retóricos – com algumas operações enunciativas de 1964.

Utilizaremos algumas abordagens da perspectiva de Verón (2004) sobre a análise ou leitura de discursos, pois encontramos na obra do autor a valorização de ângulos textuais e extratextuais. Definimos como marcas amplas que podem ser consideradas como condições de produção de discursos. O que nos interessa como analistas de discurso são as dinâmicas ou os processos da produção a partir do produto que, no nosso caso, é o texto da mídia impressa (VERÓN, 2004).

Os conceitos apresentados anteriormente nos ajudam no percurso mais analítico das operações observadas nos editoriais de *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Assim como relatamos no capítulo 2 (**Pré-observáveis: o objeto e as primeiras suspeitas**), devemos buscar além dos primeiros indícios, correspondendo a uma iniciativa de pesquisa que recuperasse as edições de 1964 e 2016 e as colocasse em comparação.

As elaborações de Verón (2004) servem a este estudo, segundo a obra *Fragmentos de um discurso*, como uma referência de comparativo entre revistas “burguesas” e “populares”⁵¹ – onde encontramos subsídios para compreensão da problemática em torno das publicações que possuem em seu cerne diferenças marcantes sob a ótica da produção. É na comparação dos opostos que surgirá o fator *revelador*, que são “os desvios sistemáticos interdiscursivos que tornam visíveis as propriedades que devem ser consideradas” (VERÓN, 2004, p.164).

Lembremos que o autor enfatiza duas considerações fortes na sua metodologia: primeiro, a afirmação segundo a qual o discurso está contido na ordem do interdiscurso (o discurso é um fragmento de um discurso maior); e a segunda reflete sobre o discurso como condição de produção para outro discurso. Levando em conta estas contiguidades, contaminações e articulações, situamos alguns entrelaçamentos possíveis entre os editoriais de 1964 e 2016.

Também consideramos a obra *O jornal: da forma ao sentido* (1997), de Mouillaud, como uma importante referência para afinarmos o quadro conceitual. Ainda que o livro remonte o contexto da “sociedade dos meios”, há formulações essenciais, como a percepção do dispositivo jornal incumbido de preparar o sentido e, não, “solto no espaço” (MOUILLAUD, 1997, p. 29). O que o autor nos apresenta é um arcabouço teórico no qual articulamos noções

⁵¹ Verón (2004) delimita o recorte entre revistas “burguesas” e “populares” sob ponto de vista do consumo, ou seja, revistas que se destinam e são consumidas por classes sociais diferentes.

de ordem externa da diagramação. Produzimos um subcapítulo – inserido no próximo capítulo de análise – dedicado à leitura das superfícies discursivas d’*O Globo* e *Folha de S. Paulo*, focado em marcas técnicas, gráficas e estéticas de ambos.

Almejamos desenvolver um estudo que se preocupe não apenas com o texto em si, mas também com relações espaciais, como a página em que está inserido; quais operações se repetem ou são descontínuas nas publicações; como estão diagramados; se possui presença de imagens, charges ou gráficos; enfim, a estética que envolve o texto a ser estudado também é do nosso interesse. Partimos do ponto de vista que todas as partes do jornal se contatam e, este por sua vez, não é apenas suporte. Pelo contrário, funciona como dispositivo no qual tais elementos se encaixam (sistema de títulos, imagem, textos, etc.) (MOUILLAUD, 1997).

Utilizamos algumas considerações de Verón (2004) acerca do *universo* de pesquisa sobre as revistas, mas que avaliamos importante deslocar para o nosso comparativo entre os jornais. Enfatizamos que nem todos os tópicos conectados pelo autor podem ser aplicados diretamente em nossa pesquisa, pois não há o recorte na construção discursiva de editoriais, que são aqui privilegiados. Entendemos que a economia discursiva de um editorial é muito distinta do texto noticioso, que possui como seu traço determinante a lógica informativa e, não, opinativa. Contudo, parte dos procedimentos de análise sobre as revistas são viáveis no nosso caso, pois ambos se valem de unidades textuais. Uma capa de revista, por exemplo, é – de acordo com Verón (2004) – uma unidade discursiva que possui determinada composição, como o nome da revista, a cor e tamanho dos títulos, a presença ou não de imagem. A relação do editorial em si com o contexto discursivo do jornal, como a capa, instiga a possibilidade de pré-analisar semblantes do contrato de leitura de determinada publicação. Para Mouillaud (1997), o dispositivo e o texto devem ser tratados de forma genética. No nosso caso, portanto, o texto do editorial está inscrito no dispositivo jornal e, conforme Mouillaud (1991, p. 34), são o “gerador um do outro, sua relação é uma relação dinâmica”.

Também nos inspiramos em Orlandi (1995) quando define o texto como um objeto linguístico-histórico, pois produz sentidos segundo as relações que se estabelecem. Ao escrever, mobilizam-se histórias; ao ler, também. De acordo com a autora, o texto pode ser pensado com início, meio e fim, mas quando é visto como discurso é marcado pelas incompletudes das relações com outros textos, com condições de produção e com a exterioridade. Essas considerações serão exercitadas no próximo capítulo, dedicado ao manejo dos materiais com objetivo identificar, extrair e comparar marcas para nos aproximarmos de gramáticas centrais na construção argumentativa e opinativa dos editoriais.

5 ESTRATÉGIAS DO DISCURSO CONSERVADOR DOS EDITORIAIS

O presente capítulo é resultado das reflexões em torno dos objetos empíricos de forma comparativa. Assim, o objetivo é trabalhar diretamente com os editoriais d’*O Globo* e *Folha de S. Paulo*, dos anos de 1964 e 2016, através de técnicas de leitura de discursos para atender ao nosso problema de pesquisa, que investiga **como operações discursivas manifestadas nas superfícies dos editoriais dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* sobre impeachment de Dilma Rousseff (2016) atualizam operações inscritas nos editoriais dos mesmos jornais em torno da deposição de João Goulart (1964)?**

Para fins metodológicos, retomamos o conceito de gramáticas de produção por ser central na trajetória para responder ao questionamento acima. O conceito de gramáticas foi desenvolvido para refletir sobre o conjunto de regras que descrevem operações discursivas e, quando analisadas, possibilitam a reconstrução das condições de produção em que o discurso foi composto. É de caráter heterogêneo, pois uma gramática pode agrupar outras gramáticas de diferentes naturezas. A forma para alcançar as condições de produção de determinado discurso corresponde ao manejo de marcas deixadas nas superfícies textuais. Neste capítulo, apresentamos essas marcas e como estas nos dão pistas para traçar uma gramática de produção de cada jornal que fazem parte da construção dos acontecimentos da deposição de João Goulart e o *impeachment* de Dilma Rousseff. Para além de apreender uma gramática central, almejamos encontrar o que se atualizada na temporalidade (1964; 2016).

Para tal objetivo que orienta essa dissertação, dividimos em dois blocos de análise: (1) superfícies discursivas e (2) operações discursivas, que distinguiremos a seguir.

(1) Análise comparativa de **superfícies discursivas**, na qual apresentamos considerações sobre as dinâmicas internas das estratégias de cada jornal em 1964 e 2016, no que diz respeito aos seus aspectos técnicos, gráficos e estéticos. A parte em questão é focada na descrição de elementos que caracterizam a existência de marcas sobre a identidade e estrutura de ambos, como o nome do jornal, diagramação da capa e dos editoriais. No que tange às capas, por exemplo, há indícios que sinalizam para que as percebamos como elementos auxiliares da pesquisa, mesmo que os editoriais sejam o objeto central. No caso de *O Globo*, em 1964, os editoriais eram publicados na capa, por isso é necessário analisá-los em um conjunto discursivo; os editoriais em diálogo com o resto do contexto do jornal.

Já o jornal *Folha de S. Paulo* publicava e mantém publicando seus editoriais na parte interna da edição, porém – em 2016 – abre exceção ao seu modelo canônico e, devido à

gravidade do assunto tratado, transporta o editorial *Nem Dilma nem Temer* à capa da edição. Ambos os funcionamentos citados serão retomados mais detalhadamente a seguir (5.1.2 *O Globo* (1964; 2016): o processo de flexibilização da opinião única e 5.2.2 *Folha de S. Paulo* (1964; 2016): do leitor ao Brasil). Essas percepções também foram resultado do capítulo metodológico da pesquisa (4 **Construindo aspectos metodológicos**). A noção de afetação entre diferentes partes de uma mesma página do jornal foi uma das principais colaborações dos trabalhos anteriores sobre editoriais. Em outras palavras, o título de um editorial pode complementar o sentido de uma notícia, charge, reportagem, artigo assinado, entre outros gêneros jornalísticos, quando inscritos na mesma superfície discursiva.

É necessário ressaltar que, nesta seção, não realizamos a análise de marcas discursivas segundo preocupações mais “ortodoxas” da leitura de discursos. Ressaltamos que o exame de questões técnicas, gráficas e estéticas tem algo a ver com linhas semióticas, ou seja, os jornais anunciam sua existência e convidam o leitor a estabelecer vínculos com eles no âmbito da cotidianidade também segundo operações de diagramação nas superfícies das páginas. Isso significa dizer que os discursos não são formados por operações deslocadas do contexto do jornal e, tampouco, o jornal é um mero suporte de discursos. Pelo contrário, “o dispositivo prepara o sentido” (MOUILLAUD, 1997). Nesta perspectiva, o espaço onde as diferentes formas de linguagem são inscritas também é será referenciado.

O texto, por outro lado, é a linguagem do dispositivo jornal – assim como o som é a linguagem do dispositivo rádio, por exemplo. Tais relações são múltiplas, uma vez que o próprio texto também agrupe outros dispositivos, como os títulos. Assim, tornam-se disposições dinâmicas entre linguagens e dispositivos, que formam relações indissociáveis e se determinam de maneira “genética” (MOUILLAUD, 1997). Por mais que se estabeleçam padrões de diagramação do jornal, existem formas de rompimento de determinados modelos. Em nossa visão, estes rompimentos gráficos, estéticos e técnicos nos oferecem pistas sobre a problemática das gramáticas de produção. Assim, buscamos entender quais acontecimentos geraram rompimentos do modelo editorial dos periódicos estudados, segundo processos em que os jornais destacam temas de maior relevância ao seu leitor e o convidam a ingressar na página, através das gramáticas específicas, no jogo de ofertas de sentido.

Trabalhamos as **superfícies discursivas** também como materialidades circunscritas por temporalidades e contextos específicos, tal como a sociedade dos meios (aqui observada nos jornais de 1964) e a sociedade em vias de midiatização (pensada a partir dos jornais de 2016). Isso quer dizer que, a partir da apreensão de marcas referentes aos formatos que configuram

determinados sentidos aos textos, é possível identificar usos variados ao longo de 50 anos. Os editoriais são subordinados a lógicas que acompanham o funcionamento social, transformando: (a) novas formas e tempos de leitura; (b) relações entre o jornal impresso com o dispositivo jornal digital; (c) a mistura do discurso informativo e opinativo; (d) seções a partir das quais os editoriais são subordinados; (e) uso de cor, gráfico, imagens, charges. Também nos dedicaremos a apontar tais modificações ao longo dos anos na primeira parte do subcapítulo seguinte.

A partir das considerações sobre cada jornal, realizaremos o exercício comparativo entre eles visando compreender, segundo a temporalidade estudada, as principais transformações e como estas oferecem subsídios para pensar os efeitos da midiatização em uma ordem relacional entre o jornal e seu leitor. Pensar as superfícies discursivas, portanto, é uma condição relevante para analisar a nossa problemática principal em torno da atualização das gramáticas de produção. Porém, ela é parte de um processo mais amplo, que visa apreensão de marcas específicas dos textos, compondo as **operações discursivas** – o segundo bloco da etapa metodológica da leitura de discursos aqui proposta.

(2) Análise de **operações discursivas**, consta a extração de textos dos editoriais e das marcas de *O Globo* (1964; 2016), seguido pelo jornal *Folha de S. Paulo* (1964; 2016). Organizamos o processo de leitura de discurso a partir dos títulos, corpo do texto e fragmentos discursivos dos editoriais dos jornais que compõem o nosso *corpus* de pesquisa. Escolhemos destacar o que consideramos como marcas discursivas significativas através de assinalamentos em negrito e sinalização entre aspas. Partimos da mesma lógica ao estabelecer – primeiro – descrições e comentários sobre os processos específicos e internos de cada periódico. Com base no primeiro comparativo interno de cada jornal, articulamos o estudo entre os dois modelos de estratégias utilizadas pelos dois jornais. Pontuamos a natureza das gramáticas dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* e como constroem discursivamente a deposição de João Goulart e o *impeachment* de Dilma Rousseff. Buscamos também apreender os *modos de dizer* da produção jornalística editorial de ambos os periódicos para entender as diferenças em tratar o mesmo acontecimento.

As considerações que apresentaremos neste capítulo culminaram da aproximação com autores cujo estudo se realiza sobre âmbitos discursivos. Além de Verón (2004), a qual nos referimos diretamente no capítulo anterior (**4 Construindo os aspectos metodológicos**), também nos aproximamos, principalmente, no que diz respeito ao tratamento de processos discursivos da mídia impressa com a obra de Fausto Neto (1991), que nos auxilia diretamente

no entendimento da atividade prática de mobilizar marcas e descrever estratégias de construção de determinado acontecimento; a segunda (FAUSTO NETO, 1994), por outro lado, parte da formulação teórica do editorial como campo de lutas, conforme pontuamos no **capítulo 3**. Tal questão permanece sendo mobilizada a partir do manejo dos materiais, uma vez que lidamos com discursos opinativos configurados em jogos e disputas retóricas para cancelar posições sobre diferentes conflitos e impasses sociais.

Recorremos também ao estudo de Milton José Pinto (1994) como base para a compreensão do que podemos considerar como marcas linguísticas da enunciação. O autor se dedicou a refletir sobre vários conceitos que explicam o funcionamento da enunciação; dentre eles, o de heterogeneidade enunciativa, apresentando ainda diversas categorias sobre as estratégias discursivas, através do que se chama de *modalização* das operações. Reflete-se sobre figuras linguísticas, como verbos, tempos verbais, adjetivos, pronomes, advérbios, etc. Neste viés, o texto é um objeto significante situado no tempo e espaço, que circula no contexto social para que o leitor o consuma – a forma de consumo também deixa pistas em relação a um dos grandes objetivos de analistas dos discursos: identificar as condições de produção. Desenvolve-se um trabalho de fôlego que tem como objetivo justamente de resgatar as condições de produção do objeto significante e resalta o método comparativo como essencial neste resgate, pois “qualquer diferença de sentido entre dois discursos pode ser creditada às diferenças existentes nas condições de produção” (PINTO, 1994, p. 21). Tentativa esta que será a matéria principal do subcapítulo **5.2 Enunciado a opinião: operações discursivas**.

Neste primeiro momento, nos dedicamos a explicar de que forma realizaremos a análise e como diferenciamos superfícies e operações discursivas na perspectiva aqui adotada com auxílios dos autores citados. As próximas páginas serão dedicadas à leitura dos discursos dos materiais d’*O Globo* e *Folha de S. Paulo* no sentido de interpretarmos os textos na investigação acerca das gramáticas de produção.

5.1 SUPERFÍCIES, DIAGRAMAÇÃO E DISCURSOS

Este subcapítulo compõe o primeiro bloco da análise e é destinado à reconstrução dos das superfícies discursivas d’*O Globo* (1964; 2016) e *Folha de S. Paulo* (1964; 2016), seguido pela comparação entre ambos, através da leitura de marcas nas superfícies dos jornais, conforme a definição já apresentada. Entendemos que é necessário descrever operações gráficas, técnicas e estéticas porque são elementos indicadores de níveis de tomada de posição. Recordamos o

início do capítulo em que afirmamos reconhecer a página em que o editorial está inserido; se mantém ou não regularidade de diagramação; quais outras linguagens dividem a espacialidade da página; etc. Neste momento, não descrevemos operações apreendidas no corpo do texto de forma aprofundada, pois nos dedicaremos a esse procedimento no subcapítulo focado em operações discursivas⁵².

Embora o nosso problema de pesquisa seja em torno dos editoriais jornalísticos, nesta seção também optamos por problematizar alguns pontos sobre as capas dos jornais por entendê-las como um espaço nobre, que contém marcas essenciais acerca da identidade de cada periódico, assim como já sinalizamos na introdução deste capítulo (**5.1 Superfícies, diagramação e discursos**). O primeiro passo, portanto, é recorrer aos exemplares d'*O Globo* e *Folha*, investigando como ambos organizam suas capas e páginas opinativas com objetivo de identificar permanências e discontinuidades ao longo da temporalidade estudada.

5.1.1 *O Globo* (1964; 2016): o processo de flexibilização da opinião única

Este é o primeiro subcapítulo de análise onde nos preocupamos mais diretamente com o manejo de marcas observadas nas superfícies discursivas do jornal *O Globo*. Nossas ideias são expostas aqui para atender ao problema de pesquisa a fim de destacar como esse jornal, através de suas estratégias de diagramação, indica níveis de posicionamento argumentativo e, de forma ampla, quais são as suas principais modificações de um ano ao outro. Por isso, mencionaremos neste texto o que entendemos por afetações da emergente midiatização nessas estratégias.

Gostaríamos de começar pela capa do jornal. Ao refletirmos sobre o conceito de gramática, a obra de Mouillaud (1997) nos guia em torno de uma proposição a qual tem em vista a manifestação de níveis de organização de uma gramática a partir da capa das edições. O nome de um jornal é, segundo Mouillaud (1997), um enunciado de referência. É através dele que se constitui a diferenciação com outros periódicos e, por outro lado, é segundo ele que os outros exemplares do jornal formam uma espécie seriação. Porém, mesmo se configurando como coleção, cada exemplar é independente, ou seja, não necessita da edição anterior para fazer sentido porque cada um é atravessado pela noção de temporalidade constituída pela atualidade. Não é à toa que observamos a data e o número de exemplar junto com o nome do

⁵² Ver subcapítulo **5.2 Enunciando a opinião: operações discursivas**.

jornal de forma padronizada. A reprodução do modelo firma a identidade da publicação (MOUILLAUD, 1997).

Em 1964, *O Globo* apresentava um título padrão: o nome do jornal em cor preta, com todas as letras maiúsculas, em fundo branco. Era acompanhado pelo ano, local de publicação, número da edição e nomes do conselho editorial. Organizamos a **Figura 2** (a seguir) com duas imagens. A primeira (**Figura 2 - A**)⁵³ diz respeito à capa mais convencional do jornal e, ao lado, na **Figura 2 - B**⁵⁴, exemplificamos com um projeto de diagramação atípico - entre as edições do período estudado - devido à decisão d'*O Globo* de chamar atenção do leitor frente a um momento tenso em que a sociedade civil se manifestara contra o governo de Goulart:

Figura 2 - A



Figura 2 - B



Nota-se que na **Figura 2 - B**, o jornal enunciou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (manifestação conhecida por demandas conservadoras que pediam o afastamento de Goulart) em branco com o fundo da própria foto. Na capa desta edição d'*O Globo*, todas as manchetes e o editorial tratavam sobre a deposição do presidente João Goulart (**Figura 2 - B**). O nome do jornal é sobreposto à imagem que apontava para a existência da manifestação da multidão como “vitoriosa”, situando a tomada de posição. O editorial, inclusive, se estende em toda sua superfície discursiva ao longo do lado esquerdo, onde o leitor ingressa seu percurso de

⁵³ O GLOBO, 04/01/1964.

⁵⁴ O GLOBO, 03/04/1964.

leitura. O discurso opinativo aparece articulado com a manchete principal da edição, ambos acompanhados de fotografia. A foto estava atrelada ao título da manchete e ao próprio editorial. É como se o jornal dissesse ao seu leitor que a sociedade civil já fez sua parte (“**Mais de 800 mil na marcha da vitória**”) e, agora, era a “**Vez do Congresso**”, que é título do editorial.

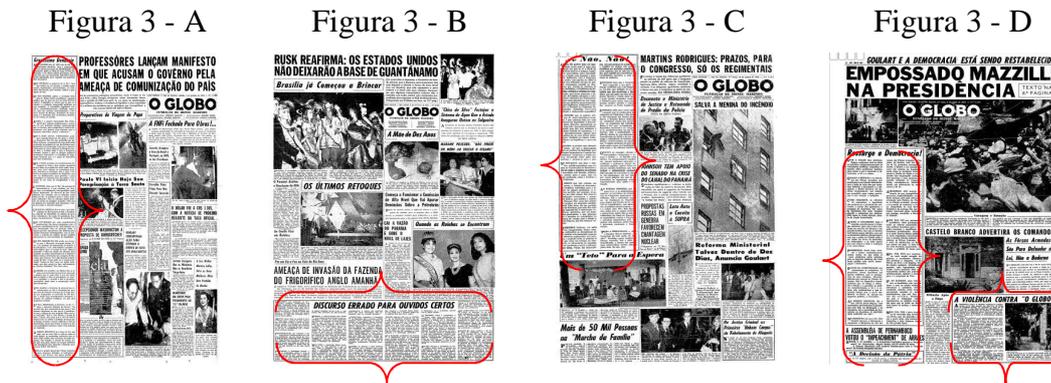
Consideramos tais articulações como uma espécie de editorialização da publicação através da análise exclusiva da superfície discursiva da referida capa (**Figura 2 - B**). A edição representa a transformação da capa a favor de uma estrutura argumentativa, pois a primeira página tal como está organizada propõe um modo especial de leitura, a qual o leitor não está acostumado. Evoca dramaticidade ao romper a rotina da diagramação em que o jornal se contata no cotidiano com o seu leitor.

De forma geral, entre as capas de diferentes edições do jornal no período analisado (janeiro a abril de 1964), há também o nome do periódico que flutua na primeira página, não mantendo regularidade de publicação. Da mesma maneira que o título do jornal não é fixo, os editoriais acompanham o movimento. Notamos que a marca de identidade de *O Globo* ocupava tanto o espaço esquerdo quanto o direito, assim como na parte central. Isso porque o jornal abria mão do espaço fixo e migrava seu título em detrimento dos acontecimentos, tendo capas em que o seu nome consta em tamanho menor do que a manchete principal, levando em consideração a gravidade do assunto.

O Globo, em 1964, do mês de janeiro a abril, publicava um editorial por capa, com exceção do dia 2 de abril de 1964, quando dois editoriais (“Ressurge a democracia”, na capa; e “A decisão da pátria”, na página 3) foram escritos para saudar a deposição do presidente João Goulart. Como mencionamos, a posição do editorial não era fixa, sendo possível identificá-lo no canto esquerdo e direito, assim como nas proximidades do rodapé das páginas, orientados vertical e horizontalmente.

Mesmo com estas variâncias, os editoriais analisados no nosso recorte possuem enquadramento repetitivo em todas as edições no que diz respeito à moldura que envolve o texto localizado na parte interna. Sendo assim, diferenciava-se de outros gêneros, como as notícias, notas e reportagens, pelo uso do *box*, normalmente uma linha fina em cor preta que abrangia a espacialidade do texto opinativo. Diferenciam-se também pelo sistema de títulos que, em alguns casos, eram maiores do que os das notícias. Podemos inferir, a partir disso, que o editorial ganhava relevância na superfície discursiva do que algumas reportagens de capa. Sobre isso, voltaremos no decorrer do texto.

Selecionamos algumas capas (**Figuras 3 - A, B, C, D**)⁵⁵, em ordem cronológica, entre janeiro e abril de 1964, antes e depois da deposição de João Goulart, para materializar a posição discursiva do editorial deambulando na capa do jornal. Em vermelho, marcamos a sua atividade flutuante entre as edições:



Não objetivamos descrever cada figura, pois queremos entendê-las em grupo. Em vermelho, marcamos os diferentes espaços ocupados pelo texto opinativo. São deambulações na superfície discursiva da capa d' *O Globo* que compreendem o canto esquerdo (**Figura 3 - A**)⁵⁶, ora mais acima, ora mais abaixo (**Figuras 3 - B e Figura 3 - C**)⁵⁷. Ainda foi possível perceber uma edição que radicaliza o discurso ao publicar, de forma atípica, dois editoriais na mesma capa (**Figura 3 - D**)⁵⁸ sobre a deposição de João Goulart – acontecimento forte o suficiente para efetuar tal estratégia discursiva.

Além de ser produto da capa, como mostramos acima, *O Globo* projetava letras capitulares em cada parágrafo do editorial, fator marcante como um diferencial entre ele e as manchetes. Os títulos apresentam regularidade quanto ao destaque em negrito, variando em caixa alta e baixa. Algumas notícias e notas apresentam o enquadramento já citado, porém, não são introduzidas pelas letras capitulares observadas em editoriais. Em 1964, as notícias eram iniciadas na capa, mas o leitor era direcionado a determinada página interna para que pudesse ler de forma completa. A edição do jornal sobre o acontecimento engendra um processo de circulação interna de uma página a outra. Comparamos esta característica com os *links*, próprios do contexto digital, em que somos direcionados a outra página com assuntos semelhantes. Os

⁵⁵ Nestas figuras, gostaríamos de acentuar a deambulação do editorial na página através das marcações em vermelho. Por este motivo, a imagem está em tamanho maior, pois buscamos colocadas lado a lado para evidenciar essas flutuações em diferentes espaços da superfície discursiva (em vermelho).

⁵⁶ O GLOBO, 04/01/1964.

⁵⁷ O GLOBO, 08/02/1964 e O GLOBO, 18/03/1964.

⁵⁸ O GLOBO, 02/04/1964.

editoriais, por outro lado, eram publicados integralmente, reforçando as diferenças tipográficas entre o gênero informativo e opinativo. Cabiam às notícias serem os direcionadores dos leitores nestes processos de circulação, pois a regra d' *O Globo* era a publicação do editorial na capa.

Percebemos também – em alguns dias da semana – a presença de artigos assinados por personalidades de tendências e posições conservadoras, como de Augusto Frederico Schmidt e Eugenio Gudin, publicados na segunda página d' *O Globo*, que substituíam o texto opinativo. Consideramos esta substituição como uma exceção, pois não notamos regularidade nos dias da semana em que editoriais não seriam publicados, dando espaço para estes artigos.

Destacamos esta operação a partir da ideia segundo a qual os intelectuais da época eram os grandes formadores de opinião de segmentos conservadores da sociedade. Era uma maneira para que o jornal não abrisse mão do seu caráter opinativo, mesmo sem a publicação de algum editorial, pois os artigos condiziam com a opinião institucional. Este é um modelo em que há contato entre o editorial e o artigo de forma simbólica, sendo que o primeiro não está disposto na materialidade de página e o segundo, para suprir essa falta, efetua o papel de origem do texto opinativo da empresa jornalística.

Na edição de 14 de março de 1964, dias antes da deposição de João Goulart, *O Globo* não publicou editorial e ocupou a primeira página com notícias e imagens. Uma das fotos, inclusive, foi semantizada por diversos periódicos da época. A imagem em questão mostra João Goulart, acompanhado da esposa, durante o Comício da Central, acontecimento marcante para a intensificação da oposição ao presidente à época. O aspecto curioso da fotografia é a relevância dada à esposa de Goulart, Maria Teresa Goulart, ao ser publicada na capa e, também, devido à legenda de alguns jornais. Buscamos em três periódicos (*O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*) a semantização que cada um realizou em torno da foto. Mesmo que não estejamos analisando o *Jornal do Brasil* neste trabalho, avaliamos interessante recorrer ao material coletado na pesquisa documental para materializar o argumento dos jornais ao enfatizar a presença de Maria Teresa no palanque.

O Globo (14/03/1964), entre os três jornais já citados, atribuiu mais relevância à imagem do presidente como protagonista. Há uma divergência entre o que diz a legenda e a imagem. João Goulart é representado de forma explosiva, gesticulando e apontando o dedo em tom imperativo. Contudo, a legenda enuncia o contrário: “O presidente afirmou que continuará lutando **pacificamente** pela reforma que deseja. Ao seu lado, no palanque, estava D. Maria Teresa” (grifo nosso, O GLOBO, 14/03/1964). Diferente da legenda, João Goulart aparece com o dedo levantado, sinalizando uma postura corporal explosiva de acordo com a análise da foto,

localizada mais abaixo (**Figura 4 - A**)⁵⁹. Já na *Folha* (**Figura 4 - B**)⁶⁰, o foco é em Maria Teresa, que aparece cabisbaixa e de perfil, o que levou o jornal a operar a legenda em referência à beleza e ao ângulo da foto (“**Perfil da beleza**”). *Jornal do Brasil*, por sua vez, (**Figura 4 - C**)⁶¹ também projeta a presença de Maria Teresa Goulart fazendo um jogo de sentido que detalharemos a seguir.

Mas, antes, propomos olhar as fotos lado a lado com fins comparativos, de acordo com a seleção a seguir:

Figura 4 - A



Figura 4 - B

Perfil da beleza



Figura 4 - C



Em comparação entre as fotos semantizadas em *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, concluímos que o primeiro foi o único jornal que mais se preocupou em retratar João Goulart como o ator principal em um momento de exaltação política durante o comício; por outro lado, o *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo* semantizaram a fotografia enaltecendo a beleza de Maria Teresa. A *Folha* escolhe uma foto em que ela está de perfil, acompanhada da seguinte legenda: “O perfil da beleza” (**Figura 4 - B**) objetificando a presença dela ao lado de João Goulart. O *Jornal do Brasil*, opera em duplo sentido quando menciona na legenda que “o interesse vem da direita”, em uma espécie de jogo com as palavras em sintonia com a imagem (**Figura 4 - C**). Mesmo que essas imagens não façam parte diretamente do nosso *corpus*, são exemplos de como o discurso visual sinaliza para níveis de tomada de posição opinativa do jornal. Por isso, resolvemos mencioná-las nesta parte do trabalho.

O modelo técnico-gráfico-estético d’*O Globo*, em 1964, oferece ao editorial um lugar de prestígio tal como é a capa. Muitas vezes, a exemplo dos materiais analisados anteriormente,

⁵⁹ O GLOBO, 14/03/1964.

⁶⁰ FOLHA DE S. PAULO, 15/03/1964.

⁶¹ JORNAL DO BRASIL, 14/03/1964.

os editoriais não eram só publicados na capa, mas também ao longo da superfície discursiva, principalmente a partir do lado esquerdo, onde o leitor inicia a leitura.

Estas características compõem as principais diferenças entre *O Globo* da década de 1960 e hoje. Pontuamos sobre o modelo, em 1964, e, agora, recorremos aos materiais de 2016, a fim de realizar considerações comparativas em torno das superfícies discursivas. Durante os mais de 50 anos, o jornal passou por mudanças significativas em relação à capa. Atualmente, o nome é publicado na parte superior da página, de forma centralizada, em fundo azul, com faixa amarela e verde na parte superior (**Figura 5**). Segue apresentando a data, o número de edição e o nome de Irineu Marinho (seguido pela data de nascimento e morte) junto ao nome de Roberto Marinho (seguido pela data de nascimento e morte), reforçando o caráter familiar e personificado do jornal. Desta vez, também com uma informação adicional: o *site*, que está localizado no topo da página.



A figura anterior (**Figura 5**) materializa transformações tipográficas d’*O Globo* (01/09/2016) e também é interessante para analisarmos a formação do sistema de títulos em destaque. “Dilma está fora” é um título argumentativo e “E agora, Temer?” é um título interrogativo. Ambos lembram o discurso televisivo devido ao interpelativo em grafia maiúscula: “**E AGORA, TEMER?**” como despertam uma certa associação com marcas gráficas das revistas semanais informativas.

Exemplificamos até então algumas transformações no âmbito da identidade d’*O Globo* segundo a organização da capa. Direccionamo-nos para o que nos interessa mais diretamente, que são as mutações em relação aos editoriais. O espaço destinado à produção de 2016 é fixo, localizado no topo da página, na parte interna do jornal. São orientados horizontalmente, com

letra capitular apenas no início do texto e os títulos em letras minúsculas. São compreendidos por um enquadramento semelhante ao de 1964, com uma espécie de *box* nas laterais, e dividem o espaço na mesma página com artigos assinados. De forma geral, dois editoriais são publicados por exemplar em 2016, sem que necessariamente ambos estabeleçam uma relação temática, ou seja, no mesmo dia é possível notar a opinião do jornal sobre educação no Brasil e sobre o governo argentino, por exemplo.

As edições d'*O Globo*, em 2016, têm editoriais subordinados a uma seção, chamada **Opinião**, zona de acesso que se distingue a superfície e atua como fonte identificadora da seção para o leitor, diferente das edições de 1964, que não subordinava o texto a seções. Não há página pré-estabelecida, sendo publicado a partir da página 10, dependendo da edição. Apresentaremos materiais em que os editoriais estão inseridos na página 12 e 14, por exemplo. O editorial é deslocado da capa e sofre migração para a parte interna, perdendo o seu lugar singular de prestígio. Porém, não perde a identidade de opinião porque está subordinado ao espaço destinado a ela.

A subordinação à seção de 2016 é um exemplo de como o jornal se difere do que é observado em 1964. Antes, *O Globo* não subordinava o texto editorial a nenhum indicador, podendo ser confundido com uma notícia, ao mesmo tempo, que é possível conjecturar que o público leitor de 1964 era mais fluente no que diz respeito à identificação do espaço editorial. Inclusive, quando procurávamos as edições no acervo oficial do ano de 1964, constatamos que não existe nenhum material indexado, pois ela – de fato – não foi posta em funcionamento no período em questão.

Em relação ao projeto editorial, outra novidade é acentuada nas edições de 2016. *O Globo* subordina seus editoriais à outra lógica, configurando a seção **Opinião** em **Tema em discussão**, onde há uma noção de debate de ideias sobre um tema específico. Ocupa o mesmo lugar que os editoriais convencionais, porém se configura no espaço dividido em dois lados, o primeiro, intitulado **Nossa opinião**, e o segundo, intitulado **Outra opinião**, que abre o debate para alguma figura pública opinar sobre determinado assunto. Temas são refletidos por duas opiniões: a do jornal e de um leitor-especialista. Avaliamos como uma estrutura de opinião que se complexifica no espaço jornalístico. O jornal permite o debate, cede espaço argumentativo para o leitor-especialista e, ao mesmo tempo, não abandona o próprio *status* opinativo. A temática do *impeachment* de Dilma foi condicionada a esta configuração editorial em que “os

dois lados” debatem e expõem suas opiniões tal como descreveremos abaixo sobre a imagem (Figura 6)⁶²:

Figura 6 - Tema em Discussão



A nosso ver, essa mudança (Figura 6) na estrutura é uma das mais marcantes não apenas entre as edições d’O Globo, mas também no âmbito mais geral dos editoriais de diferentes jornais brasileiros. A análise de superfícies discursivas nos levou a avaliar que, no espaço temporal de mais de 50 anos, os editoriais perderam o lugar nobre ao serem deslocados da capa para as páginas internas. Ao mesmo tempo, são elevados em importância quando ganham uma nova estrutura opinativa (Tema em discussão), apresentando formato não usual em comparação com outros jornais impressos.

Tal transformação aponta a subversão da lógica do editorial como o espaço exclusivo da opinião do jornal quando o mesmo abre uma zona argumentativa para um leitor-especialista. Mesmo que a presente seção seja publicada eventualmente e, não, diariamente, é umas das marcas mais significativas percebidas até então. Por este motivo, intitulamos o subcapítulo como O Globo (1964; 2016): o processo de flexibilização da opinião única, com destaque à noção de flexibilização. Não queremos dizer que o discurso se flexibiliza, pelo contrário, a ideia do editorial como campo de lutas (FAUSTO NETO, 1994) se intensifica ainda mais, pois o discurso “do outro” é ali exposto em tensão com o discurso do jornal. Não há substituição de um pelo outro e, sim, um mecanismo que os coloca em debate. Classificamos como um efeito da midiaticização na medida em que o jornalismo perde sua exclusividade como

⁶² GLOBO, 29/02/2016.

voz representacional do campo social e precisa dar conta de um fenômeno amplo atravessado pelo opinionismo exacerbado. Logo, só a opinião do jornal não basta. Quando se trata de editoriais, essa ideia de exclusividade era acentuada, pois o texto não se articula segundo fontes, entrevistas e levantamento de dados – típicos de produção noticiosa; é, pelo contrário, um sítio tradicionalmente destinado à avaliação do jornal como empresa. No caso de **Tema em discussão**, portanto, existe a perda do caráter exclusivo opinativo e, em nossa perspectiva, a acentuação de disputas, conflitos, tensões de opiniões contrárias, configurando uma nova dimensão do campo de lutas (FAUSTO NETO, 1994).

Ao longo da temporalidade, acentua-se um teor mais tecnicista e didático ao explorar linguagens como a infografia em sua estratégia narrativa, tornando o editorial mais parecido com a produção noticiosa convencional ou com reportagens especializadas em economia. Isso não quer dizer a perda total do seu posicionamento crítico frente aos impasses sociais até porque os infográficos podem ser igualmente argumentativos. O que queremos salienta é que, com base no exemplo da **Figura 7**⁶³, existe um processo de contaminação do discurso opinativo pelo discurso visual dos infográficos, próprios da produção noticiosa. Esta construção aponta também que ali existe uma noção de leitor (um leitor fluente na leitura de estatísticas, por exemplo).

Figura 7



63 O GLOBO, 01/01/2016.

Investir em linguagem de gráficos acentua a natureza de um texto mais informativo e didático. A infografia opera também como um dispositivo argumentativo e, não, exclusivamente informativo quando se desloca do texto noticioso ao opinativo. Ou seja, utiliza-se de repertórios já estabelecidos de uma economia discursiva – no caso, o da notícia – tornando potenciais argumentativos da opinião. No primeiro editorial do ano (**Figura 7**), de 2016, há também uma seção circunstancial intitulada **Ano Novo**, acompanhando o texto como uma espécie de calendarização do tempo. O título (“**À procura da luz no fim do túnel**”) faz parte do conjunto de outras marcas, como **Opinião** e **Ano Novo**, e estabelece uma relação de codeterminação com elas. Contudo, o uso de infográficos é o elemento em destaque especial do editorial, em 2016.

A marca em questão instigou a pensar qual o objetivo do jornal ao misturar o discurso informativo (aqui representado pelo infográfico) e o opinativo (típico do texto editorial). Existe uma tentativa de tornar o produto mais didático e condizente ao seu público, como já afirmamos. Encaramos como um efeito da midiatização, uma vez que o leitor esteja mais habituado ao grafismo do que aos longos textos verbais, que eram produtos característicos d’*O Globo*, em 1964. As estratégias de conquista do jornal sobre o mercado discursivo parecem menos agressivas em 2016 com o uso de tais operações. Se por um lado o jornal diluiu estruturas rígidas de diagramação e, até, põe em voga sua hegemonia opinativa; por outro, não há a mesma suavização no conjunto discursivo a partir da análise dos fragmentos discursivos. Voltaremos neste ponto em **5.2.1 O Globo (1964 e 2016): do comunismo ao lulopetismo**.

No momento, encerramos as primeiras considerações sobre as superfícies discursivas d’*O Globo* em ambos os anos. Agora, faremos o mesmo processo de leitura em edições da *Folha*. Após, retomaremos o que de mais relevante avaliamos em nível comparativo.

5.1.2 Folha de S. Paulo (1964; 2016): do leitor ao Brasil

Neste subcapítulo, elaboramos reflexões no mesmo caminho apresentado anteriormente. Partimos do entendimento de que as capas são igualmente relevantes na análise de superfícies discursivas, mesmo que não façam parte diretamente do *corpus*. Retomamos a Mouillaud (1997) quando o mesmo elucidava questões referentes a regras que visam identificar o jornal, como o *slogan*, aspecto em destaque da *Folha*. O estudo das gramáticas pode ser associado a certos operadores estruturais do jornal, que chamamos de superfícies discursivas.

Folha de S. Paulo: um jornal a serviço do Brasil (**Figuras 8**). Em 1964, este *slogan* era a marca registrada, projetado em letras capitulares em fundo branco, no topo da página. O *slogan* não era exclusividade da capa do jornal, era também encontrado na seção de editoriais e artigos assinados. O enunciado era publicado seguido pelo ano, local, dia e número da edição. Não há menção ao conselho editorial junto a ele. A capa era um espaço exclusivo para notícias e fotografias, sem presença do editorial. A manchete principal era sublinhada, em negrito e centralizada na primeira página na maioria das vezes.

Figura 8 - Slogan



O jornal, em 2016, mantém o *slogan* (“**Um jornal a serviço do Brasil**”), porém modifica a apresentação. Ocorre a atualização do antigo ideário. O *slogan* subordina o periódico a um grande coletivo (“**Brasil**”) com letras maiúsculas. No meio tempo, também operou outro *slogan* (“**De rabo preso com o leitor**”), que nasceu como um bordão nos anos de redemocratização, que podemos associar com a ideia de que a *Folha* se compromete com o leitor e, não, com governos ou partidos políticos, quando enunciou que está “**de rabo preso**”. Este bordão, no entanto, não permanece em 2016 quando, ao observamos os materiais empíricos, notamos que há a volta do *slogan* de 1960 (“**a serviço do Brasil**”).

A Folha de São Paulo, através da máquina publicitária, criou, a partir dos anos 1980, uma imagem capaz de sobrepujar a memória contemporânea aos acontecimentos do seu passado recente e do presente, afirmando uma memória alternativa. A propaganda também tinha a função de desviar o leitor da primeira impressão de que a Folha tomava partido e dedicava tratamento e espaços diferenciados àquelas informações que lhe convinha fixar (ANDRADE, 2017, p.3)

Tanto no *slogan* “**De rabo preso com o leitor**” quanto “**a serviço do Brasil**”, percebemos sentidos de lealdade com seu público. O leitor, no entanto, se torna subjacente, pois a lealdade do jornal se expande e volta, como nos anos de 1960, para uma dimensão coletiva (“**Brasil**”). O compromisso da *Folha*, em 1964 e 2016, é com a amplitude do país (“**a serviço**

do Brasil”), ao mesmo tempo, que perpassa o leitor (“**de rabo preso com o leitor**”), após a redemocratização. Em 2016, na mesma linha do *slogan*, está localizado o semblante de 95 anos da *Folha*, a data da abertura do jornal (1921) e o *site* oficial do mesmo. Outra característica própria de 2016 é o alerta do horário em que a edição foi concluída (“**Edição SP/DF – Concluída às 17h23**”), seguido pelo preço.

A capa, por sua vez, sofre modificações. Rotineiramente, a *Folha*, em 1964, elaborava manchetes principais localizadas no centro superior da página. Diagramadas em letras minúsculas e sublinhadas como padrão estético recorrente. Porém, no dia 30 de março de 1964, o clima de tensão pré-golpe militar alterou o formado habitual do título da manchete (**Figura 9**)⁶⁴:

Figura 9 - Capa



A figura em questão (**Figura 9**) é um material que indica graus de radicalização dos discursos, pois o acontecimento impôs a necessidade de elaborar um título de manchete diferente do tradicional. Em 1964, no que diz respeito às notícias publicadas na capa, o jornal operou uma lógica indicativa ao seu leitor que só conseguiria ler determinada reportagem se circulasse entre as páginas internas. Isso acontecia, pois o texto noticioso funcionava como uma chamada e configurava-se como uma narrativa parcial dos acontecimentos.

Em 2016, a manchete principal flutua na página (**Figuras 10 - A, B, C**), podendo ser encontrada mais centralizada, à direita ou à esquerda. Pontuamos o predomínio da manchete

⁶⁴ FOLHA DE S. PAULO, 30/03/1964.

principal de cunho informativo, porém esta não está mais sublinhada ou submetida a outro padrão de diagramação baseado na gravidade do acontecimento, como em 1964.

Diferente de 1964, a diagramação atual explora o uso de cores no *box* informativo que engloba as principais notícias da edição. Tais transformações dizem respeito aos equipamentos técnicos e profissionalização da diagramação de jornais ao longo do período. Atualiza de 1964, a operação de evidencia uma manchete principal por edição, conforme explicitamos abaixo:



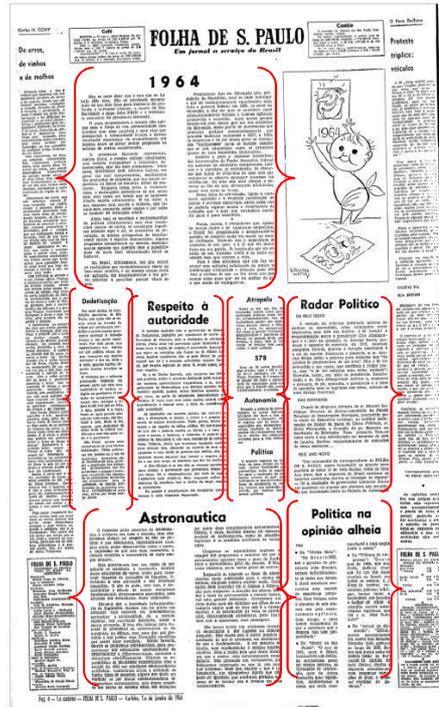
As três figuras em conjunto oferecem pistas sobre a deambulação da manchete na superfície discursiva e, principalmente, em torno da manutenção desta em tamanho maior do que as outras vozes da página (**Figuras 10 - A, B, C**).

Em relação aos editoriais, objetos principais desta pesquisa, eram diagramados logo no início das edições, a partir da página 4, em 1964. No mínimo dois editoriais por edição, sem que necessariamente sejam sobre o mesmo assunto. Eles mantêm regularidade de disposição na página, orientados de forma centralizada, na parte superior da página. O texto se divide em duas ou mais colunas, sem partes destacadas, apenas contendo negrito no título. As charges eram frequentes na página, mas, às vezes, acompanhando outros artigos publicados na mesma seção. O texto era organizado na parte central da página, em duas colunas na vertical, com o primeiro parágrafo em negrito.

Em vermelho, destacamos a ampla incidência do conteúdo opinativo na superfície discursiva, totalizando dois editoriais principais, dois artigos assinados e sete notas opinativas,

que não são consideradas editoriais propriamente ditos, mas breves comentários igualmente em nome do jornal (**Figura 11**)⁶⁵:

Figura 11 – Página de opinião da *Folha de S. Paulo* (1964)



De acordo com a **Figura 11**⁶⁶, é visível o espaço atribuído ao discurso da opinião na *Folha*, de 1964. A página opinativa (acima) contempla um posicionamento do jornal, que adverte o seu leitor: “As opiniões emitidas nos artigos assinados não representam necessariamente o ponto de vista do jornal, podendo até ser contrárias a este. A opinião do jornal acha-se expressa nos editoriais e nos comentários não assinados” (FOLHA DE S. PAULO, 01/01/1964, p. 4).

A partir da imagem (**Figura 11**), notamos que – mesmo dividindo espaço com artigos assinados – o jornal atribui relevância à sua produção argumentativa e opinativa devido à extensão do texto e pela própria quantidade de editoriais e comentários não assinados. Embora menores em tamanho, os comentários reforçam a dimensão opinativa da página, que em sua totalidade, era dedicada ao gênero. A marca segundo a qual é possível diferenciar e identificar os editoriais é a falta de assinatura em comparação com os artigos, todos assinados por seus respectivos autores.

⁶⁵ FOLHA DE S. PAULO, 01/01/1964.

⁶⁶ Assim como em outros momentos, destacamos o argumento – em vermelho – sobre a espacialidade da página.

Em 2016, os editoriais também são publicados no início das edições, mas na página 2, de forma regular, subordinados a seção **Editorial**. Estabelece assim, um contrato com o leitor que sabe onde vai encontrar a posição declarada do jornal. Assim como em 1964, a página destinada à produção editorial é hierarquizada tendo um editorial acima do outro e, portanto, afirmamos que existe atualização do modelo, mesmo que agora estejam sempre alinhados na lateral e, não, centralizados. Os editoriais dividem espaço com os artigos assinados e são orientados pelo jornal no lado esquerdo, divididos em duas colunas. A ideia de hierarquia se concretiza a partir do modo de publicação, pois estão dispostos um acima do outro (**Figura 12**)⁶⁷ na direção onde o leitor ingressa a leitura. Em vermelho, o espaço destinado a eles:

Figura 12 – Página de opinião da *Folha de S. Paulo* (2016)



Ainda sobre **Figura 12**, a página opinativa direciona os leitores com o *link* do *site* oficial para à versão digital. Observamos essa operação como efeito da midiatização nas edições de 2016.

O editorial intitulado “Nem Dilma nem Temer”, do dia 03 de abril de 2016, é a única exceção ao modelo. A *Folha* abriu mão da posição fixa (página 2) ao publicar o texto na capa da edição, envolto por uma moldura azul junto com o nome da seção **Editorial**. O motivo pelo qual o jornal o desloca para o lugar mais nobre de qualquer edição (a capa) diz respeito a retórica apresentada no texto. Detalharemos este aspecto no capítulo **5.2 Enunciando a opinião:**

⁶⁷ FOLHA DE S. PAULO, 03/04/2016.

operações discursivas, mas destacamos a antecipação do editorial à capa da edição como uma quebra a regra em torno da diagramação, que tem efeito na forma de produzir sentido, sinalizando ao leitor que o assunto em questão é tomado pelo jornal com mais importância do que outros.

Estabelece um novo contrato, segundo operações na superfície discursiva, que – mesmo sem analisar o fragmento do texto – é possível afirmar níveis de hierarquia entre os acontecimentos. Tais níveis, uma vez aplicados ao editorial, extrapolam os critérios convencionais de noticiabilidade do jornalismo (“o que vira notícia ou não”), pois se trata de discursos de naturezas diferentes, que produzem efeitos igualmente diferentes. Portanto, é como se determinado assunto ou acontecimento impusesse uma nova lógica de organização da página e, conseqüentemente, a exclusão e substituição de notícias que, tradicionalmente, estavam ali publicadas. Cede-se, então, o espaço primordial da edição na medida em que se prioriza e hierarquiza o posicionamento frente ao acontecimento como erupção de novas inteligibilidades, tendo o jornal através de seus editoriais a obrigação de opinar sobre. Analisaremos as operações discursivas do texto em questão (“Nem Dilma nem Temer”) em **5.2.2 Folha de S. Paulo em 1964 e 2016: 50 anos “de olho” na agenda econômica do país**.

Décadas antes, no dia 12 de abril de 1964, após a deposição de João Goulart, a *Folha* publicou apenas um editorial ao longo da página, ocupando espaço que seria dividido entre dois editoriais e diferentes comentários não assinados. Ou seja, a decisão de usar apenas um texto argumentativo tem a ver com o que abordamos no caso de “Nem Dilma nem Temer”, do dia 03 de abril de 2016. Abre-se mão, portanto, de uma padronização editorial devido à importância atribuída a determinado assunto ou acontecimento. Hierarquiza-se a opinião sobre o decreto do governo militar brasileiro, o Ato Institucional nº 1, assinado no dia 9 de abril de 1964, e esta é percebida através da própria organização espacial da página. Este aspecto é aqui destacado porque – em nossa perspectiva – a espacialidade oferece subsídios para pensarmos a produção de sentido, sem que haja necessariamente ou obrigatoriamente a leitura dos fragmentos textuais à primeira vista.

Nosso trabalho busca realizar ambas as tentativas de aproximação, tanto de elementos visuais quanto textuais. Com o título “Revolução Definitiva”⁶⁸, este editorial é de exceção ao modelo canônico – mais longo do que os outros – e celebra o que eles chamaram de “revolução”, ou seja, a entrada dos militares no governo e, conseqüentemente, o afastamento

⁶⁸ FOLHA DE S. PAULO, 12/04/1964.

de ideais comunistas no Brasil. Neste momento, interessa dizer que o jornal, tanto em 1964 e 2016, abre exceção ao código já configurado dependendo da gravidade do assunto. Em 1964, sobre a recém-saída de João Goulart e a instauração do Ato Institucional; e, em 2016, em torno do pedido de renúncia da presidenta Dilma (**Figura 13**)⁶⁹:

Figura 13 – Diagramação atípica da Folha de S. Paulo (2016)



Em ambos os casos, há o descumprimento da diagramação tradicional para que o jornal enfatize o seu ponto de vista mais incisivamente. No exemplo da **Figura 13**, o editorial foi elevando a uma hierarquia tornando-se produto da capa – área nobre de qualquer edição. O editorial “Revolução Definitiva”, citado anteriormente, não recebeu o mesmo tratamento, mas estendeu-se ao longo de toda superfície discursiva da página. Alinhamos os exemplos com a ideia de que o jornal *Folha de S. Paulo* indica tomadas de posição ao repaginar a estrutura da diagramação.

Sintetizando algumas considerações finais acerca dos editoriais do jornal *Folha de S. Paulo*, de 1964 e 2016, sendo uma primeira observação a perda de espaço opinativo ao longo dos anos. A perda, no entanto, pode ser ainda problematizada devido às zonas de afetações entre os editoriais e os artigos assinados. Mesmo que, em 2016, se tenha um padrão de dois textos opinativos – ao contrário de 1964 – podemos conjecturar se a autoria dos artigos não se assemelha ao teor ou, até mesmo, as gramáticas da *Folha*, de modo a criar uma superfície discursiva uniforme no que diz respeito à opinião.

⁶⁹ FOLHA DE S. PAULO, 03/04/2016.

O questionamento nos direcionou a totalizar o número 130 colunistas do jornal, em 2016, que escrevem em determinados dias com espaçamentos temporais, exemplo: Juca Kfoury escreve para *Folha* nas segundas, quintas e domingos; enquanto Ronaldo Lemos escreve às segundas; e Otavio Frias Filho, aos domingos de cada mês. A *Folha* reúne um quadro extenso de colunistas com graus de pluralidade na escolha das personalidades e intelectuais de diferentes áreas do conhecimento. Então, uma página abriga diferentes perspectivas e assuntos com certa frequência do jornal. Porém, o nosso objetivo também é identificar edições que apresentem transformações em detrimento de acontecimentos, pois essas alterações indicam níveis das gramáticas, como vamos descrever a seguir.

Identificamos, na edição do dia 1º de setembro de 2016, após *impeachment*, o espaço opinativo do jornal dedicado à temática política. São dois editoriais, uma charge e quatro colunas assinadas. Das quatro colunas, três acompanham a temática do editorial principal, configurando uma página com afetações e diálogos entre os textos. O primeiro editorial da *Folha* (intitulado “**Governo Novo**”) está ao lado de um artigo de Roberto Dias, intitulado “**Corra, Temer Corra**”. Por mais que o título da *Folha* não indique de qual governo se fala exatamente, há o artigo que o personifica.

A charge também é uma matriz indicadora importante, pois apresenta Dilma Rousseff sem a faixa oficial de presidenta de um lado e, de outro, a faixa flutua sem um corpo identificado. No presente subcapítulo, não pretendemos analisar as marcas dos fragmentos textuais, porém apenas na identificação dos títulos e da charge como linguagem visual é possível pensar que a economia discursiva daquela página compartilha tematizações, muito embora não seja uma regra do jornal. Assim como em outros momentos já citados, o jornal está disposto a romper suas normas em detrimento do acontecimento. Desta vez, a oficialização do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Como tais acontecimentos são de interesse público e geram polêmicas e impasses na vida social, o jornal busca criar fortes vínculos com seu leitor – recordamos aqui Do *slogan* (“**a serviço do Brasil**”). A opinião, materializada em editoriais, passa por essa noção de lealdade. A partir da gravidade do assunto, desloca-se o editorial à capa; ou abre-se mão da quantidade de editoriais para publicar apenas um; ou, então, o último caso, em que se percebe o rompimento com uma noção de pluralidade de acontecimentos e assuntos entre a instituição jornalística e os colunistas. Assim, sinaliza ao leitor que a quebra do padrão se dá devido à explanação de sua opinião, sendo uma forma de chamar atenção. No caso de 1964, sobre a instauração do AI-1;

em 2016, ao pedir o *impeachment* de Dilma e, novamente, em 2016 ao enunciar o fim do mandato da presidenta.

Essas considerações servirão para nos ajudar a elaborar outro quadro comparativo; desta vez, entre *O Globo* (1964; 2016) e *Folha de S. Paulo* (1964; 2016). É a última etapa da leitura discursiva de superfícies discursivas. Temos como objetivo identificar o que há de convergente ou divergente entre ambos a partir dos resultados que obtivemos neste e no subcapítulo anterior. Intitulamos o próximo comparativo evidenciando “permanências” e “descontinuidades” devido à preocupação com os nossos objetos circunscritos em temporalidades distintas.

5.1.3 *O Globo* e *Folha de S. Paulo*: permanências e descontinuidades nas superfícies discursivas

Por mais que não tenhamos estabelecido um foco central nos *slogans* dos jornais, não os deixamos de fora da presente análise porque eles contêm pistas interessantes sobre as identidades de *O Globo* e *Folha*. E é por aí que iniciaremos as tensões comparativas entre ambos os periódicos. Antes de especificarmos nos editoriais, resolvemos pensar a partir destas marcas de como o jornal se autoenuncia. *O Globo* não tem um *slogan* tradicional como a *Folha*, mas ao publicar os nomes da família Marinho junto ao seu nome estabelece compromisso mais personificado ao ideal da família em si, que amplia o entendimento deste jornal como parte de um conglomerado midiático, estabelecido e ativo na história recente do país. A *Folha*, por sua vez, assume lealdade com o país de forma estratégica ao se colocar “**a serviço do Brasil**”, tanto em 1964 quanto em 2016. Há permanência de sentidos que o jornal faz emergir quando apresenta e assume o seu compromisso. Retomamos esta marca, pois refletimos que, de um lado, é um *slogan* específico (a serviço do “**país em si**”) mas, ao mesmo tempo, é vago por presumir que seja possível contemplar todos em um país com diferenças.

No que tange os editoriais, avaliamos a escolha de publicá-los na capa do jornal como um critério indicativo do *status* do produto opinativo para determinada publicação. Em 1964, a *Folha*, em comparação com *O Globo*, não mistura editoriais com manchetes principais. Contudo, o jornal publicava mais editoriais por edição em uma página quase exclusiva para o gênero opinativo – dividindo espaço apenas com artigos opinativos assinados e breves comentários opinativos. Em 2016, esse modelo sofre alterações. A *Folha* antecipa os editoriais à página 2, enquanto *O Globo* efetiva um deslocamento dos mesmos para a página 10 em diante, retirando os editoriais da capa.

Comparando-os de acordo com duas marcas de descontinuidades, podemos dizer que o editorial em *Folha* ganha relevância, enquanto em *O Globo* perde relevância devido à forma como sofre migrações nas edições e, principalmente, para páginas cada vez mais internas. Embora tenha diminuído o número de textos opinativos, o jornal *Folha de S. Paulo*, ao deslocá-los para a página 2, atribui mais destaque do que o jornal *O Globo*. É válido lembrar o episódio em que a *Folha*, em exceção à regra, eleva o editorial ao nível da capa da edição, quando pediu a renúncia de Dilma Rousseff. Determinada decisão se configura como um fato raro entre as edições de 2016 devido à explicitação do jornal sobre sua posição extrema. Faz parte do nosso estudo apreender essas variações do modelo canônico, sendo possível traçar graus de hierarquia dos acontecimentos. Durante o ano de 2016, apenas um editorial foi deslocado à capa da edição e tal texto é sobre o posicionamento da instituição jornalística na escolha entre Dilma Rousseff e Michel Temer (“Nem Dilma nem Temer”). Inferimos que há demandas dos leitores para acompanhem os impasses do campo social, posicionando-se através dos editoriais. Podemos conjecturar que a gramática de produção da *Folha* opere marcas de ambiguidade, utilizando-se, principalmente, do repertório discursivo do campo econômico, pois exerce posicionamentos mais técnicos do que opinativos. Tendo em vista este aspecto, o jornal pode ter sentido necessidade de dar visibilidade ao editorial já que na cotidianidade afasta-se do teor mais incisivo de julgamentos, próprio da natureza da opinião. Muito embora o título “Nem Dilma nem Temer” pareça marcar uma certa indecisão em se posicionar, a partir de operações discursivas que investigaremos no próximo subcapítulo, é notável o pedido de renúncia.

Os editoriais dos dois, em ambos os anos, mantêm hierarquia distinta em relação ao restante da organização de conteúdos da página em si. Seja pela subordinação a uma seção específica (no caso de *O Globo*, seção **Opinião**; e, no caso da *Folha*, seção **Editorial**), seja pela hierarquização espacial, quando os editoriais são publicados no topo das páginas. Isto acontece em comparação com os artigos assinados, que estão inferiorizados quando comparados com o editorial.

O fato de que, em 1964, não havia uma seção para definir a opinião, sugere que – à época – o leitor possuía mais domínio em relação à produção textual dos jornais. De forma geral, a tipografia, ao longo de 50 anos, acompanha hábitos diferenciados de leitura. Em 1964, publicavam textos longos, com letras pequenas, em uma estrutura densa. Em 2016, por outro lado, a publicação ganha cor, infográficos, textos menores e mais sucintos. Identificamos estas mudanças como efeitos da midiatização em processo.

O produto editorial não escapa dos efeitos da midiatização, recorrendo a outros elementos, como a seção **Tema em discussão**, em *O Globo*, de 2016. A *Folha* não inova de maneira tão determinante, mas não dispensa a exploração diária de charges na sua página editorial. Inclusive, em comparação, *O Globo* passou por um processo de *flexibilização* do gênero opinativo ao configurá-lo em um espaço de disputas retóricas, que ambos “os lados” falam, sendo uma marca de descontinuidades afetada pela midiatização. A *Folha* não se aproxima de tal abertura, porém, como mencionamos, é um jornal que conta com 130 colunistas com certa pluralidade de pensamentos, o que gera um fenômeno diferente ao d’*O Globo*.

Uma inferência possível em torno das causas destas transformações é que, na atualidade, o jornal está em contato com outros sistemas de comunicação, como a *internet* e está imerso em um contexto de concorrências entre os meios. Logo, estar em diálogo com outras falas faz parte das características próprias da midiatização emergente ao afetar lógicas internas do funcionamento do jornalismo e os seus *modos de dizer*. Sobre eles, nos dedicaremos no próximo subcapítulo.

5.2 ENUNCIANDO A OPINIÃO: OPERAÇÕES DISCURSIVAS

Para fins metodológicos, retomamos o conceito de gramáticas de produção como um conjunto de regras que descrevem operações a partir das quais se recupera condições de elaboração do discurso pelo âmbito da produção. É possível a apreensão de marcas como traços de operações, que indiquem a existência e dinâmica entre gramáticas de diferentes naturezas (VERÓN, 2004). Analisamos as operações discursivas segundo a construção enunciativa dos editoriais d’*O Globo* e *Folha de S. Paulo* (1964; 2016). Buscamos apreender marcas dos *modos de dizer* (FAUSTO NETO, 2005) e como estes são reconfigurados na temporalidade aqui estudada. Objetivamos, através da leitura comparativa focada nas operações, entender como os efeitos de midiatização afetam os enunciados e também os protocolos jornalísticos. Aqui, são manejadas marcas dos fragmentos textuais dos editoriais, sinalizando-os em negrito e entre aspas, com comentários e articulações para compreender, principalmente, as manifestações e atualizações das gramáticas de produção, como aponta o nosso problema de pesquisa. As operações são fundamentais para decifrar a forma como discurso é engendrado pela instância da produção (VERÓN, 1986).

5.2.1 *O Globo* (1964; 2016): do comunismo ao lulopetismo

Os primeiros dias do ano de 1964 e 2016 foram plano de fundo para o compartilhamento do mesmo viés nos editoriais d’*O Globo*: a previsão da tensão política no desenrolar dos próximos meses. No dia 3 de janeiro de 1964 e no dia 1º de janeiro de 2016, os editoriais “Violências e Vexames no Fim do Ano” e “À procura da luz no fim do túnel”, respectivamente, abordaram o ano novo com pessimismo. Destacamos marcas (abaixo) que nos instigaram nesta proposição. O primeiro, de 1964, explora os adjetivos em um processo enunciativo que enaltece valores afetivos:

Para os cariocas principalmente, o ano de 1963 terminou de maneira **melancólica**, e os fatos ocorridos na Faculdade de Filosofia e na Assembleia Legislativa, indicando a exacerbação das paixões políticas, fazem **temer o ano novo**, quando a intensificação da campanha sucessória **excitará** ainda mais os **ódios** e as **incompatibilidades**. (grifo nosso, O GLOBO, 03/01/1964).

A construção remete tanto ao ano de 1963 (“**terminou de maneira melancólica**”) como ao futuro, na medida em que o jornal prevê acontecimentos próximos (“**temer o ano novo**”; “**excitará ainda mais os ódios e as incompatibilidades**”).

Em 2016, notamos outras operações no primeiro editorial do ano. O jornal, por outro lado, não pontua o fim e o início de um novo ciclo, pelo contrário, define 2016 como a continuação de “**um ano que não acabou**”:

Desgastada a ideia de “**um ano que não acabou**” se encaixa à perfeição a 2015. A partir de hoje, ele invade 2016 pela vertente da política e pelo flanco da economia. **Há a questão em aberto do impeachment da presidente Dilma**, iniciado em 2015, e do futuro penal dos presidentes da Câmara e do Senado, os peemedebistas Eduardo Cunha e Renan Calheiros. (grifo nosso, O GLOBO, 01/01/2016).

Já nas duas primeiras edições de 1964 e 2016 há o desencadeamento de uma série de editoriais sobre a política brasileira, direcionados aos governos de João Goulart e Dilma Rousseff, que vinham sendo enunciados desde os anos anteriores. Em uma observação geral, a primeira diferença nítida entre as publicações de 1964 e 2016 é a frequência dos editoriais sobre o governo de ambas as épocas. Em 1964, a opinião do jornal em relação ao governo de João Goulart era quase diária, exceto pelos dias em que não publicava editoriais. Do mês de janeiro a abril, João Goulart ocupou direta e indiretamente o espaço dedicado à opinião do jornal. Mesmo nos editoriais em que o diário *O Globo* não citou o nome de Goulart de forma específica, o assunto predominante era a situação do país frente à ameaça comunista enunciada com exaustão.

Em 2016, notamos um cenário diferente no qual se priorizou outros assuntos também. O jornal opinou sobre publicidade infantil, microcefalia e aborto, educação, saúde pública no Rio de Janeiro, combate às drogas e à criminalidade, entre outros. Portanto, mesmo tendo a maioria dos editoriais dedicados ao debate político, *O Globo* não tornou este tópico exclusivo. Ainda assim, o jornal, desde janeiro de 2016, enunciava como “em aberto” o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Já, em 1964, ainda não se falava sobre o desejo de *impeachment* ou golpe de estado direto. Ou seja, podemos afirmar que o ano em 2016 começa marcando o processo de *impeachment* como uma possibilidade, diferente de 1964 quando o jornal, por outro lado, optou por reforçar a bipolarização política entre comunistas e oposição, chamados de *democratas* pelo jornal, mas sem uma expressão direta em relação ao *impeachment* ou golpe político.

Dentro do espectro da figura do presidente João Goulart, determinadas conexões foram arranjadas na construção midiática sobre o perfil e forma de governar. Em 1964, as Reformas de Base, propostas por João Goulart, compuseram o quadro de agravantes considerados pelo jornal *O Globo*. O então presidente João Goulart realizou o chamado Comício da Central, no Rio de Janeiro, sugerindo a reformulação da estrutura agrária do país – o que instigou a categorização destas medidas como *comunistas*. Portanto, em 1964, a denúncia de ameaça comunista se torna evidente e um elemento central na enunciação. A retórica do discurso jornalístico sobre esta temática é explicitada através de repetições e comparações (“agitadores”; “comunistas”; “vermelhos”; “esquerda”; “fidelismo”; “comunismo”):

CHEGA DE ENTREGAR O PAÍS AO COMUNISMO!

Os **comunistas** que envolvem o governo e controlam as cúpulas sindicais lançaram-se a vigorosa ofensiva. Para a politização marxista das massas deturpar-se a Campanha Nacional de Alfabetização e as primeiras letras, tardiamente ensinadas a milhões de adultos, são apenas a preliminar de uma **doutrinação esquerdista**, inseparável da atividade alfabetizadora. (grifo nosso, O GLOBO, 18/01/1964).

EDUCAÇÃO NÃO É LABORATÓRIO DO MARXISMO

Educação é assunto sério, que não comporta a presença de elementos alienados da realidade brasileira. Para se ver desenvolvimento ordenado é preciso que a educação funcione em moldes racionais e patrióticos longe da influência dos que desejam amarrar o Brasil aos interesses mesquinhos do **comunismo** e do **fidelismo**. (O GLOBO, 05/02/1964).

PERIGOSOS SINAIS

Tanto pregou o Governo sobre a situação miserável dos trabalhadores rurais que estes, em bom número, guiados pelos **agitadores de circunstância** (que sempre aparecem), estão procurando conseguir por violência posse das terras. (grifo nosso, O GLOBO, 20/02/1964).

Interessante pensar que, em dois casos dos três apresentados, associa-se o comunismo (marca de coletivos políticos de doutrinação) com a educação (pauta de interesse público para a sociedade de forma geral e não apenas os envolvidos diretamente nas disputas políticas e ideológicas). Neste aspecto dos coletivos, existem operações em 2016 que possibilitam pensar o processo de atualização e novas referências da retórica do discurso jornalístico, aproximando as marcas de 1964 e 2016.

O editorial intitulado “*Impeachment* mostra que Brasil não é Venezuela” (O GLOBO, 15/05/2016) é um dos encaminhamentos desta operação. Reproduzimos parte do editorial (“*Impeachment* mostra que Brasil não é Venezuela”), reiterando (através das marcas do texto) esta ideia:

Porque uma característica básica dos regimes da onda nacional-populista que começou a varrer a América Latina a partir do início da década de 90 – **e já perde força, felizmente** – é eles serem verticais. O chefe do Executivo detém todos os poderes, e a ele se subordinam o Legislativo e o Judiciário. A Venezuela chavista, em **crise terminal, é exemplar**. A assembleia nacional só recentemente passou a ter maioria opositora, mas, como resposta, o regime, com Nicolás Maduro à frente, passou a governar com o tribunal superior, aparelhado de juízes militantes. **Uma excrescência**. O que a oposição aprova na assembleia é revogado pela Corte. **É uma evidência gritante que o Brasil nada tem a ver com a Venezuela**. E por isso é possível o Congresso processar um presidente, e puni-lo. Não importa a votação que tenha obtido nas urnas. (grifo nosso, O GLOBO, 15/05/2016).

A comparação em negação remete ao andamento do *impeachment* de Dilma que, ao se concretizar, difere o Brasil da Venezuela e, assim, se distancia da ideia de golpe. A comparação com outros países como Venezuela e Cuba é uma das estratégias discursivas do jornal. Primeiro, *O Globo* externa opinião por advérbio de modo (“**e já perde força, felizmente**”); avalia e afirma que não é apenas uma ou qualquer crise e, sim, uma crise “**terminal**” – expressão do mundo médico – e que o caso venezuelano deveria servir de exemplo ao Brasil (“**exemplar**”). Por fim, realiza um julgamento no qual é afirmativo ao dizer que o Brasil será diferente da Venezuela, “**se**” a presidenta for, de fato, punida.

Como explicitamos no subcapítulo sobre as superfícies discursivas de *O Globo*, normalmente dois editoriais são publicados por edição em 2016, sem que necessariamente ambos estabeleçam uma relação temática. Mesmo assim, há momentos em que o jornal opera de forma contrária. É o caso do editorial “Propostas do PT arruinariam de vez o país” e, logo abaixo, o segundo editorial intitulado “Golpe ‘judicial’ em andamento na Venezuela” (O GLOBO, 05/01/2016).

anticapitalistas) e este seria uma “**síndrome**” – outra referência ao discurso do mundo médico. As operações são perceptíveis no compasso que o segundo editorial, localizado logo abaixo, é operado conforme o título “Golpe ‘judicial’ em andamento na Venezuela” (O GLOBO, 05/01/2016).

No que diz respeito à figura de Dilma Rousseff de forma mais específica, é notável que a presidenta enunciada nos editoriais divide espaço com o ex-presidente Lula e com o próprio partido. No desenrolar dos acontecimentos noticiados, em que Lula e o PT estariam se afastando de Dilma em decorrência do processo de *impeachment*, existe a apreensão do assunto do noticiário pelo editorial.

O jornal enuncia “se Dilma **seguir** o **receituário lulopetista**, pode até avivar a campanha de *impeachment*, pelo agravamento da crise política que provocará” (grifo nosso, O GLOBO, 09/01/2016). O jornal utiliza a palavra “**receituário**” – normalmente usada para designar as receitas prescritas por médicos aos pacientes para a compra de medicamentos – remetendo a força política de Lula e Dilma como a presidenta a seguir determinadas lógicas já consolidadas pelo ex-presidente. É, portanto, o terceiro exemplo que em constatamos a incidência deste tipo de expressão:

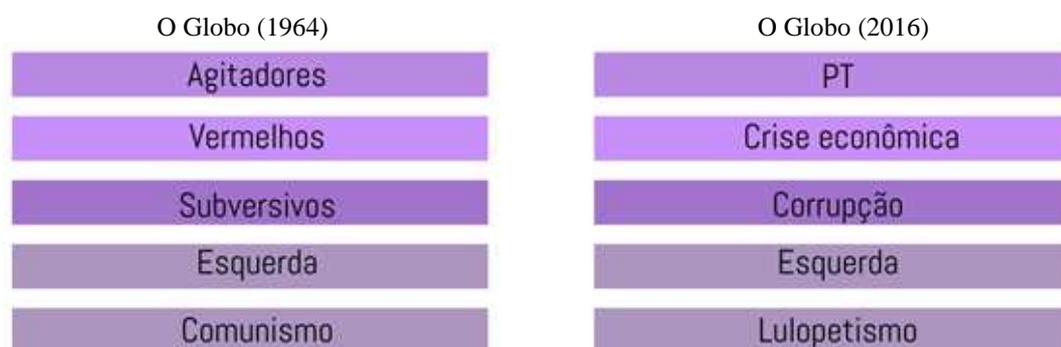
A alternativa que a cúpula do partido encontra é a radicalização, uma espécie de toque de reunir a tropa. **Mas** não se governa um país desta forma. **Ao contrário**, se Dilma seguir o **receituário lulopetista**, pode até avivar a campanha de *impeachment*, pelo agravamento da crise política que provocará. (grifo nosso, O GLOBO, 09/01/2016).

Além de relacionar Dilma como uma presidenta que obedece a prescrições (“**seguir**”; “**receituário lulopetista**”), o jornal opera através de marcas de opinião ancoradas pelas adversativas (“**mas não se governa**”; “**ao contrário**”), em que ele próprio busca receitar como deveria ser o governo brasileiro. Este panorama que frequentemente retoma a figura do ex-presidente ao opinar sobre o atual momento de Dilma, abrange o sentido de ser um reflexo não apenas da gestão passada, mas dentro do escopo intitulado como “**lulopetismo**”, uma expressão que busca consolidar uma ideia de coletivo.

Durante a análise, em contato com os materiais de forma comparativa do jornal *O Globo*, há relevância nas repetições em que qualificam e nomeiam os governos de João Goulart e Dilma Rousseff. No caso de Goulart, através dos materiais de 1964, destacamos as seguintes qualificações: (“**agitadores**”; “**subversivos**”; “**comunismo**”; “**vermelhos**”; “**esquerda**”). No caso de Rousseff, através dos materiais de 2016, há prioridade em: “**PT**”; “**esquerda**”; “**lulopetismo**”; “**corrupção**” e “**crise econômica**”. Organizamos a **Figura 15** com as

principais conexões que o jornal *O Globo* realizou em seus editoriais para tematizarem os presidentes. Do lado esquerdo, em relação ao João Goulart, em 1964; e do direito, sobre Dilma Rousseff (2016):

Figura 15 - resultado da extração de marcas dos editoriais sobre os presidentes em *O Globo* (1964; 2016)



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Com base na **Figura 15**, foi possível elaborar outro em que há, segundo a nossa visão, a reconfiguração da qualificação “**comunismo**” (no caso de deposição de João Goulart) em “**lulopetismo**” (no processo de *impeachment* da presidenta Dilma). Existe, portanto, a atualização de uma operação discursiva, mas também uma contaminação discursiva ao gerar um termo específico à sua temporalidade (o “**lulopetismo**”).

No que se trata de operações discursivas dos editoriais é necessário também recorrer aos nossos primeiros indícios de pesquisa. As nomenclaturas *impeachment* e *golpe*, em 2016, geraram uma espécie de disputa discursiva, na qual os jornais aqui estudados participaram.

Em cada ano, observamos diferenças ao tratar a questão legal dos governos – sendo o primeiro deles, em 1964, uma deposição instigada pela força militar e, em 2016, pelo poder parlamentar. Em 2016, o significante *golpe* ganha notoriedade pelas articulações opostas em que foi posto em operação. Em 1964, a palavra *golpe* não é tão disputada como em 2016 nos discursos de jornais. Nos anos 1960, se falava da ameaça de golpe comunista, por parte do presidente João Goulart, mas não se nota as mesmas operações de 2016 que serão detalhadas a seguir. Portanto, em 1964 foi enunciado inicialmente pelos jornais como revolução da democracia, e não como golpe de Estado. Encontramos o termo golpe utilizado pela primeira vez no dia 24 de abril de 1964 – após a entrada nos militares no governo. *O Globo* produziu um editorial exclusivamente para opinar sobre a questão, chamado “Onde estava a reação” (O GLOBO, 24/04/1964):

Há muitas maneiras de se denegrir **a revolução** que resultou do movimento de 31 de março, e uma delas **é a de dizer que não foi uma revolução e, sim, um golpe de direita**, de inspiração e objetivo reacionários. A afirmação lançada pela **máquina de propaganda comunista** correu o mundo com a velocidade de um “*slogan*” publicitário e deitou alguma raiz entre nós também. (grifo nosso, O GLOBO, 24/04/1964).

Para *O Globo* não há dúvidas que o golpe militar de 1964 foi, na verdade, **“uma revolução”**, quando o jornal produz um contradiscurso em resposta, articulado a um destinatário figurado (**“máquina de propaganda comunista”**). Mapeamos o uso da palavra *golpe* no ano de 2016 em títulos e textos de editoriais (abaixo):

A FARSA DO “GOLPE” CONSTRUÍDA PELO LULOPETISMO

Já o processo de *impeachment* de Dilma, por sua vez, transita sem ilegalidades. **Em 64, seria diferente**. Acreditar no conto da carochinha do **“golpe”** é aceitar como verdadeiro o conluio do Supremo numa operação para defenestrar por vias ilegais Dilma do Planalto. [...] Em 1964, **houve ruptura institucional, com o esmagamento, pelos militares, das instituições. O golpe farsesco convence apenas desinformados e ingênuos, serve tão-somente aos mal-intencionados – estes sim, golpistas** – que desejam envolver numa espessa nuvem de fumaça as provas e evidências de grossa corrupção que envolve quadros petistas. (grifo nosso, O GLOBO, 30/03/2016).

De acordo com a reflexão em torno do termo *golpe* e a forma como ele aparece nos discursos jornalísticos d’*O Globo*, observamos a tendência de introduzir os fatos históricos – aqui representados pelo emblemático ano de 1964 e o *impeachment* de Collor, no campo argumentativo. Nos editoriais em que se nega o caráter golpista do *impeachment*, a palavra *golpe* está entre aspas. Realiza-se, primeiro, uma recordação do acontecimento histórico (**“Em 64, seria diferente”**) e, inclusive, assume postura argumentativa contra os militares (**“houve ruptura institucional, com o esmagamento, pelos militares, das instituições”**). Ao definir que a ideia de *golpe* só favorece **“desinformados e ingênuos, serve tão-somente aos mal-intencionados – estes sim, golpistas”**, firma-se como operador de marcas de julgamento.

Em relação ao editorial “O verdadeiro **golpe** é o das **‘diretas já’**” (O GLOBO, 30/04/2016), há o uso de figuras de linguagem (**“as trevas se abateram”**) em um processo de recordação do regime militar:

O VERDADEIRO GOLPE É O DAS “DIRETAS JÁ”

Em entrevistas, Marina Silva que reconhece haver base legal no *impeachment* de Dilma e na consequente posse do vice – mas “não resolve o problema”. O perigo mora nesta frase. Foi por pensar o mesmo da permanência de Jango no Planalto que o general Olímpio Mourão, em março de 64, desceu com tropas de Juiz de Fora para o Rio, e **as trevas se abateram sobre o Brasil durante 21 anos**. (grifo nosso, O GLOBO, 30/04/2016).

BOLIVARIANOS E DILMA SE ISOLAM NA FARSA DO “GOLPE”

Mas, pelo menos, na militância o “**golpe**” fantasioso se espalhou. Depois, teria na própria presidente Dilma ardorosa propaganda, e passaria a fazer parte da defesa dela, com a qual o ex-ministro da Justiça e ex-deputado petista José Eduardo Cardozo, transferido para a Advocacia Geral da União, já esgrimiou na Câmara e no Supremo Tribunal, mas sem sucesso. [...] O governo **lulopetista** segue o padrão de regimes bolivarianos ainda espalhados pelo continente, os quais ao primeiro sinal de fortalecimento da oposição – dentro da Lei – denunciam “**golpe**”. (grifo nosso, O GLOBO, 20/04/2016).

O termo golpe entre aspas (“**golpe**”) é uma das marcas utilizadas para desconsiderar a legitimidade do termo. *O Globo*, em 2016, busca nos editoriais retomar o embate (*impeachment* x golpe) travado no campo político e social. A reiteração da negação de golpe é operacionalizada também no título do editorial “Não vai ter **mesmo** golpe” (grifo nosso, O GLOBO, 17/04/2016). Ao mesmo tempo em que *O Globo* não utiliza o termo entre aspas, há a substituição por “**mesmo**” em sua estratégia argumentativa.

Entre os dias 11 e 12 de maio de 2016, o Senado votou e aprovou a admissibilidade do pedido de *impeachment*, afastando a presidenta Dilma Rousseff de suas atividades políticas por 180 dias. A votação durou mais de 20 horas. No dia 12 de maio de 2016, *O Globo* publicou uma nota⁷⁰ no seu *site* oficial avisando os leitores sobre o atraso da edição nº30.229. Ocorre, portanto, um desvio externo ao jornal impresso.

O motivo pelo qual o jornal chegou fora do horário convencional nas bancas e nas casas dos assinantes foi justificado por Ascânio Seleme, diretor de Redação d’*O Globo*. Na justificativa intitulada *Devido ao momento histórico, Jornal O GLOBO “circulará” mais tarde*, Seleme descreve o funcionamento do jornal durante a longa votação; o resultado da mobilização dos jornalistas envolvidos na cobertura; e, ao final, pede compreensão do leitor em relação ao atraso.

A nota começa com “**Caro leitor**” em uma tentativa de conversação direta com o público – tanto com quem compra o jornal na banca quanto com quem assina, pois o conteúdo está disponível para qualquer um que acesse a página oficial. O texto completo narra a empreitada noturna e, como o jornal menciona, vigilante acerca do acontecimento *impeachment*. Inclusive, comenta com seu leitor que o atraso é justificado pela entrega de “um conteúdo de qualidade, que possa ser guardado como um “**livro de História**” (grifo nosso, O GLOBO ONLINE, 12/05/2016). Desta forma, classifica, em termos de memória, o efeito e legado do material jornalístico por ele produzido.

⁷⁰ Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/agora-no-brasil/post/devido-ao-momento-historico-jornal-o-globo-circulara-mais-tarde.html>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

Abaixo, reproduzimos parte da nota destacando como *O Globo* enuncia de modo autorreferencial seu próprio funcionamento e dinâmica interna:

A Redação do GLOBO e as sucursais de Brasília e São Paulo ficaram ligadas toda a noite, informando em tempo real, em nossas plataformas digitais, cada passo dado dentro do plenário do Senado. E preparou esta edição histórica para o jornal impresso de hoje. São 42 páginas dedicadas ao assunto que mobiliza o país. **Temos 21 colunistas e articulistas analisando o dia histórico.** São 16 reportagens especiais, três delas apuradas e escritas pelos colunistas Merval Pereira, Míriam Leitão e Jorge Bastos Moreno. Míriam e Merval também assinam análises em seus espaços tradicionais. O jornal traz ainda edição especial das charges mais importantes de Chico Caruso sobre a Presidência de Dilma Rousseff. **O GLOBO permaneceu acordado esta noite, vigilante, de modo a entregar ao leitor um conteúdo de qualidade, que possa ser guardado como um livro de História.** Por esse compromisso e a decisão de levar a você o seu jornal com o resultado final da votação no plenário do Senado, portanto, é que O GLOBO chegou mais tarde em sua casa e nas bancas. (grifo nosso, O GLOBO ONLINE, 12/05/2016).

Segundo as marcas (“**A Redação do GLOBO**”; “**O GLOBO permaneceu acordado esta noite**”; “**vigilante**”) o jornal opera um processo de autorreferência no qual o seu funcionamento interno é configurado em notícia. Neste sentido, tensionamos este dado empírico com o conceito de acontecimento (**3.4 A construção do acontecimento no noticiário ao editorial**) porque o processo de autorreferência por ele operado enuncia o atraso da edição como um evento atípico (“**chegou mais tarde em sua casa e nas bancas**”), aquilo que rompe com a normalidade. Ocorre o processo inverso em que não apenas o acontecimento é midiaticizado, mas também os percalços desse agente que fala *sobre si*.

Na edição do mesmo dia, o editorial d’*O Globo* também teve formato modificado. À exceção, apenas um editorial foi publicado na página 22 da edição nº30.229, e o artigo assinado por Carlos Alberto Sardenberg tratou sobre a mesma temática como uma espécie de comentarista tematizando o econômico. No editorial “Novo marco de defesa da responsabilidade fiscal”, *O Globo* condensa uma série de operações que já vinham sendo usadas em editoriais anteriores:

O impeachment de 92 reafirmou o estado democrático de direito, e **o atual** consolida regras de finanças públicas cruciais para o Brasil retomar o crescimento sustentado. [...] Atropelada a LRF, o governo Dilma, também já em 2015, editou decretos, sem aprovação do Congresso, com autorização de novas despesas. Um ano **monárquico**, ou **stalinista**, de desprezo pela República. (grifo nosso, O GLOBO ONLINE, 12/05/2016).

O texto usa marcas de comparações (“**O impeachment de 92**”; “**e**”; “**o atual**”) entre *impeachment* de Collor e Dilma e faz grande menção ao poder das instituições. O uso de

adjetivos (“**monárquico**”; “**stalinista**”) para se referir de forma crítica ao governo permanece na enunciação do jornal.

Publicado logo abaixo, o artigo “Começando o ajuste”, escrito por Carlos Alberto Sardenberg, é um complemento ao editorial e explora o uso das palavras como antecipações. Nem sempre *O Globo* publicava editoriais que se complementassem entre si ou vice-versa. De certa forma, a página inteira é pensada como uma unidade em que a opinião do jornal divide espaço com o especialista sobre a mesma temática, assim como observamos no caso dos editoriais “Propostas do PT arruinariam de vez o país” (O GLOBO, 05/01/2016) e “Golpe ‘judicial’ em andamento na Venezuela” (O GLOBO, 05/01/2016).

Os enunciados dos títulos O “**novo** marco” e “**Começando** o ajuste” são formas que o jornal e o especialista encontraram para marcar a ruptura da ordem dos processos, mesmo sem a definição oficial do impedimento do governo de Dilma, que só concretizaria em setembro do mesmo ano. Assim, o jornalismo direciona e lança uma pauta a partir do uso de marcas referentes a uma novidade (“**novo**”; “**começando**”).

Por fim, ainda identificamos algumas operações curiosas que nos remetem a certa dimensão de imaginário militar, tanto em 1964 quanto em 2016. Reproduzimos trechos abaixo e, em seguida, comentamos sobre:

GRAVÍSSIMAS DENÚNCIAS

Nos últimos dias de 1963 veio do Sul uma gravíssima denúncia. Com a responsabilidade do posto que ocupa na administração rio-grandense, onde é o Chefe da Casa Civil do Governador, o Sr. Plínio Cabral proclamou, alto e bom som, que um movimento subversivo estava sendo organizado para **explodir** nos primeiros dias de janeiro [...]. A grave denúncia que chega do Sul não pode cair no vazio. Que se apurem todos os fatos ligados ao movimento subversivo que estaria sendo urdido. Que as Forças Armadas impeçam, com energia, a eclosão do mesmo, antes que uma gota, sequer, de **sangue** brasileiro seja **derramado**, pois iniciada a violência, muito mais difícil de detê-la. (grifo nosso, O GLOBO, 04/01/1964).

Este editorial nos despertou um olhar atento às marcas que acionam referências de um conflito armado (“**explodir**”; “**sangue**”; “**derramado**”). Como estamos constantemente em um processo de analogias entre os editoriais de um ano ao outro, adentramos novamente nos materiais para verificar se esses operadores se atualizam em 2016. De fato, apreendemos diferentes editoriais que apontam para esta atualização. Um deles explora as marcas de reação ou “**contra-ataque**”, conforme o fragmento abaixo:

LULA E DILMA APOSTAM TUDO PARA TENTAR SOBREVIVER

Os dois **reagem** à crise que engolfa o governo e o PT de acordo com os respectivos perfis. Dilma Rousseff reencarna a **guerrilheira** que nunca se entrega, e Lula, a jararaca ferida no rabo, desejosa de vingança. Fingem não entender o recado dos milhões nas ruas de domingo e parte para o **contra-ataque**. Tomarão **de arma na mão**, ameaçam. Mesmo que nesta aposta e **luta** o próprio país esteja em jogo. (grifo nosso, O GLOBO, 17/03/2016).

Marcas como **“reagem”**; **“guerrilheira”**; **“contra-ataque”**; **“de arma na mão”**; **“luta”**, operadas pelo jornal, quando agrupadas, constroem uma realidade em que a cobertura do *impeachment* se atualiza nas mobilizadas em 1964 (**“explodir”**; **“sangue”**; **“derramado”**) fazendo alusão a um contexto de conflito direto, guerra e luta. Esses editoriais são apenas parte dessa perspectiva, que detalharemos a fim de definir níveis de uma gramática central em noção de atualização no subcapítulo **4.3 O Globo e Folha de S. Paulo em tensão argumentativa**. Portanto, retomaremos, referenciando outros editoriais, esse argumento de que é através das gramáticas da cobertura de guerra que se apoiam uma das principais atualizações de operações discursivas de lá para cá.

5.2.2 Folha de S. Paulo (1964 e 2016): 50 anos de “olho” na agenda econômica do país

Os editoriais “1964”, do dia 1º de janeiro de 1964, e “Poucas esperanças”, do dia 1º de janeiro de 2016, mostram duas opiniões que retomam os anos anteriores, 1963 e 2015. No primeiro, o jornal faz uma breve recordação de alguns episódios que o mesmo caracteriza como momentos de profunda tristeza, no caso, a morte do papa João XXIII e do presidente Kennedy. Mesmo iniciando lamentando estes acontecimentos do contexto mundial, o jornal – a partir do quinto parágrafo – relembra do caso brasileiro no qual se critica os movimentos grevistas e as paralisações de determinados serviços:

Pois é este **otimismo** que nos faz encerrar este editorial afastando da mente as lembranças cruciantes e olhando para 1964 com a certeza de que **ao fim deste ano possamos todos dizer que foi melhor do que acaba de extinguir-se**. (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 01/01/1964).

Mesmo com a crítica, é possível notar graus de distanciamento de enunciados mais incisivos, operando, por outro lado, marcas de esperança (**“otimismo”**; **“ao fim deste ano possamos todos dizer que foi melhor do que acaba de extinguir-se”**).

O jornal, em 1964, construiu sua estratégia discursiva em torno das Reformas de Base, antes mesmo do anúncio oficial do presidente João Goulart, no Comício da Central, em 13 de março de 1964. A discussão sobre as Reformas de Base era cara à *Folha*, visto que a mesma

tenha patrocinado, junto com o jornal *Correio do Manhã*, um evento para elucidar questões referentes à proposta. O jornal produz o editorial “Um esforço de definição” (FOLHA DE S. PAULO, 25/01/1964) para relembra o fato:

Há um ano precisamente, iniciava-se nesta capital, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o Congresso Brasileiro para Definição das Reformas de Base. **Organizaram-no e patrocinaram-no a FOLHA DE S. PAULO e “Correio da Manhã”**, do Rio, valendo-se da boa vontade de numerosos especialistas e de várias associações entre as quais se distinguiu a Associação dos Advogados do Brasil. [...] Enquanto isso, vários parlamentares continuaram a falar em reformas de base, **da mesma forma que antes**, isto é, de **maneira vaga e oca**. E o presidente da República, que mais do que todos, em ocasiões propícias ou não, falou das reformas em termos igualmente **vazios, nem sequer achou tempo para receber** em audiência **a Comissão que lhe deveria fazer entrega dos Anais**. (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 25/01/1964).

Ao patrocinar o evento, se coloca como parte fundamental no debate e, de certa forma, opera uma noção em que estaria ressentido por não ser ouvido tal como gostaria (“**da mesma forma que antes**”; “**maneira vaga e oca**”; “**vazios**”; “**nem sequer achou tempo para receber**”; “**a Comissão que lhe deveria fazer entrega dos Anais**”).

Os primeiros editoriais, a partir de janeiro de 1964, foram dedicados a essa temática, muito embora o decreto oficial tenha sido em março. A *Folha* se utilizou da própria linguagem de Goulart no editorial “O Ano das Reformas”, em que se vale da expressão usada pelo presidente para opinar contra as desapropriações das terras, que é uma pauta de cunho econômico. Em março de 1964, o discurso opinativo oscila entre conselhos de cunho esperançoso e expressões imperativas, as quais o jornal opera para tentar ser ouvido pelo campo político. É como se a *Folha* falasse não apenas com seu público, mas também com o próprio João Goulart. Destacamos marcas abaixo que nos instigaram a pensar maneiras de julgamento distanciadas do jornal ao operar modalizações de conselhos e imperativos:

O ANO DAS REFORMAS

Também desejamos que o governo os saiba conter e combater, e **é necessário o faça**, pois muitos desses agitadores têm recebido estímulo do próprio governo e são dos que mais contribuem para fortalecer as dúvidas sobre a sinceridade dos intuitos reformistas do chefe da nação. (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 02/01/1964).

PROGRESSO, MAS POUCO

Em resumo, algo se fez, nos setores básicos da economia. Muito mais, porém, **poderia e deveria** ser feito, **se** o governo federal, atento às necessidades do país, não tivesse tantas vezes seguidas enveredado pelo caminho do diversionismo, da omissão e da demagogia. (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 05/01/1964).

A NECESSÁRIA DISCUSSÃO

Afinal, teve o presidente da República uma atitude sensata nesse caso da desapropriação de terras: determinou que a SUPRA ouvisse, antes de encaminhar-lhe a minuta definitiva do decreto que está elaborando, as opiniões do governador de Minas Gerais e de altos próceres do PSD. [...] **É uma questão de bom senso**, entretanto, e da própria essência do regime democrático, que **todos tenham oportunidade de manifestar-se** sobre os temas controversos, quando nada **para que o chefe de governo recolha**, da própria disparidade de opiniões, subsídios para a sua decisão. (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 08/01/1964).

Refletimos sobre as operações enunciadas acima e como estas acionam diferentes noções. O verbo **“desejar”** não deixa de ser uma retórica de julgamento, porém é um julgamento mais distanciado do que incisivo. Identificamos também o enunciado como uma opinião guiada pela condicionalidade (**“o ideal seria”**; **“poderia”**; **“deveria”**; **“se”**) ao propor condições para que determinado comportamento seja acatado. Já no último editorial, notamos uma tentativa maior em problematizar (**“é uma questão de bom senso”**) e, novamente, opinar sobre como todos deveriam agir, inclusive João Goulart (**“todos tenham oportunidade de manifestar-se”**; **“não deve ignorar”**).

No dia 6 de março de 1964, no editorial “Radicalização”, inicia-se um processo discursivo que decorreu durante o restante do mês. São preocupações mais diretas ao comunismo operando uma ideia de “nós” e “eles” (“mais vezes merecem críticas os radicalismos **de esquerda do que direita**”, grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 06/03/1964). A charge que acompanha o editorial é intitulada “sexta-feira 13”, pois a edição foi publicada em uma sexta-feira e faz alusão ao medo e ao perigo do pensamento comunista do Brasil, enfatizado no editorial: “É que eles são mais **agressivos**, mais **provocadores**, mais **danosos** ao país” (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 06/03/1964).

Após o Comício da Central, no dia 13 de março de 1964, a abordagem da *Folha* se acentuou neste sentido. Antes, o jornal mantinha-se crítico ao projeto de desapropriação de Goulart, mas as operações discursivas ainda problematizavam de forma distanciado. Buscava-se, através dos editoriais, aconselhar ou propor medidas ao governo federal. Como mencionamos, os editoriais da *Folha* transmitiam esperança em relação ao desenrolar político e parecem estar direcionados ao presidente.

O jornal, no dia 7 de março de 1964, no editorial “Comício”, enuncia que João Goulart **“não deve ignorar”** os seus pedidos (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 07/03/1964). Uma vez que não tenham sido obedecidos da forma como foi solicitado, outro editorial radicaliza o discurso operando qualificações ao título anterior, somando **“provocação”** ao “Comício”. O

editorial “Comício-provocação” teve como pré-condição o editorial “Comício” e gera uma processualidade argumentativa incisiva quando o jornal não foi ouvido como pretendia (“**vãos todos os apelos dirigidos ao presidente da República**”).

COMÍCIO

O **ideal seria** que o sr. João Goulart compreendesse todos os inconvenientes da concentração e usasse de sua ascendência sobre os promotores para cancelá-la pura e simplesmente. [...] O sr. João Goulart **não deve ignorar** todas essas coisas. Se tem providências de larga repercussão a anunciar ou decretos de conteúdos polêmicos a assinar, não é necessário que o faça em praça pública no ambiente intranquilizador que está cercado, significativamente, esse comício de sexta-feira, 13. (FOLHA DE S. PAULO, 07/03/1964).

COMÍCIO-PROVOCAÇÃO

Resultaram **vãos todos os apelos dirigidos ao presidente da República** para que usasse de sua influência sobre os promotores do comício marcado para esta tarde na Guanabara, no sentido de cancelar a reunião ou pelo menos atenuar-lhe os inquietantes aspectos que a revestiram. (FOLHA DE S. PAULO, 13/03/1964).

No dia 14 de março de 1964, a *Folha* opta por operar um título provocativo em forma de pergunta: “**Para quê?**” (FOLHA DE S. PAULO, 14/03/1964). O editorial apresenta marcas que, levam a considerar, uma ideia de traição por parte de João Goulart:

A **pregação** reformista **de sempre**, sem o menor esforço para dar-lhe o conteúdo pelo qual se interessam tantos brasileiros sinceros, que reconhecem a necessidade de muitas reformas, porém feitas com honestidade. E nessa **pregação**, os **ataques costumeiros** à Constituição que **jurou defender e respeitar**, e a afirmação, sem dúvida lamentável, de que a multidão vale mais que a Constituição. (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 14/03/1964).

Destacamos enunciados que pertencem às estratégias discursivas diversas. Primeiro, uma analogia ambígua: o comício político comparado com discurso religioso e sermão religioso (“**pregação**”); ou, por outro lado, embora não usual, também podemos entender “**pregação**” como espetáculo ideológico. Segundo, observamos atestados de frequência (“**de sempre**”; “**costumeiros**”). Por fim, a noção de que João Goulart estaria traindo a confiança dos donos do jornal (“**jurou defender e respeitar**”).

No último parágrafo, sinalizamos outras operações em que jornal passa a contar com as Forças Armadas, realizando uma previsão de acontecimentos futuros, estabelecendo marcas de condicionalidade (“**se não foi**”; “**terá sido**”; “**se**”; “**preferirão**”). A noção de conselho, apresentada anteriormente, se modifica em apelo e ordem (“**devem defender**”; “**não haverão de permitir**”). Assim, a partir do Comício da Central, os enunciados abandonam o lugar conselheiro e crítico distanciado, do qual nos referimos antes, e assumem retórica propositiva,

reforçada pela condicionalidade e possibilidade da instauração de uma ditadura (“**se não foi um comício pré-ditadura**”). Novamente, apontamos a operação em que o jornal se sente traído (“**traindo a Constituição e a pátria**”).

No editorial “Reformas e Congresso”, o jornal atribui-se participante das discussões do campo político: “**Este jornal**, que há mais de um ano **promoveu** um Congresso Brasileiro para definição das Reformas de Base, **sente-se à vontade para reclamar da execução delas**, sem traumatismos para a nação, como é perfeitamente possível” (FOLHA DE S. PAULO, 17/03/1964). Aqui, notamos a autorreferência e institui-se como um prestador de serviço (“**este jornal**”; “**promoveu um Congresso Brasileiro**”; “**sente à vontade para reclamar**”). As marcas do enunciado nos levaram a associar com o próprio *slogan* da *Folha* (“**Um jornal a serviço do Brasil**”).

Encontramos ressonância deste modelo no editorial abaixo:

Se **infeliz** foi o **discurso** do **dia 13 de março**, em que o presidente da República, após longa preparação psicológica da multidão que deveria ouvi-lo e aplaudi-lo, **atacou duramente a Constituição que jurou defender**, para o mesmo tempo anunciar com estardalhaço a assinatura de alguns decretos no seu entender fundamentais, mas cujo significado, segundo se viu, é bem menor que o **propalado** – mais infeliz ainda foi a manifestação presidencial de anteontem, em que o sr. João Goulart, parece ter lançado um desafio a toda a oficialidade das corporações militares. (FOLHA DE S. PAULO, 03/04/1964).

Não foi preciso nomear o comício para que o leitor realizasse a associação direta com mesmo, através de marcas (“**infeliz**”, “**discurso**”, “**13 de março**”). Como mencionamos, a retórica da *Folha* é construída com base no acontecimento “Comício da Central” e, desta forma, o leitor diário do jornal está preparado a relacionar (“**infeliz**”, “**discurso**”, “**13 de março**”) com o episódio. Nos enunciados acima é possível notar a radicalização argumentativa, ao mesmo tempo que articula a ideia de prestador de serviço instituído a cobrar promessas (“**atacou duramente a Constituição que jurou defender**”; “**propalado**”).

Em 2016, critica-se a situação econômica do país, atribuindo responsabilidade à presidenta Dilma Rousseff, argumentando que “só a economia poderá salvar o Brasil” (FOLHA DE S. PAULO, 01/01/2016). Inclusive, uma das estratégias da *Folha* foi marcar a crise econômica com o nome de Dilma Rousseff, como no editorial “Salve-se quem puder”: “Sem ter como se desvencilhar da crise que criou, resta ao PT promover seu **afastamento** com relação a **outra crise** – **essa que tem o nome de Dilma Rousseff**” (grifo nosso, FOLHA DE S.

PAULO, 27/02/2016). Primeiro, a estratégia discursiva sugere ambiguidade em relação ao duplo da crise: a crise econômica e a personificação da crise na figura de Dilma.

Em 2016, Dilma Rousseff é representada de forma mais independente (“Governo Dilma”), ou seja, sem a frequente vinculação ao “lulopetismo” reforçado pelo jornal *O Globo*, aspecto que descreveremos mais detalhadamente no comparativo entre os dois jornais. Realizamos o mesmo movimento, assim como nas operações discursivas d’*O Globo*, e projetamos a **Figura 16** com marcas da retórica discursiva da *Folha* – a partir dos seus editoriais – em relação à tematização dos presidentes João Goulart (1964) e Dilma Rousseff (2016) (**Figura 16**).

Figura 16 - resultado da extração de marcas dos editoriais sobre os presidentes em *Folha de S. Paulo* (1964; 2016)

Folha de S. Paulo (1964)	Folha de S. Paulo (2016)
Agitadores	Escândalos
Comunistas	Má Conduta
Subversivos	Incompetência
Sem autoridade	Falência de autoridade
Incapacidade administrativa	Crise econômica

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Essa formulação é resultado da leitura dos editoriais do recorte temporal aqui estudado. Consideramos por retórica ideológica e doutrinária as marcas de cunho essencialmente político no que diz respeito à inclinação de João Goulart ao comunismo (“**agitadores**”; “**comunistas**”; “**subversivos**”). Como afirmamos, há um esforço do jornal em torno da situação econômica do país em ambos os anos, através de marcas que qualificam a forma de gerir o país (“**sem autoridade**”; “**incapacidade administrativa**”; “**má conduta**”; “**crise**”; “**incompetência**”). Segundo a comparação entre 1964 e 2016, sobre os recursos da *Folha* para tematizar os atores políticos, inferimos que o jornal abandona a argumentação ideológica-econômica, percebida em 1964, para priorizar a econômica, marca registrada em 2016.

Essa diferença tem ressonâncias nas charges. Em 1964, o editorial “Expurgos” (FOLHA DE S. PAULO, 04/04/1964) constroi a figura de João Goulart, com a imagem da foice e do martelo (em alusão ao comunismo), abraçada em Fidel Castro, político cubano, também em alusão ao comunismo. Já, em 2016, o título do editorial “Não se move” (FOLHA DE S. PAULO, 17/01/2016) dialoga com a charge “Economia”; construção que nos permite entender

a economia como algo que não se move – tendo a figura caricata de Dilma como responsável de “parar” o andamento da economia, pois a charge também apresenta um cenário de trânsito.

Seguindo a linha mais focada na temática econômica e avaliadora de Dilma como gestora, a *Folha* compara a situação do governo com a crise econômica de 1929, que se estendeu ao longo dos anos 1930, também conhecida como “a grande depressão” (“**recessão talvez só comparável à do início dos anos 1930**”).

Exemplificamos a seguir:

SALVE-SE QUEM PUDE

Com índices baixíssimos de popularidade, e às voltas com uma **recessão talvez só comparável à do início dos anos 1930**, a presidente da República **não dispõe de recursos pessoais nem de apoio parlamentar** para empreender os ajustes necessários – e impopulares – que a conjuntura exige. A candidatura de Dilma à presidência, em 2010, foi como se sabe criação unipessoal de Lula. (FOLHA DE S. PAULO, 27/02/2016, p. 2).

No editorial “Tática ‘fubanga’” (FOLHA DE S. PAULO, 17/02/2016), o jornal publica: “Sem convicção, PT recorre a evasivas para abordar as dificuldades de Lula, no plano ético, e as de Dilma, na política econômica”. Assim, “e” é operada para separar as figuras de Lula (relacionado com “ética”) e Dilma (relacionada com “economia”). É mais interessante para a argumentação, portanto, recorrer à economia, pois a mesma permite manejar elementos de outros discursos, como porcentagens e dados, próprios do gênero informativo.

No primeiro mês do ano, o jornal não debate a possibilidade do *impeachment* e não produziu nenhum editorial que abordasse o assunto. Em fevereiro de 2016, no editorial comemorativo dos 95 anos do jornal, *Folha de S. Paulo* se autointitula como “jornalismo crítico, apartidário, pluralista” frente à crise do governo Dilma. A *Folha* atribui ao jornalismo o serviço de contribuir para “**ampliar** o exercício dos direitos de cidadania e **instruir** as decisões das pessoas, das empresas e instituições” (FOLHA DE S. PAULO, 20/02/2016). No mesmo editorial, o jornal atualiza marcas em relação ao seu papel social e prestador de serviço, obedecendo – novamente – o *slogan*, que permanece o mesmo: “**Um jornal a serviço do Brasil**”.

A partir de final de fevereiro e início de março, o jornal iniciou uma certa intensificação dos editoriais tendo o processo de *impeachment* como central, especialmente com os editoriais “Salve-se quem puder” (FOLHA DE S. PAULO, 27/02/2016); e “Padrinho às avessas” (FOLHA DE S. PAULO, 01/03/2016). Os títulos apresentam marcas de operação em que o jornal utiliza um provérbio (“**Salve-se quem puder**”, frase usada em diferentes contextos) ao

criticar Dilma e a oposição, logo um argumento distanciado devido à vagueza do título; e, o outro, diz respeito ao enfrentamento do *impeachment* após o abandono de Lula (enunciado pela *Folha* como “**padrinho às avessas**”).

Os primeiros editoriais sobre o *impeachment*, em 2016 começam a construir a retórica do isolamento, tanto no discurso visual quanto textual. A primeira charge nesse sentido foi publicada no dia 27 de fevereiro de 2016 (**Figura 17**) acompanhada do editorial “Salve-se quem puder” (FOLHA DE S. PAULO, 27/02/2016).

Figura 17 – Charge como marca do isolamento



A charge (**Figura 17**) articula Dilma de um lado e a camiseta do PT de outro, junto com a frase “*All by myself...*”, que significa *totalmente sozinha* – um enunciado voltado aos leitores com certos domínios de conhecimento. O discurso visual aparece ao lado do espaço editorial, sendo a primeira tomada de posição, que se completará no texto. O editorial foca na presença PT e articula argumentos referentes à dissociação com o governo Dilma Rousseff, inaugurando o primeiro momento do isolamento: “Em meio à crise econômica, a ajustes impopulares e ao próprio descrédito, PT busca **inutilmente se dissociar** do governo Dilma Rousseff” (FOLHA DE S. PAULO, 27/02/2016).

O segundo isolamento é oriundo do afastamento de Lula a partir do editorial “Padrinho às avessas”, publicado logo depois, no dia 1º de março de 2016, onde o jornal enuncia: “Preocupado com seus próprios problemas, Lula **se afasta** ainda mais de Dilma e procura **se desligar** do governo que ajudou a eleger” (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 01/03/2016).

PADRINHO ÀS AVESSAS

Ou seja, ainda que se dispusesse a estender a mão para Dilma Rousseff, dificilmente Lula poderia fazer muita coisa em prol de um governo considerado ruim ou péssimo por 64% da população e ótimo ou bom por apenas 11%. (FOLHA DE S. PAULO, 01/03/2016, p. 2).

Nesta construção, notamos também o uso de dados em forma de porcentagem sobre a aceitação do governo. São informações que desviam o caráter opinativo do editorial para a

linguagem mais informativa de uma notícia (“**considerado ruim ou péssimo por 64% da população; “ótimo ou bom por apenas 11%”**”).

E o terceiro momento, publicado 28 dias depois, é referente ao rompimento do PMDB com o governo Dilma, enunciado como “**os donos da festa**”: “A decisão, inegavelmente insólita no histórico de fisiologia da legenda, representa sério **baque** para as esperanças governistas de barrar o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) (FOLHA DE S. PAULO, 29/03/2016)”. Através de três títulos com expressões usadas em diferentes contextos (“**salve-se quem puder**”; “**padrinho às avessas**” e “**donos da festa**”), o jornal isola Dilma de seus apoiadores, tornado-a um alvo fácil ao *impeachment*. No dia 31 de março de 2016, a retórica do isolamento é reforçada com a charge (**Figura 18**) em que Dilma aparece acompanhada de Lula no primeiro quadro dizendo para ele: “Todos me deixaram. Ainda bem que tenho você, Lula”. No segundo, aparece sozinha e pergunta por Lula. A charge em questão (**Figura 18**) compõe um conjunto de estratégias retóricas para distanciar Dilma de seus apoiadores:

Figura 18 – Charge como marca do isolamento

A2 opinião ★ ★ ★ QUINTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2016

FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS
Director Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO
Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO
Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA
Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANI DE FREITAS, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)
Directoria-executiva: MARCELO BENEZ (comercial), MURIEL HESSAD (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (finanças) E EDUARDO ALCARÁ (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br



Uma vez sozinha e isolada, o *impeachment* era uma questão de tempo. No dia 8 de março de 2016, em editorial intitulado “Pressa, sem atropelo”, a questão do *impeachment* se torna emergencial para *Folha de S. Paulo*, que deve ser decidida “o quanto antes” (FOLHA DE S. PAULO, 08/03/2016). No mesmo editorial, há marcas de contradição em que o jornal pede “**sem atropelo**”, ao mesmo tempo, que clama por urgência (“**o quanto antes**”).

A partir de então, a figura de Lula também é reforçada nos editoriais sob perspectiva de vinculação direta entre os dois petistas. Posteriormente, o caso da nomeação do ex-presidente Lula como ministro-chefe da Casa Civil gerou o editorial “É o fim”, do dia 17 de março de 2016, onde o jornal aplica marcas de condicionalidade:

Os últimos dias vinham agravando a situação de Dilma. **Se**, desde o início do segundo mandato, eram inúmeros os motivos para a indignação popular, ganharam evidência novos sinais, mais graves, de corrosão moral e administrativa nos círculos do poder. **Nada terá sido** mais decisivo, entretanto, do que a revelação dos laços entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as principais empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato. As tentativas de mistificar a opinião pública quanto à natureza do escândalo, habilmente encetadas pelo líder petista, não tiveram – excetuada a cegueira habitual da militância – outro efeito que não o de acentuar as vontades generalizadas de protesto. (FOLHA DE S. PAULO, 17/03/2016).

A construção enunciativa da condicional “**se**” seguido de “**terá sido**” é semelhante ao que já apresentamos em editoriais da *Folha*, em 1964, no início desta análise (“**se não** foi um comício **pré-ditadura**, **terá sido** um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio João Goulart”). Em 2016, portanto, as operações de condicionalidade são mantidas como estratégia argumentativa do jornal (“**Se**”, desde o início do segundo mandato, eram inúmeros os motivos para a indignação popular, ganharam evidência novos sinais, mais graves, de corrosão moral e administrativa nos círculos do poder. Nada “**terá sido**” mais decisivo) (FOLHA DE S. PAULO, 17/03/2016).

Através de alguns editoriais da *Folha* é perceptível a noção de tempo operada pelo jornal ditando o ritmo do *impeachment*. Sistematizamos alguns enunciados em que existe um processo discursivo de construção da dimensão temporal no qual se exorta o acontecimento *impeachment*. Organizamos em sequencialidade:

- “Pressa, sem atropelo” (FOLHA DE S. PAULO, 08/03/2016) – Primeiro momento em que o *impeachment* é enunciado através de marcas de tempo (“**pressa**”), porém com ressalva (“**sem atropelo**”). No entanto, como já explicitamos, o corpo do texto

do editorial contradiz o próprio título, quando o mesmo decide que a questão deve ser resolvida **“o quanto antes”**;

- **“É o fim”** (FOLHA DE S. PAULO, 17/03/2016) – O editorial trata sobre a nomeação de Lula como ministro da Casa Civil. O título tem marcas de ambíguo: **“é o fim”** da nomeação de Lula?; **“é o fim”** do governo, que deve sofrer *impeachment*?; ou **“é o fim”** como expressão de esgotamento da paciência do jornal com os erros do governo Dilma (em associação com a expressão popular “é o fim da picada”)?;
- **“Cai a última bandeira”** (FOLHA DE S. PAULO, 26/03/2016) – A metáfora enunciada no título diz respeito ao fracasso do único argumento que justificaria os governos do PT ao longo dos anos, de acordo com o jornal: a melhoria de vida das classes mais pobres. O uso de **“a bandeira”** do enunciado significa o semblante popularmente conhecido referente aos programas sociais do governo, como o Bolsa Família. Como esta **“última bandeira”** não funciona mais, não há porque manter Dilma no governo. O jornal reforça a ideia de causalidade temporal ao citar, ao longo do corpo de texto, diversas marcas referentes ao calendário (**“2003”**; **“2008”**; **“2014”**; **“2015”**; **“13 anos ininterruptos”**). O *impeachment*, no caso, não é operado de forma isolada; é atravessado pela noção de uma cadeia de acontecimentos, marcado pelos anos mencionados;
- **“Compasso de espera”** (FOLHA DE S. PAULO, 04/04/2016) – O enunciado **“de espera”** é uma marca utilizada pelo jornal sobre a incerteza do futuro do *impeachment*. Assim, a *Folha* não prevê ou enuncia o *impeachment* diretamente e, sim, se coloca como mero espectador do acontecimento, que está à espera do desfecho final, muito embora suas operações indicam a tomada de posição propositiva como um ator do processo. Retomaremos esta questão no subcapítulo **5.3.1 Fazendo operar as gramáticas da lei e da cobertura de guerra: Folha de S. Paulo e O Globo (1964; 2016)**;
- **“Falta pouco”** (FOLHA DE S. PAULO, 04/08/2016) – Neste editorial, o jornal recupera a marca do título de outro editorial (**“Compasso de espera”**) no corpo do texto quando se refere a Michel Temer: **“Um mesmo compasso de espera**, embalado por expectativas **mais** otimistas na sociedade, caracteriza o ambiente econômico.” Assim, a *Folha* toma posição, mas com cautela. Não é incisiva, pois qualifica o **“compasso de espera”** sobre Michel Temer é o **“mesmo”** que Dilma. Por outro lado, retoma a posição **“otimista”** e **“esperançosa”**, observada nos primeiros meses de

1964. O título e o corpo do texto se contradizem. O jornal enuncia que “**falta pouco**” no título, mas no corpo do texto afirma que “o governo Dilma Rousseff (PT) **acabou há bom tempo**”.

A charge a seguir (**Figura 19**), publicada junto com editoriais e artigos assinados, com título “A persistência da presidente”, coloca Dilma Rousseff no quadro do pintor Salvador Dalí, chamado *A persistência da memória*. Uma das características do quadro são os relógios derretidos. No caso, a charge propõe uma metáfora em relação à liquidez do tempo de sobrevivência de Dilma na presidência:

Figura 19 – Charge como marca da dimensão temporal



O conjunto dos enunciados de exortação do *impeachment* aplicado à noção de tempo e a charge (**Figura 19**) apontam para uma processualidade. Na formulação do argumento central dentro de uma cadeia de acontecimentos, operam-se gramáticas que complexificam e exploram a dimensão temporal do *impeachment*. De acordo com os editoriais analisados, o jornal se contradiz entre títulos e corpo dos textos. A falta de tomadas de posição mais rígidas pode sugerir que, de fato, mantém-se distanciada do desfecho do acontecimento. Só que, na mesma medida, os editoriais formulam imperativos como “Agora, **cabe-lhe sair de cena e esperar que o julgamento da história** não venha a ser tão implacável como se prenuncia” (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 04/08/2016). O jornal atribui a função de julgar a presidenta à História como se a mesma fosse um tribunal (em analogia a expressão “**A história julgará**”), mas ao dizer “agora, **cabe-lhe sair de cena**” já está, muito antes da História, protocolando o seu posicionamento.

Talvez por este pretenso e suposto distanciamento – observado mais em janeiro e fevereiro 1964 e 2016 – o jornal *Folha de S. Paulo* não explicita a sua posição direta em relação

ao embate entre *impeachment* x golpe no discurso textual dos editoriais. A estratégia discursiva, no editorial do dia 27 de março, intitulado “Dizer o óbvio”, mostra – pela primeira vez – a articulação da palavra *golpe*.

Dois dias depois, em entrevista a veículos estrangeiros, repetiu a ladainha. “**Não estou comparando** com os golpes militares do passado, mas isso [*impeachment*] seria uma ruptura da ordem democrática”, afirmou a presidente, segundo o jornal britânico “*The Guardian*”. (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 27/03/2016).

O jornal utiliza o pronunciamento de Dilma em entrevista ao jornal *The Guardian* para abordar a problemática do golpe. Ou seja, a fala do outro é pré-condição para a produção do editorial. O próprio título “**Dizer o óbvio**” é enunciado de forma a desconsiderar o debate. Entendemos esta operação discursiva para diagnosticar, encerrar e definir a discussão engendrada socialmente sobre a nomenclatura do acontecimento. Outra característica deste editorial é que – fugindo da normalidade – a fala direta de Dilma é publicada entre aspas, típico de notícias e reportagens, mas não de editoriais (“**Não** estou **comparando** com os golpes militares do passado, mas isso [*impeachment*] seria uma ruptura da ordem democrática”). O editorial “Recuperar, desarmar”, do dia 15 de maio de 2016, observamos a polêmica à tona novamente com justificativa do jornal:

O *impeachment* é um juízo jurídico-político; foi este último aspecto que prevaleceu. Pelo descalabro econômico, pela profusão de escândalos comandados pelo PT, sobretudo pela perda de toda capacidade governativa, o afastamento de Dilma Rousseff surgia como pré-requisito de uma recuperação urgente. Por esses motivos, **esta Folha** teria preferido que a conjuntura dramática **forçasse** a chapa então eleita a renunciar – ou o Tribunal Superior Eleitoral a invalidar sua eleição, caso se comprovem os indícios de financiamento delituoso da campanha (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 15/05/2016).

Atuando como agente (“*Esta Folha*”), notamos uma estratégia recorrente do jornal. Ao não reforçar o embate entre *impeachment* x golpe, permanece ambíguo em seus enunciados e não realiza operações frequentes de apoio declarado ao *impeachment*. Nos editoriais consultados, percebemos que o jornal passa a operar gramáticas em torno do pedido de “renúncia” e, não, do pedido *impeachment* (“*Esta Folha*”; “teria preferido”; “forçasse” “renunciar”). No dia 3 de abril de 2016, o jornal abriu mão da posição fixa de seus editoriais ao transpor o texto chamado “Nem Dilma nem Temer” à capa da edição:

Esta Folha continuará empenhando-se em publicar um resumo equilibrado dos fatos e um espectro plural de opiniões, mas passa a se incluir entre os que **preferem a**

renúncia à deposição constitucional. (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 03/04/2016).

Outra ressonância da forma como o jornal semantiza o acontecimento a partir do desejo de “renúncia”, diferenciando-se dos apoiadores do *impeachment* (“**preferem a renúncia à deposição constitucional**”):

Nunca é desejável interromper, ainda que por meios legais, um mandato presidencial obtido em eleição democrática. [...] A presidente Dilma Rousseff (PT) perdeu as condições de governar o país. **É com pesar** que este jornal chega a essa conclusão. (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 03/04/2016).

O fato de publicar o editorial na capa não excluiu a publicação dos outros dois editoriais da página A2, como de costume. O editorial de capa nos fez refletir sobre hierarquizações dos acontecimentos, mesmo aqueles engendrados na opinião. Já mencionamos detalhes no subcapítulo **5.1 Superfícies, diagramação e discursos**, mas desta vez, o jornal estabelece uma hierarquia ainda maior ao publicar na capa – a área mais nobre de qualquer publicação impressa – chamando atenção do seu leitor e, ainda, direcionando o pedido de renúncia ao ator político.

Na mesma edição, no entanto, na página A2 da seção **Opinião**, mesmo já tendo declarado sua posição em relação ao futuro do governo federal, o jornal publica uma charge de tomada de posição que dialoga com o título do editorial “Expectativa” em que define ali o que não foi deixado tão claro no editorial de capa (“Nem Dilma nem Temer”, FOLHA DE S. PAULO, 03/04/2016). A charge é dividida em três quadros em que, no último, a presidenta Dilma ao chegar no Palácio da Alvorada é cumprimentada sem o pronome de tratamento para designá-la como presidente. Neste caso, a charge aciona relações com o título do editorial “Expectativas” em que a expectativa da *Folha* é o fim do mandato da presidenta Dilma.

O pedido público de renúncia desperta possíveis relações com os editoriais de 1964, quando a *Folha* – através de seus enunciados – remetia os textos para além de seu público, ou seja, era como se escrevesse diretamente para João Goulart. Outra atualização é em torno do desfecho *impeachment*, que assim como em 2016, o jornal buscou – inicialmente – uma terceira via no editorial *Impeachment, não* (FOLHA DE S. PAULO, 19/03/1964):

Não. O impedimento **não deve** ser cogitado, por numerosas outras razões, muito mais sérias, e entre elas a de que ele, no momento, apenas serviria aos interesses dos que querem tumultuar o país e criar clima para a subversão. (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 19/03/1964).

Operações atualizadas, porém, com efeitos diferentes no contexto da midiaticização. “Nem Dilma nem Temer”, em 2016, é endereçado para além de seu público. Desta vez, o jornal fala também para Dilma Rousseff. A enunciação e enunciado geraram uma resposta da presidenta que, à época, afirma que jamais renunciaria. A resposta de Dilma foi publicada no perfil oficial do *Facebook*, gerando outro retorno da *Folha*.

Abaixo, reproduzimos o trecho em que Dilma responde à *Folha*:

Setores da sociedade favoráveis à saída de Dilma, antes apoiadores do *impeachment*, agora pedem sua renúncia. Evitam, assim, o constrangimento de respaldar uma ação “indevida, ilegal e criminoso”. **Ao editorial da *Folha de S. Paulo*** publicado neste domingo (3), fica a resposta da presidenta: “jamais renunciarei” (grifo nosso, ROUSSEFF, Dilma. 03/04/2016).

Neste caso, o editorial não apenas produz um discurso opinativo, assim como ele mesmo toma a forma de um microacontecimento em que o ator político Dilma Rousseff responde diretamente (“**Ao editorial da *Folha de S. Paulo*** publicado neste domingo (3)”). O assunto não se encerra na resposta, desenhando outro acionamento. No terceiro momento, o jornal comenta a resposta de Rousseff, na seção **Poder**, no dia 16 de março de 2016, em notícia assinada por Pedro Ladeira, da seguinte forma:

O editorial “Nem Dilma nem Temer” afirma que a presidente perdeu as condições de governar o país e, por isso, **deve renunciar**. O texto defende ainda que o vice-presidente Michel Temer (PMDB) **renuncie** para que possam ser convocadas novas eleições. **A *Folha nunca*** defendeu o *impeachment* de Dilma. (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 16/04/2016).

Essas operações firmam o editorial como espaço de conversação entre a instituição jornalística e os atores. A partir do editorial, o jornal desloca sua defesa para outra seção (“**Poder**”) e, ainda, subordina a resposta à assinatura do jornalista. O texto, rebate a acusação de defender o *impeachment* (“**A *Folha nunca***”) e, fora isso, reforça a uma das ideias principais de sua gramática: a “**renúncia**”. Contudo, não é exatamente um pedido, tampouco, um distanciamento. Entendemos como uma pressão a renúncia forçada (“**deve renunciar**”), que tem muito a ver com a imperatividade das gramáticas atualizadas de 1964 em 2016. Para responder amplamente à problemática oriunda desta questão, dedicaremos outra análise, mais específica, no próximo subcapítulo.

5.3 O GLOBO E FOLHA DE S. PAULO EM TENSÃO ARGUMENTATIVA

A descrição, sistematização e análise das operações discursivas apresentadas até o momento são vitais para responder ao nosso problema de pesquisa que investiga **como operações discursivas manifestadas nas superfícies dos editoriais dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* sobre *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) atualizam operações inscritas nos editoriais dos mesmos jornais em torno da deposição de João Goulart (1964)?**

Primeiro, nos dedicamos às superfícies discursivas – referentes à identidade de ambos os jornais: como organizam a página opinativa; se há ou não presença de imagens, charges ou gráficos; e a relação entre os discursos visuais e textuais. Percebemos, por exemplo, que a quebra no padrão de diagramação indica tomadas de posição opinativas. Portanto, por mais que ainda não estivéssemos lidando com os fragmentos discursivos propriamente ditos, estas descontinuidades estruturais são passíveis de inferências acerca da radicalização da opinião sobre determinados assuntos.

No segundo momento, focamos nos editoriais que, segundo os critérios já citados, nos ajudam a decifrar a nossa problemática. Nesses editoriais, entre janeiro e abril de 1964 e janeiro a setembro de 2016, apreendemos marcas, que descrevem operações discursivas, em detrimento no nosso questionamento sobre atualização. Assim, obtivemos um panorama do leque de operações utilizadas e quais – à primeira vista – foram atualizadas na temporalidade aqui estudada. Dentre todas as percepções articuladas sobre os objetos, elencamos, de forma específica, as que nos permitem traçar e definir dois tipos de gramáticas desenvolvidas em atualização de lá para cá. Gramáticas que classificamos como centrais na construção dos acontecimentos, mas principalmente aquelas que, tendo em vista a temporalidade, são retomadas nos acervos de operações e postas em operação na prática da produção.

A criação deste subcapítulo, o último da análise, tem como objetivo organizar uma narrativa inteligível a partir das reflexões dos subcapítulos anteriores com o compromisso principal de atender às preocupações citadas acima na medida em que identificamos gramáticas da lei e da cobertura de guerra em operação por *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, respectivamente. É um subcapítulo decorrente do trabalho de sistematização, que se diferencia devido à tensão entre *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, segundo o apontamento de dois níveis de gramáticas que consideramos parte fundamental da retórica de ambos os periódicos.

5.3.1 Fazendo operar as gramáticas da cobertura de guerra e da lei: *Folha de S. Paulo e O Globo* (1964; 2016)

As gramáticas de produção do jornal *Folha de S. Paulo* migram efetivamente dos editoriais de 1964 aos editoriais de 2016 através de operações de modalizações (PINTO, 1994) condicionais e injunções de admissibilidade onde há marcas de autorreivindicação do jornal para que a sua opinião, materializada nos editoriais, seja lida, mas, espera-se ainda, que seja acatada. Retomamos um episódio já citado no subcapítulo **5.2.2 *Folha de S. Paulo* em 1964 e 2016: 50 anos “de olho” na agenda econômica do país**, em que o editorial “Comício” (FOLHA DE S. PAULO, 07/03/1964) é feito como um apelo direcionado a João Goulart. Como o apelo do jornal não foi acatado, a edição da semana seguinte radicaliza o argumento, enunciando um novo título: “Comício-**provocação**” (FOLHA DE S. PAULO, 13/03/1964), operando graus de qualificação ao acontecimento numa espécie de medida punitiva. É um movimento em que o primeiro editorial é pré-condição de produção do segundo, sendo o último uma variante mais radical, tendo em vista o não cumprimento do que ali estava proposto.

Para fins metodológicos, relembremos:

COMÍCIO

O **ideal seria** que o sr. João Goulart compreendesse todos os inconvenientes da concentração e usasse de sua ascendência sobre os promotores para cancelá-la pura e simplesmente. [...] O sr. João Goulart **não deve ignorar** todas essas coisas. Se tem providências de larga repercussão a anunciar ou decretos de conteúdos polêmicos a assinar, não é necessário que o faça em praça pública no ambiente intranquilizador que está cercando, significativamente, esse comício de sexta-feira, 13. (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 07/03/1964).

COMÍCIO-PROVOCAÇÃO

Resultaram **vãos todos os apelos dirigidos ao presidente da República** para que usasse de sua influência sobre os promotores do comício marcado para esta tarde na Guanabara, no sentido de cancelar a reunião ou pelo menos atenuar-lhe os inquietantes aspectos que a revestiram. (grifo nosso, FOLHA DE S. PAULO, 13/03/1964).

O arquivo do jornal resguarda construções como:

- (a) “o ideal **seria**”. (FOLHA DE S. PAULO, 1964)
- (b) “**poderia e deveria** ser feito”. (FOLHA DE S. PAULO, 1964)
- (c) “**se**”. (FOLHA DE S. PAULO, 1964)
- (d) “**se não** [...], terá **sido**”. (FOLHA DE S. PAULO, 1964)

- (e) “**não deve** ignorar”. (FOLHA DE S. PAULO, 1964)
- (f) “**para que** o chefe de governo”. (FOLHA DE S. PAULO, 1964)
- (g) “**devem** defender”; (FOLHA DE S. PAULO, 1964)

Em 2016, tais operações de condicionalidade (a, b, c, d) e admissibilidade (e, f, g) são atualizadas, conforme as seguintes construções apreendidas nos editoriais:

- (a) “**poderia** fazer” (FOLHA DE S. PAULO, 2016)
- (b) “**se**” (FOLHA DE S. PAULO, 2016)
- (c) “nada **terá sido**” (FOLHA DE S. PAULO, 2016)
- (d) “**cabe-lhe** sair de cena” (FOLHA DE S. PAULO, 2016)
- (e) “**teria preferido**” (FOLHA DE S. PAULO, 2016)
- (f) “**preferem** a renúncia” (FOLHA DE S. PAULO, 2016)
- (g) “**deve** renunciar” (FOLHA DE S. PAULO, 2016)

Neste sentido, valendo-se dos pronomes demonstrativos (“**Este jornal**”; “**Esta Folha**”), a *Folha* demarca a sua posição de fala no espaço discursivo, extrapolando as fronteiras da cobertura jornalística opinativa indo além do comentário ou da avaliação de acontecimentos, assim como é a função do editorial. Insere-se, por outro lado, como uma participante. Enquanto tal subscreve-se dentro do desenrolar dos processos expandindo sua tarefa produtiva ao configurar-se como uma voz ativa e, não, apenas mediadora (FAUSTO NETO, 2011; SOSTER, 2013). Oferece, assim, insumos geradores de novos acontecimentos partindo do princípio que estipula condições (“o ideal **seria**”; “**poderia** e **deveria** ser feito”; “**se**”), ao mesmo tempo, impera medidas a serem cumpridas pelos atores políticos (“**para que** o chefe de governo”; “**se não** [...], **terá sido**”; “**devem** defender”; “**cabe-lhe** sair de cena”; “**deve** renunciar”).

Como o ambiente de tensão discursiva de 2016 é mais complexo do que 1964, os efeitos das tomadas de posição do jornal, endereçadas aos atores políticos, são outros. No contexto da midiaticização, a intenção de diálogo direto com Dilma Rousseff concretiza-se no momento em que a mesma responde ao editorial “Nem Dilma nem Temer” (FOLHA DE S. PAULO, 03/04/2016). Esta resposta, conseqüentemente, aciona, por sua vez, um terceiro argumento por parte da *Folha*. Os discursos *circulam* do jornal ao campo político e do campo político ao jornal, redesenhando novas ofertas de sentido.

O editorial em questão pede a renúncia da presidenta Dilma, como se fosse endereçado a ela. Como citamos, de fato, ocasiona uma resposta do ator político. Iniciamos a análise

distinguindo um pedido de “*impeachment*” e um pedido de “renúncia”. Se o jornal pedisse *impeachment* estaria falando para um público amplo, tal como a sociedade civil, deputados e senadores. Porém, quando pede por renúncia, direciona-se mais especificamente ao ator político em voga, Dilma Rousseff, que pode acatar ou não o argumento ali proposto. A noção de renúncia é menos radical, logo seria possível avaliar que a *Folha* constroi seus discursos de forma mais distanciada. Lembramos que este editorial foi publicado na capa da edição, sendo assim, um nível de tomada de posição marcante através da mudança no padrão de diagramação, sendo também um modelo de enunciar a opinião, conforme defendemos em nossa perspectiva.

Contudo, o jornal não abre mão dos dois editoriais convencionais publicados na página interna. O primeiro, chamado “Expectativas” dialoga com a charge em que há três quadros: um deles, de Lula e outro de Temer, ambos sendo cumprimentados por “presidente” (“Bom dia, **presidente**”) (FOLHA DE S. PAULO, 03/04/2016). O terceiro e último quadro apresenta a imagem de Dilma e o cumprimento, diferentes dos quadros anteriores, é sem o pronome de tratamento (“**presidente**”). Ela é chamada apenas por Dilma. Assim, as “Expectativas” (título do editorial) indicam o nível de posicionamento do jornal imperando a sua vontade em ver Dilma fora da presidência; inferência possível na aproximação entre o título e a charge (**Figura 20**):

Figura 20 – Charge como marca do discurso de antecipação do *impeachment*



A comparação entre o discurso textual e visual da *Folha* resulta na nossa proposição que, muito embora o pretense distanciamento do jornal em sentenciar o *impeachment* nos editoriais, ele já estava sendo enunciado nas charges. Elas funcionam, portanto, como argumentos incisivos, que são dispensados na produção dos títulos e no corpo do texto dos editoriais. Mesmo que a responsabilidade do conteúdo da charge seja dividida entre o jornal e o chargista, a nossa interpretação vê a charge inserida num espaço polifônico de muitas vozes, sendo ela também pertencente do universo opinativo do jornal. Quando colocados em contato,

os discursos geram a polifonia decorrente da contiguidade um com o outro, ocasionando efeitos de sentido de diferentes ordens.

Em nosso percurso de análise, notamos que, de 1964 a 2016, abandona-se a construção de títulos relacionados com o acontecimento para operar títulos não informativos, marcados por ambiguidades que tem seu sentido esclarecido quando dialogam com a charge ou com o corpo do texto argumentativo do editorial, mas por si só não deixam claro a temática sobre o que tratam. Ao mesmo tempo, atualizam-se títulos formados por uma, duas ou, no máximo, três expressões, operação que migra de 1964 a 2016. Identificamos, assim, alguns que obedecem, primeiro, a uma gramática que tem como objetivo explicitar a temática do editorial e, segundo, em 2016, o abandono desta para títulos mais vagos, utilizando-se de expressões do cotidiano e de duplo sentido.

Mesmo operando certos graus de vagueza, mapeamos títulos que, quando acompanhados de charges, permitem pensar as contaminações entre diferentes partes do jornal, tornando o que era vago em assertivo. O editorial “Poucas esperanças” (FOLHA DE S. PAULO, 01/01/2016), o primeiro do ano, relaciona-se com a charge que faz referência visual a 2016, nos fazendo concluir que as poucas esperanças são para o ano de 2016, considerando o contexto de contaminação entre partes do jornal (**Figura 21**):

Figura 21 – Charge como marca de 2016 em contato com o título “Poucas esperanças”

A2 **opinião** ★ ★ ★ SEXTA-FEIRA, 1º DE JANEIRO DE 2016 FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE S. PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS
Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO
Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO
Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA
Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JÂNIO DE FREITAS, CLOVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONTI, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)
Diretoria-executiva: MARCELO BENEZ (comercial), MURILO BUSSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (finanças) E EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS editoriais@grupofolha.com.br



A charge do editorial “E não se move” (FOLHA DE S. PAULO, 17/01/2016) é uma imagem de Dilma junto à palavra “Economia”, com um triângulo de sinalização de trânsito indicando que “ela está parada”; a economia, portanto, não se move, segundo a construção textual e visual (**Figura 22**)

Figura 22 – Charge como exemplo da relevância em gramáticas da economia



Outro exemplo que consideramos relevantes, seguindo o raciocínio das zonas de afetações entre discurso apresenta-se na relação entre o editorial intitulado “Tática ‘fubanga’” (FOLHA DE S. PAULO, 17/02/2016) e a charge apresenta um diálogo entre duas pessoas sobre políticos honestos e o enunciado do editorial da mesma edição é sobre o *triplex* do ex-presidente Lula (**Figura 23**):

Figura 23 – Exemplo de contato entre a charge e o nome do editorial



A expressão “fubanga”, que significa “feia” em linguagem popular, foi apropriada pela *Folha* após uma entrevista de Marco Aurélio Garcia, ex-assessor da presidência. O jornal faz alusão direta à entrevista, citando o seguinte trecho: “Se formos falar deste triplex, ele é bem

fubango, não é? [...] “considero o meu apartamento melhor”. A fala do entrevistado, portanto, torna-se título do editorial, utilizada entre aspas, e com tom irônico e crítico do jornal, que responde ao assessor no mesmo editorial: “A tática é bem fubanga, seja lá o que isso signifique, mas é o que o PT tem a oferecer” (FOLHA DE S. PAULO, 17/02/2016). Outra incidência do discurso do campo político tornando-se pré-condição de produção do jornal.

O terceiro título, “Salve-se quem puder”, opera a retórica do isolamento com a charge de Dilma deitada de um lado da cama e a camiseta do PT do lado oposto com a letra da música “*all by myself*” (totalmente sozinha)⁷¹, que trabalhamos no subcapítulo **5.2.2 Folha de S. Paulo em 1964 e 2016: 50 anos “de olho” na agenda econômica do país**. Consideramos o “isolamento” uma das principais características dos editoriais de 2016, pois remete à condição de vulnerabilidade. Uma vez vulnerável, o *impeachment* seria uma questão de tempo, que também mencionamos no mesmo subcapítulo. Essa dimensão temporal é ainda operada no primeiro editorial após o *impeachment*, do dia 1º de setembro de 2016, intitulado “Governo Novo” com a marca (“**enfim**”). O jornal ao mencionar “novo” opera um modalizador qualificador. Se o título fosse “Novo governo”, por exemplo, seria factual. Mas como a construção é feita operando uma dimensão de qualificação atribui sentido a um governo que apresentará um “novo” cenário de perspectivas. Fora isto, o jornal articula novamente a sua participação no caso (“**Esta Folha**”; “**manifestou diversas vezes**”) e suas preferências (“**teria preferido**”; “**cenários ideais**”), fazendo funcionar suas gramáticas de condicionalidade e admissibilidade:

Consumou-se, **enfim**, o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT). [...] **Esta Folha teria preferido**, como **manifestou diversas vezes**, que a extrema gravidade da crise e o inconformismo da sociedade houvessem conduzido à renúncia da chapa eleita em 2014 ou a sua impugnação, caso confirmados na Justiça os indícios de crime eleitoral. Isso **levaria** à realização de eleições diretas, única forma de conferir legitimidade incontestada ao novo governo. Raramente, no entanto, **cenários ideais** se concretizam em política. (FOLHA DE S. PAULO, 01/09/2016).

O caminho adotado pela *Folha*, portanto, almeja na processualidade discursiva escantear Dilma e torná-la solitária no decurso do *impeachment*. Já o jornal *O Globo* “vai à guerra” reconhecendo seus inimigos. Para responder ao nosso problema de pesquisa, nos direcionamos a sistematizar operações discursivas de 1964 e 2016 que compõe, a nosso ver, atualizações de títulos e textos de editoriais d’*O Globo* – segundo gramáticas de produção – de

⁷¹ Ver **Figura 19**.

um cenário de guerra. De fato, em 1964, havia referências a militares, porém os editoriais analisados são anteriores a instauração da mesma e, principalmente, a radicalização da opressão. Isso significa dizer que, no momento pré-golpe militar, as gramáticas já se utilizavam de discursos referenciando um campo de batalhas.

Em 1964, portanto, os editoriais enunciaram que “um movimento subversivo estava sendo organizado para **explodir** nos primeiros dias de janeiro” (grifo nosso, Gravíssimas Denúncias, O GLOBO, 04/01/1964), segundo a retomada da fala de Plínio Cabral, chefe da Casa Civil do Rio Grande do Sul à época. O cenário construído pelo jornal lembra um campo de lutas e pede que as Forças Armadas intervenham antes que “uma gota, sequer, de **sangue** brasileiro seja derramado” (grifo nosso, Gravíssimas Denúncias, O GLOBO, 04/01/1964). Utilizando marcas como “**frente**” esquerdistas e “**comandos**” comunizados (referenciando a noção de “linha de frente” de batalhões) (O dever do Brasil, O GLOBO, 07/01/1964) os editoriais qualificam os coletivos como os “**piores inimigos**” (grifo nosso, Chega de entregar o país ao comunismo, O GLOBO, 18/01/1964). Projetam ao longo do mês de janeiro uma cobertura de “**mais um** episódio de **Guerra Fria**”, conforme o título do editorial do dia 15 de janeiro de 1964, narrando ações políticas como “**táticas**” que se deve “**combater**” (grifo nosso, Chega de entregar o país ao comunismo, O GLOBO, 18/01/1964).

As marcas que destacamos acima foram extraídas de editoriais que, para fins metodológicos, reproduzimos abaixo:

GRAVÍSSIMAS DENÚNCIAS

Nos últimos dias de 1963 veio do Sul uma gravíssima denúncia. Com a responsabilidade do posto que ocupa na administração rio-grandense, onde é o Chefe da Casa Civil do Governador, o Sr. Plínio Cabral proclamou, alto e bom som, que um movimento subversivo estava sendo organizado para **explodir** nos primeiros dias de janeiro [...]. A grave denúncia que chega do Sul não pode cair no vazio. Que se apurem todos os fatos ligados ao movimento subversivo que estaria sendo urdido. Que as Forças Armadas impeçam, com energia, a eclosão do mesmo, antes que uma gota, sequer, de **sangue** brasileiro seja **derramado**, pois iniciada a violência, muito mais difícil de detê-la. (grifo nosso, O GLOBO, 04/01/1964).

O DEVER DO BRASIL

Valor igual têm as ameaças e advertências feitas pelos “*khruchetchevs*” locais, pelas diversas “**frentes**” esquerdistas e “**comandos**” comunizados. Só podem preocupar aqueles que dão, por expediente político, uma importância e uma força que jamais terão, nesta Pátria verdadeiramente cristã e democrática (grifo nosso, *O dever do Brasil*, O GLOBO, 07/01/1964).

CHEGA DE ENTREGAR O PAÍS AO COMUNISMO

O País está sendo traído e entregue a seus **piores inimigos** [...]. A greves ilegais e as reivindicações exageradas se sucedem, sem que o Governo ouse **combater** as primeiras e recusar atendimento às segundas [...]. O Governo não ignora isto, ainda

porque a **tática** não é nova e tem sido utilizada pelos vermelhos em outros países. (grifo nosso, *Chega de entregar o país ao comunismo*, O GLOBO, 18/01/1964).

Além de projetar o cenário de guerra, os editoriais depositam esperança (“**Confiemos**”) na instituição militar (“**nas Forças Armadas**”) especificando seus inimigos (“**comunistas**”; “**vermelhos**”) e voltando a radicalizar a sua tomada de posição quando opera comparações com outros contextos, indicando um futuro prospectivo ao Brasil caso não se confie nas Forças Armadas: “E quando os governos não cuidaram, em tempo, de deter-lhes os passos, foi preciso depois de derramar **muito sangue**, para **impedir a vitória** da revolução vermelha” (grifo nosso, O GLOBO, 24/01/1964).

O Globo celebra as manifestações da sociedade civil, como a Marcha da Família por Deus e pela Liberdade, como uma “**luta**” para que o Brasil não se transforme em “**mais um Estado Socialista**”.

NAÇÃO UNIDA ÀS FORÇAS ARMADAS

Seria rematada loucura continuarem as forças democráticas desunidas e inoperantes, enquanto inimigos do regime vão, paulatinamente, fazendo ruir tudo aquilo que os impede de atingir o poder. Chegaria o dia em que o Brasil, sem reação e **sem luta**, se transformaria em “**mais um Estado socialista**”. (grifo nosso, O GLOBO, 31/04/1964).

Dos escombros, “**ressurge a democracia!**” (grifo nosso, *Ressurge a democracia*, O GLOBO, 02/04/1964), em tom de comemoração, utilizando-se do ponto de exclamação para chamar atenção do leitor. Apontam-se heróis (“**heroísmo** das Forças Armadas”) responsáveis pelo êxito da missão (“**Salvos** da comunização que aceleradamente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos **bravos militares**, que os **protegeram** de seus **inimigos**”) qualificando como um “movimento **vitorioso**” (grifo nosso, *Ressurge a democracia*, O GLOBO, 02/04/1964).

RESSURGE A DEMOCRACIA!

Vive a nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para **salvar** o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. [...] Mas, por isto que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o **movimento vitorioso** não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. (grifo nosso, O GLOBO, 02/04/1964).

Próprias de uma gramática que faz emergir significantes de uma cobertura de guerra, as operações recém externadas são atualizadas nos editoriais sobre o *impeachment* de Dilma. A enunciação de um dos episódios é referida pelo jornal como um “difícil **embate**”, quando a

presidenta deveria prestar contas ao Tribunal Superior Eleitoral (grifo nosso, Dilma terá no TSE um difícil embate, O GLOBO, 17/02/2016).

Relembramos os organogramas de marcas de coletivos políticos, pois o *lulopetismo* – atualização da marca “comunismo” – é usado frequentemente pela gramática do jornal. Desta vez, no dia 7 de fevereiro de 2016, o lulopetismo “**sangra**” com as investigações na Lava-Jato. O PT, por sua vez, no campo de guerra construído pelas gramáticas, “**alveja** o governador, um dos prováveis candidatos ao Planalto. O próprio Lula atua no “**canhoneio**”, numa tentativa de redução de danos” (grifo nosso, É imperioso investigar toda denúncia, O GLOBO, 07/02/2016). “**Alvejar**” é sinônimo de atirar e “**canhoneio**” assemelha-se com bombardeio, reforçando o *impeachment* como embate; luta; conflito; guerra.

A articulação da militância do PT é avaliada pelo editorial como um “**toque de reunir a tropa**” (grifo nosso, É imperioso investigar toda denúncia, O GLOBO, 07/02/2016). Operando como um especialista econômico, o editorial alerta, sobre a temática de aumento de oferta de crédito, que o governo – caso permaneça com a mesma política econômica – pisará em um “**terreno minado**” (grifo nosso, Voluntarismo em torno do dinheiro das ‘pedaladas’, O GLOBO, 12/01/2016). No que diz respeito à chancela d’*O Globo* acerca das decisões econômicas tomadas por Dilma, é sugestivo quando as imprudências do governo federal fazem parte do “**arsenal**” da presidenta. Até então, a guerra do *impeachment* foi projetada levando em consideração a potencialidade dos seus inimigos na medida em que enfrentam a “**forçatarefa**” da Operação Lava-Jato na tentativa de sobrevivência:

UM MOMENTO ESPECIAL NA LUTA CONTRA A IMPUNIDADE

Não há **guerra** vencida neste terreno. Sempre existem chances de interferência de poderosos. Apesar de tudo, ocorrem várias vitórias importantes contra a corrupção nas ‘elites’ às quais o lulopetismo se aliou: empreiteiras, operadores financeiros, políticos sem ética, etc. (grifo nosso, O GLOBO, 10/03/2016).

No editorial intitulado “Lula e Dilma apostam tudo para tentar sobreviver” (O GLOBO, 17/03/2016), o jornal quebra seu padrão de diagramação ao publicar um texto mais longo, que preencheu o espaço destinado ao segundo editorial. O acontecimento recuperado é a nomeação de Lula como ministro da Casa Civil e a resposta nas ruas frente às manifestações a favor do *impeachment*. Mencionamos anteriormente que os inimigos na guerra em 2016 não são operados pelo editorial como fracos, vulneráveis ou passivos. Pelo contrário, os verbos a eles reconhecidos sugerem reações: “fingem não entender o recado dos milhões nas ruas de domingo

e **partem** para o **contra-ataque**” (grifo nosso, Lula e Dilma apostam tudo para tentar sobreviver, O GLOBO, 17/03/2016):

Os dois **reagem** à crise que engolfa o governo e o PT de acordo com os respectivos perfis. Dilma Rousseff **reencarna** a **guerrilheira** que nunca se entrega, e Lula, a **jararaca** ferida no rabo, desejosa de vingança. Fingem não entender o recado dos milhões nas ruas de domingo e parte para o contra-ataque. Tomarão de arma na mão, ameaçam. Mesmo que nesta aposta e luta o próprio país esteja em jogo. (grifo nosso, O GLOBO, 17/03/2016).

A temporalidade vem à tona nos títulos, que seguem um padrão argumentativo explícito sobre o *impeachment*: (1) “O tempo do *impeachment* corre contra o país (O GLOBO, 06/04/2016); (2) “Um passo para o *impeachment*” (O GLOBO, 19/04/2016); (3) “Apressar o *impeachment* não fere direito de defesa” (O GLOBO, 04/08/2016); (4) “Contagem regressiva para o *impeachment*” (O GLOBO, 09/08/2016); (5) “Para que jamais haja outro *impeachment*” (O GLOBO, 01/09/2016). O tempo também serve para enfraquecer a “**guerrilheira**”, que no dia 31 de agosto, é enunciada de outra forma no título: “**vulnerabilizada**”, quando Dilma comparece na votação derradeira que pôs fim ao seu mandato (grifo nosso, Dilma chega vulnerabilizada à votação, O GLOBO, 31/08/2016).

A *Folha*, segundo a nossa análise, também dita o ritmo do *impeachment*, porém com títulos mais vagos do que os d’*O Globo*, assim como organizamos no **Quadro 1** abaixo:

Quadro 1 - Títulos de Editoriais

Títulos de editoriais O GLOBO (2016)	Títulos de editoriais Folha de S. Paulo (2016)
“O tempo do <i>impeachment</i> corre contra o país” (O GLOBO, 06/04/2016)	“ Pressa , sem atropelo” (FOLHA DE S. PAULO, 08/03/2016)
“Um passo para o <i>impeachment</i> ” (O GLOBO, 19/04/2016)	“É o fim ” (FOLHA DE S. PAULO, 17/03/2016)
“Apressar o <i>impeachment</i> não fere direito de defesa” (O GLOBO, 04/08/2016)	“Cai a última bandeira” (FOLHA DE S. PAULO, 26/03/2016)
“Contagem regressiva para o <i>impeachment</i> ” (O GLOBO, 09/08/2016)	“Compasso de espera ” (FOLHA DE S. PAULO, 04/04/2016)
“Para que jamais haja outro <i>impeachment</i> ” (O GLOBO, 01/09/2016)	“ Falta pouco” (FOLHA DE S. PAULO, 04/08/2016)

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A *Folha* exclui qualquer indicação sobre qual acontecimento será tema do editorial. *O Globo*, pelo contrário, articula o *impeachment* em todos os títulos que impõe uma dimensão de tempo ao episódio. Outro ponto que distancia os dois jornais, segundo discursos, é a hierarquização do impasse entre *golpe* ou *impeachment*. Já explicitamos que os editoriais possuem objetivos de desvendar polêmicas de outros campos, como é o caso dessa disputa discursiva.

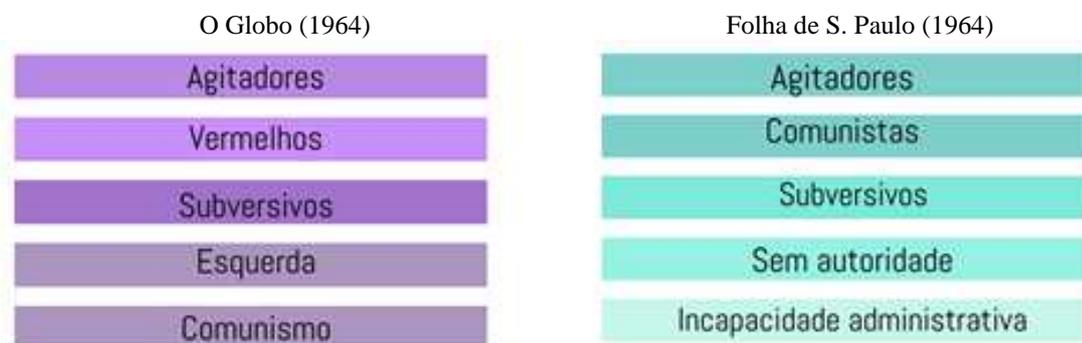
Seguindo a lógica de uma postura enunciativa mais técnica, a *Folha* desconsidera o debate. Produz apenas um editorial sobre, com título “Dizer o óbvio”, desvaloriza a polêmica que, de fato, ocorreu na esfera discursiva. *O Globo* toma posição e atualiza a operação em 2016, pois no caso de deposição de João Goulart, pretende solucionar o impasse entre golpe de *direita* e *revolução*. Na tentativa de rebater e elucidar essa questão, nomeia o acontecimento como *revolução*. Consideramos duas processualidades análogas: golpe de direita *x* revolução, em 1964; e golpe *x* *impeachment*, em 2016. No caso, atende um embate de outros campos no qual se alegava que a saída de João Goulart do governo era, na verdade, um golpe de direita, assim como a partir de Dilma, que se acusava o *impeachment* como golpe. Esta questão é própria do ideológico, dos coletivos políticos, da polarização política – o que consideramos como pertencentes da gramática d’*O Globo*, em ambos os períodos e, por isto, sofrem atualizações. Dizer que é própria do ideológico significa pontuar a atividade das regras de gramáticas em detrimento dos efeitos de sentido.

Destacamos nos subcapítulos anteriores os modos como os jornais trataram os presidentes João Goulart e Dilma Rousseff – sendo marcas interessantes a se comparar. Quando analisamos *O Globo*, de 1964 e 2016, notamos uma atualização referente ao termo *comunismo*. Em 2016, o jornal incorpora em sua gramática a transformação desta em *lulopetismo*, configurando-se em uma recuperação de um coletivo. Podemos afirmar que o termo compõe as operações discursivas recorrentes. Ou seja, o *lulopetismo* faz parte de uma das regras de produção criada e operada com fluência pelo jornal, ao associar a singularidade do acontecimento a coletivos estruturadores, prevendo, então, que o seu leitor incorpore na leitura o hábito desta associação.

A *Folha*, em 2016, usa menos adjetivos de cunho político quando comparado ao jornal *O Globo* e às suas próprias edições em 1964, como organizamos a seguir (**Figura 20**). Pelo contrário, é uma retórica técnica, que aborda a economia como a principal temática em torno do governo Dilma. A *Folha* se apoia no discurso econômico (marca de heterogeneidade) como condição de produção da enunciação pró-renúncia. Já *O Globo* enfatiza os coletivos políticos,

conforme o próximo gráfico. Aproximamos, primeiro, as marcas referentes aos editoriais de 1964 que tematizam João Goulart. Comentamos os gráficos a seguir:

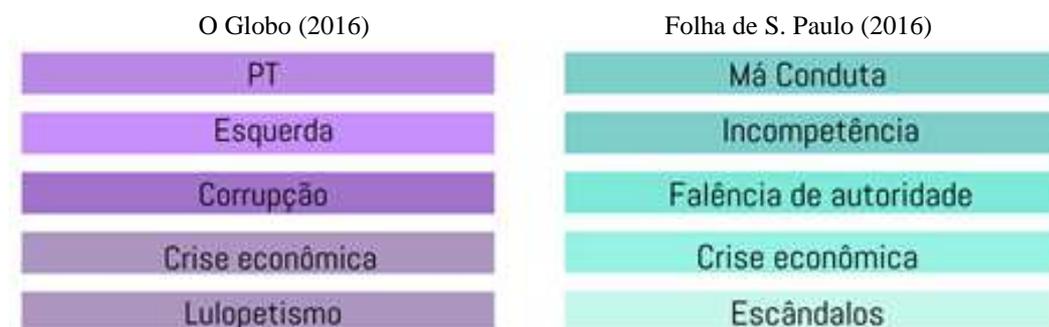
Figura 20 - Tematizações de João Goulart segundo a extração de marcas nos editoriais d’*O Globo* e *Folha*



Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Eles se aproximam em relação às marcas de cunho de coletivos políticos (“**agitadores**”; “**subversivos**”; “**esquerda**”; “**comunista**”), porém a *Folha* associava além destas, os desqualificadores em torno da gestão de João Goulart (“**sem autoridade**”; “**incapacidade administrativa**”), diferenciando-se d’*O Globo*. O modelo de gramática que centraliza a economia a partir do ponto de vista opinativo é atualizado pela *Folha*, em 2016, mas, desta vez, o jornal desconsidera o viés dos coletivos e enfatiza ainda mais a desqualificação dos atores (**Figura 21**):

Figura 21 - Tematizações referentes à Dilma Rousseff nos editoriais d’*O Globo* e *Folha*



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Notamos, portanto, que enquanto *O Globo* reforça sua gramática de 1964, inclusive, operando o termo *lulopetismo* da mesma maneira que operava a marca do *comunismo*, a *Folha* opta por outro caminho mais direcionado como uma avaliadora técnica e moral. Mesmo que o

jornal reconfigure gramáticas de 1964, principalmente em torno da questão econômica e de gestão (“**incompetência**”; “**falência de autoridade**”; “**crise econômica**”; “**má conduta**”), os editoriais suprimem operações discursivas mais incisivas de ordem política e intensificando – de forma avaliativa – os planos econômicos do governo, inclusive, ao manejar dados e porcentagens próprios de uma gramática deste gênero.

É possível pensar que uma das principais diferenças entre as gramáticas de produção da *Folha* e d’*O Globo* baseiam-se nos modos de opinar e julgar os acontecimentos. Enquanto *O Globo* associa coletivos de fundo político nos acontecimentos (“**agitadores**”; “**subversivos**”; “**esquerda**”; “**comunista**”), a *Folha* faz outra associação vinculando a política à lógica econômica (“**incompetência**”; “**falência de autoridade**”; “**crise econômica**”; “**má conduta**”).

Algumas características das gramáticas de produção quando trabalham a temática econômica da *Folha* em comparação com a d’*O Globo* são formas diferentes de enunciar o mesmo assunto. *O Globo*, sob esta perspectiva, atualiza gramáticas de 1964, mantendo a similaridade enunciativa; a *Folha*, por outro lado, abandona operações de 1964, principalmente em torno da adjetivação política, adotando uma cobertura mais intensa sobre os processos administrativos do país. *O Globo* mantém a ênfase nessa associação, já a *Folha* transforma essa construção no decorrer do período aqui estudado.

Em ambos os jornais percebemos efeitos da midiaticização para além dos pontos gráficos, técnicos e estéticos. A narrativa também é afetada segundo operações de autorreferência. O jornal *Folha de S. Paulo*, desde 1964, utiliza a mesma operação para se referir a si mesmo (“**Esta Folha**”), enquanto *O Globo* – em um contexto específico – dedica uma nota especialmente para enunciar de modo autorreferencial a sua rotina produtiva ao enfrentar um acontecimento como o *impeachment*.

Os jornais não descaracterizam a função do editorial como explanador da opinião; mas, ao longo da temporalidade de 50 anos, agrupam mais operações da síntese noticiosa, como gráficos, dados e porcentagens. Em 2016, ambos se utilizam dos depoimentos que circulam em outros campos, segundo estímulos que os fazem responder a essas demandas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As idas e vindas da pesquisa, desde a aproximação com os objetos empíricos ao aprofundamento da tríade teórica de gramáticas de produção, enunciação e contrato de leitura, até os procedimentos metodológicos de leitura discursiva, foram mobilizadas para atender ao nosso problema. O questionamento investigou **como operações discursivas manifestadas nas superfícies dos editoriais dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* sobre *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) atualizam operações inscritas nos editoriais dos mesmos jornais em torno da deposição de João Goulart (1964)?**

O discurso opinativo desses periódicos, que compartilham da mesma inclinação política, ramifica-se quando buscamos as múltiplas formas de manifestação e validação da opinião como potencial argumentativo nas relações entre os campos *jornalístico* e *político* no centro das discussões do campo social. Não há como ignorar as marcas que nos ajudam a resgatar e reconstruir o caminho de elaboração de estratégias da produção jornalística para recair em uma abordagem conteudista em torno *do que* se fala e esquecendo – na nossa perspectiva – do recorte essencial: *como* se fala. Este foi, portanto, o nosso objetivo principal. Recuperar marcas inscritas nas superfícies discursivas para que, conseqüentemente, entendêssemos os conjuntos de operações que formam gramáticas de produção (VERÓN, 1986).

Elegemos os editoriais como materiais empíricos, pois neles observamos outra forma de contrato de leitura entre o jornal e o seu leitor; um contrato, talvez, com níveis de proximidade mais elevados do que aqueles estabelecidos em notícias ou reportagens. O vínculo é em decorrência da função do editorial como explanador da opinião declarada da empresa jornalística, enunciando as principais tomadas de posição sobre os acontecimentos considerados fortes o suficiente. A pesquisa da pesquisa, realizada no quarto capítulo, nos fez levar em consideração a força de determinados assuntos de interesse público, que afetam as dinâmicas sociais de um ponto de vista amplo. Os acontecimentos elencados como vetores do nosso estudo marcaram a história do país rompendo o andamento de dois governos federais. O primeiro, em 1964, que resultou na deposição de João Goulart e, o segundo, que pôs fim a mais de 13 anos de presidência do PT a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Episódios com graus semelhantes de força, porém com efeitos diferentes no âmbito dos estudos comunicacionais. Atualizam-se as gramáticas, mas a intensidade frente à emergência da midiatização, complexifica as ofertas discursivas. A *Folha*, ao operar marcas de condicionalidade e admissibilidade, estabelece seu contrato de leitura ao se colocar a serviço

do Brasil que é, inclusive, a proposta de seu *slogan*, na medida que busca estabelecer sob quais condições deve-se governar o país. Tendo em vista o foco econômico, tece recomendações aos atores políticos de forma direta e indireta, avisando o seu leitor que “está de olho” na agenda econômica. Em 1964, opera alguns juízos de valor à índole política dos coletivos, enquanto, em 2016, avança com retóricas mais técnicas, muitas vezes assemelhando-se com notícias da editoria de economia ou comentários mais especializados da mesma temática.

Os dados e porcentagens, contudo, também são argumentos. Mobilizam-se estratégias para aparentar um discurso menos doutrinário ao longo dos anos, ao mesmo tempo, utiliza-se do discurso visual das charges para completar sentidos vagos e ambíguos dos títulos e radicalizar a opinião do corpo do texto dos editoriais, que tende a aliviar julgamentos mais incisivos. Ao transpor o editorial à capa, acentua o movimento de que há outras formas de dramatizar os enunciados que não seja apenas o texto propriamente dito. É um jornal que nos permite visualizar na prática como as superfícies discursivas – tais como aspectos técnicos, gráficos e estéticos que envolvem o texto – podem indicar graus da opinião. Por estes motivos, dedicamos o primeiro subcapítulo de análise às decisões dos jornais ao organizar a página opinativa, que normalmente compreende artigos assinados, charges e editoriais.

O Globo, por sua vez, desloca o editorial da capa da edição às páginas internas. Movimento passível de conjecturar se o discurso opinativo perde valor ao longo dos 50 anos. De fato, a deambulação entre as páginas 10, 12, 14, 15 e 16, sugerem incertezas ao *status* do editorial atribuído pelo jornal. Mesmo assim, *O Globo* incorpora novas lógicas discursivas para torná-lo mais atraente com a seção **Tema em discussão** e, com isso, definimos que a ideia de campo de lutas (FAUSTO NETO, 1994) é intensificada. Não basta apenas a opinião do jornal. É necessária uma nova configuração de embate de pontos de vista; talvez, uma das inovações mais marcantes das superfícies discursivas no jornalismo brasileiro, especialmente pelo editorial ser, historicamente, um lugar das chancelas da empresa jornalística com exclusividade. Interessante pensar que essa noção de campo de lutas do plano teórico é, em nosso parecer, a principal retórica d’*O Globo*. As operações enfatizadas no subcapítulo anterior são mobilizadas para tratar o *impeachment* como uma guerra. São gramáticas do campo militar apropriadas pelo jornalismo na cobertura tradicional de conflitos armados e, agora, potenciais argumentativos e opinativos trazidos à tona do contexto de João Goulart e aprimorados em Dilma Rousseff.

O jornal mantém seus inimigos ativos na processualidade dos editoriais; eles reagem e contra-atacam. Diferente da construção da *Folha* ao objetivar o principal ator político da disputa como um alvo fácil, pois está isolado, sozinho, sem “padrinho” e sem partido. É o caso de Dilma

e do isolamento que a enfraquece discursivamente muito antes da votação final do *impeachment*. Uma vez sozinha, era uma questão de tempo. O ritmo temporal passa pelo crivo do jornal que, no dia 1º de setembro, enuncia que – “**enfim**” – o *impeachment* foi consolidado, após a construção anterior de contagem. Ao explorar frases condicionais e, ao mesmo tempo, de admissibilidade, em consonância com os dados econômicos amplamente referenciados, a *Folha* desenvolve um discurso mais normativo, fazendo operar gramáticas do imaginário das leis em que há condições a partir das quais os atores devem se comportar.

De mediadores à protagonistas, ambos os jornais são atores na medida em que se inserem como fabricantes de acontecimentos. Ora mais próximo, ora mais distanciado, cada um incorpora gramáticas de outros discursos – no caso, *O Globo* recorre às expressões de guerra e a *Folha* ocupa o espaço da lei e da norma – para fazer valer a opinião. Tematizam os presidentes incorporando significantes polêmicas, muitas delas, simbólicas de 1964, mas não imunes as afetações da realidade próxima, como o caso da marca *lulopetismo*. A própria produção aciona outros discursos em uma cadeia onde percebemos trânsitos complexos de argumentos e contra-argumentos entre o campo jornalístico e o político. A *Folha* se autorreferencia quando elucida ao leitor que ela “avisou”, “recomendou”, “demandou”. O discurso do editorial que pede a renúncia de Dilma é pré-condição de produção do discurso da mesma, que veta qualquer possibilidade de renunciar. A discussão não cessa quando, na seção **Poder**, a *Folha* outra resposta, nos remetendo que a própria produção é o acontecimento em pequena escala. *O Globo*, ao atrasar uma edição, coloca-se no lugar de ator jornalístico e, sobretudo, histórico em participar – e não apenas mediar – o principal assunto político de 2016.

O jornal é uma unidade por conta das operações. Aqui, tentamos investir esforços em, a partir das operações evidenciadas, atribuir a unidade dos periódicos analisados. O artigo de fundo, termo antigo para denominar os editoriais, é – a nosso ver – um vetor fundamental para assegurar a identidade do jornal como unidade. Situado num espaço certo e obedecendo de forma mais rígida aos padrões tipográficos estipulados, o artigo de fundo, anteriormente, era o texto que consagrava o jornal como capaz de opinar de tal forma a se tornar protagonista. É protagonista ou ator devido à singularidade do seu trabalho simbólico singularizado pelo discurso opinativo. Não queremos dizer que, atualmente, ele perde esse teor. A atividade autoral sofre modificações, principalmente na sua estrutura tipográfica, mas permanece como um discurso doutrinário, que clama por ser lido. Reservar um espaço à opinião dentro da unidade do jornal é sinalizar aos leitores que o propósito da instituição jornalística também é participar como ator daquela realidade. Naquele espaço, os pressupostos clássicos da atividade – como a

defendida neutralidade e objetividade – não precisam ser obedecidos, portanto, é no antigo artigo de fundo e no atual editorial que se estabelece um contrato de leitura mais próximo com a esfera do reconhecimento.

Agrupamos aqui o que consideramos o fechamento de uma análise ampla. Algumas características se destacam em detrimento de outras, pois nelas encontramos especificidades dos objetos, evitando recair em generalizações ou limitações. Chegamos em dois tipos de gramáticas substanciais, mas isso não significa dizer que outras operações abordadas ao longo do capítulo 5 são irrelevantes. Pelo contrário, são estas que indicam os *modos de dizer* dos jornais, como hierarquizam os acontecimentos, como funciona o sistema de títulos, quais outras linguagens são apropriadas discursivamente. Questões que tentamos dar conta durante a jornada. Concluimos, portanto, que as retóricas de guerra (*O Globo*) e da lei (*Folha de S. Paulo*) são atualizadas, fruto do trabalho discursivo dos jornais, que só podem produzir efeitos nos trabalhos da enunciação.

Desenvolvemos uma pesquisa que referencia o processo de midiatização sob ponto de vista histórico em que os contextos, frente a diversas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, também são motores deste debate. O *modus operandi* do jornalismo é igualmente passível a elas, sendo possível analisá-lo como um processo histórico envolto de transformações que atingem desde suas rotinas produtivas até as narrativas. No nosso caso, tentamos materializar essa discussão tendo em vista os conceitos de mediação e midiatização, especialmente na noção de que uma conjuntura complexifica a outra.

Dois acontecimentos históricos que se encontram via discurso e despertam a nossa curiosidade uma vez que notamos um elo possível entre a deposição de João Goulart e o *impeachment* de Dilma Rousseff. Para além das coincidências, ambos se comunicam na esfera do discurso e, a partir dos indícios e inferências, foram escolhidos como acontecimentos-chave em nossa perspectiva. Isso também tem muito a ver com questões mais sensíveis ao trabalho em si. O que produzimos até então é reflexo de uma preocupação anterior em aproximar a Comunicação e a História, áreas de nosso interesse e que nos acompanham desde o primeiro projeto de iniciação científica realizado na graduação em Jornalismo em que lidamos com diversas edições do jornal *Movimento* – periódico alternativo durante o regime militar.

Foram muitas novidades ao longo do percurso, principalmente ao que diz respeito à análise de discurso da maneira como tentamos elaborar. Tal escolha ultrapassa a noção do jornal como fonte de consulta de dados que, muitas vezes, torna a aproximação com os objetos empíricos uma atividade burocrática. Pelo contrário, exercitamos entender as narrativas do

jornalismo como um convite para ingressar em outra realidade, produzida pelo discurso opinativo dos editoriais d' *O Globo* e *Folha*.

A realidade construída pelo discurso se relaciona com o mundo exterior a ela. Retomamos a ideia de que ao escrever, mobilizam-se histórias; ao ler, também. O nosso próprio acervo de referências pessoais nos obriga a fazer relações. Isso aconteceu durante a etapa de pré-observáveis quando alteramos a ideia do projeto inicial. O que circulava de sentidos em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff, em março de 2016, logo no início do curso de Mestrado em Ciências da Comunicação, acionou as nossas referências sobre a construção do embate *golpe x revolução*, em 1964, de maneira análoga, com *golpe x impeachment*, de 2016. Aproximamos dois acontecimentos, temporalmente separados por mais de 50 anos, devido ao resgate do que conhecíamos em torno das posições do jornalismo brasileiro nos meses anteriores à ditadura. O primeiro deles não foi vivenciado diretamente. Lembramos dos livros didáticos de História, dos filmes, dos relatos sobre os 20 anos de repressão no Brasil; já o segundo, *impeachment* de Dilma, observamos como espectadora, leitora e pesquisadora. Estabelecemos diferentes níveis de percepção dos nossos objetos, pois precisávamos refrescar a memória ao voltar aos arquivos de 1964 e, ao mesmo tempo, lidar com os fluxos exacerbados de conteúdos referentes ao processo de *impeachment* em todas as esferas. Do campo político ao jornalístico, de atores sociais aos pronunciamentos oficiais do ator político midiaticizado Dilma Rousseff, até as pichações nas paredes e manifestações nas ruas. À época, um acontecimento em processo e reverberado intensamente.

Estudar esses jornais também foi uma novidade. São dois nomes do jornalismo tradicional em que corríamos o risco de condicionar graus de dualismo entre o bem ou mal-intencionado ou, então, quem apoiou ou não o desfecho de ambos os acontecimentos. Nosso plano era, por outro lado, entender as diferentes formas de produção do discurso opinativo de jornais da mesma gênese em suas tomadas de posição favoráveis, tanto ao golpe militar de 1964 quanto ao *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Por ter sido a primeira vez em contato com tal forma de análise, foi interessante perceber que respondemos ao nosso problema de uma forma que não prevíamos no início da elaboração das ideias da dissertação.

Escrever requer escolhas e enquadramentos que possam responder à proposição principal, mesmo que sejamos inclinados a deixar nuances de fora no momento. Reconhecemos a necessidade de ir além do que apresentamos neste texto. Assim, almejamos continuar trabalhando com a mesma temática para gerar novas perspectivas. A nossa intenção é que esta reflexão faça parte do espectro de novos estudos que surgirão considerando os inúmeros

recortes de pesquisa que ambos os acontecimentos midiáticos proporcionam. Haja vista a possibilidade de contribuir para linhagens de estudos sobre Comunicação e História, destacamos que a presente abordagem funciona também como um registro de dois episódios engendrados pelo discurso opinativo com objetivo de diferenciá-los na especificidade das operações postas em funcionamento de lá para cá.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ALVERNE, Camila Mont; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Jornalismo Político e Imagem Pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. **Revista Contracampo**, Niterói, v. 28, n. 3, p. 92-116, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/612/380>>. Acesso em: 13 Set. 2017.

ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 77-89, 2006. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1396/1096>>. Acesso em: 3 dez. 2017.

ANDRADE, Débora El-Jaick. Folha de S. Paulo e o golpe de 1964: 50 anos depois. **XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília**, 2017. Disponível em <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502831775_ARQUIVO_VersaofinalANP_UHAFolhadeSaoPauloeogolpede1964artigo.pdf> . Acesso: 20.dez 2017.

AZEVEDO, F. A. e CHAIA, V. L. M. O Senado nos editoriais dos jornais (2003 – 2004). In: **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.173-204. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/07.pdf>>. Acesso: 16. Set. 2017.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BENETTI, Marcia; FREITAS, Camila. A fenomenologia da memória e o “homem capaz”. **Conexão: Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 14, n. 28, p. 167-180, jul./dez. 2015. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/3862>>. Acesso: 26. Nov. 2017.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERGER, Christa e TAVARES, Frederico. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, M; FONSECA, V. **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010. p. 121-142.

BERGER, Christa. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: MOUILLAUD, Maurice. **O jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo, 1997. p. 273-284.

BONIN, Jiani. Revisitando os bastidores de pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: Maldonado, E. et al. **Metodologias da pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-42.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, José L. **A sociedade enfrenta sua mídia**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**, 2008. Disponível em: <www.revistas.univerciencia.org/index.php/MATRIZES/article/download/5235/5259>. Acesso em: 8 abr. 2016.

_____. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda. (Orgs.). **Mediação e Mdiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k64dr/pdf/mattos-9788523212056-03.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2017.

BUZALAF, Márcia Neme. **A censura no Pasquim (1969-1975): as vozes não silenciadas de uma geração**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009. Disponível em: <<https://alsafi.ead.unesp.br/handle/11449/93346>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13122012-101040/pt-br.php> Acesso: 10. Set. 2017.

CHARADEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. Por que (re)ler os manuais de redação e estilo? **BOCC: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior, Covilhã**, 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-jornalismo-francisco.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

ECO, Umberto. **Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FAUSTO NETO, Antonio. **Mortes em derrapagem: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

_____. Vozes do impeachment. In: MATOS, Heloiza (Org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo, Página Aberta, p. 159-189, 1994.

_____. Mdiatização: Prática social, prática de sentido. Encontro da Rede PROSUL - Comunicação e processos sociais, 2005. **Anais...** UNISINOS, Programa e Pós-Graduação em Comunicação, São Leopoldo, 2005.

_____. Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos. **Diálogos Possíveis**, Faculdade Social da Bahia, v. 6, p. 1-21, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1528-2.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____ et al. (Orgs). **Midiatização e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. A circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, Antonio; VALDETTARO, Sandra (Org.) **Mediatización, Sociedad y Sentido: diálogos entre Brasil y Argentina**. Rosario, Argentina: Departamento de Ciencias de la Comunicación, Universidad Nacional de Rosario, 2010. p. 2-15. Disponível em: <<http://www.fcpolit.unr.edu.ar/wpcontent/uploads/Mediatizaci%C3%B3n-sociedad-y-sentido.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

_____. Transformações nos discursos jornalísticos: a autorização do acontecimento. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 9., 2011. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

FAUSTO NETO, Antonio. A circulação discursiva do impeachment: do artigo de fundo à página virada. In: CASTRO, Paulo César (Org). **A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento**. Maceió: EDUFAL, 2017.

FERREIRA, Jairo. Midiatização: dispositivos, processos sociais e de comunicação. **E-Compós**, Brasília, v. 10, p. 1-15, 2007. Disponível em <http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-b870501d-b0ac-40d1-ba49-c7de03c9f3e5_2826.pdf>. Acesso: 5. Ago. 2017.

_____. Analogias: operações para construção de casos sobre a midiatização e circulação como objetos de pesquisa. **E-Compós**, Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, p. 1-18, 2015. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-b870501d-b0ac-40d1-ba49-c7de03c9f3e5_2826.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

FERIGOLO, Jorge. **Conhecimento, dialética, analogia e identidade na biologia de Aristóteles**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, UNISINOS, São Leopoldo, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/413>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de redação**. São Paulo: Publifolha, 1984.

_____. **Manual de redação**. São Paulo: Publifolha, 2007.

GHISLENI, Ana Cristina. **A palavra do jornal: a construção da política no espaço dos editoriais**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3447/000400851.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

GOMES, Pedro Gilberto. **Tópicos de teoria da comunicação**. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.

_____. Midiatização: um conceito, múltiplas vozes. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22253/14176>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

GOMES, Valéria Severina. **Traços de mudanças e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos**: da forma ao sentido. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7563/arquivo7512_1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 4 ago. 2017.

GUEDES, Viviane Marques. **A enunciação editorial**: o procedimento opinativo da imprensa pessoense frente ao embate eleitoral 2004 em João Pessoa. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/guedes-viviane-enunciacao-editorial.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

GRUSZYNSKI, Ana. Jornal Impresso: Produto Editorial Gráfico em Transformação. In: INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 33. **Anais...** Caxias do Sul, set. 2010. Disponível <em www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0125-1.pdf>. Acesso: 24. Ago. 2016.

HJARVARD, Stig. Miatização: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-44, jan./jun. 2014. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/82929/85963>>. Acesso: 03. Set. 2016.

ITURRALDE, Micaela. Una metodología histórico-semiótica para el análisis de los itinerarios discursivos del diario Clarín ante el terrorismo de Estado (1975-1985). In: Jornadas de Jóvenes Investigadores del Centro de Estudios Históricos, 2. **Anais...** Universidad Nacional de Mar del Plata, Buenos Aires, 2017. Disponível em: <<http://humadoc.mdp.edu.ar:8080/handle/123456789/340>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

LASSWELL, Harold D. Estructura y función de La comunicación en la sociedad. In: MORAGAS SPÁ, Miquel. **Sociología de la comunicación de masas**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1985. Disponível em: <<http://www.periodismo.uchile.cl/talleres/teoriacomunicacion/archivos/lasswell.pdf>> Acesso em: 2 nov. 2017.

LIPPMANN, Walter. A natureza da notícia. In: STEINBERG, Charles S. (Org). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1966, p.186-198.

LONGHI, Raquel. Opinião e diagramação. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 115-124, jun. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2247>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MAIA, Maurício. Censura, um processo de ação e reação. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas**. São Paulo: EDUSP, 2002, p. 469-511.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

MARRE, Jacques. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná. Cascavel: Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 1991, p.1-19.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MATOS, Heloiza (Org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo, Página Aberta, 1994.

MATTELART, Armand e Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo, 1997.

NORA, Pierre. O regresso do acontecimento. In: LE GOFF, Jacques. **Fazer História**. São Paulo: Bertrand, 1974.

_____. O Retorno do Fato. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. **Novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4. ed. São Paulo: Unicamp, 1995.

O GLOBO. **Manual de redação**. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. **A construção do acontecimento histórico: o discurso do Jornal O Estado de S. Paulo sobre a Guerra de Canudos e sobre as comemorações do seu centenário**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - EDUFBA, Bahia, 2015.

PINTO, Céli Regina. Elementos para uma análise do discurso político. **USC**, p. 87-118, 2006. Disponível em: <<http://gajop.org.br/justicacidade/wp-content/uploads/analise-do-discurso.pdf?>>. Acesso em: 10 set. 2017.

PINTO, Milton José. **As marcas linguísticas da enunciação** esboço de uma gramática enunciativa do português. Rio de Janeiro: Numen, 1994.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, n. 6, 2005. p. 59-76.

RIBEIRO, Daiane Bertasso. **Jornalismo de revista e ethos discursivo**: as imagens de si nas capas e nos editoriais de Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/95065/000915905.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 set. 2017.

RODRIGUES, Adriano D. **Estratégias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1990.

RODRIGUES, Adriano D. O acontecimento. In TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: teorias, questões e estórias**. Lisboa: Veja, 1993. P. 27-33.

RODRIGUES, Adriano D. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice. **O jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo, 1997. p.217-233.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

ROSA, Ana Paula da. **Imagens-totens**: a fixação de símbolos nos processos de midiaticização. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UNISINOS, São Leopoldo, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3429>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Imagens em proliferação: a circulação como espaço de valor. Colóquio Semiótica das Mídias, 6, 2017. Japaratinga, UFAL, v. 6, n. 1. **Anais...** 2017. Disponível em: <<http://ciseco.org.br/anaisdocoloquio/index.php/edicao-atual/196-imagens-em-proliferao-a-circulacao-como-espaco-de-valor>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

SEBEEK, Thomas; SEBEEK, Jean Umiker. Você conhece meu método? In: ECO, Umberto; SEBEEK, Thomas. **O signo de três**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news**: a social history of American newspapers. New York: Basic Books, 1978.

SILVA, Ionio Alves da. **Argumentação no jornalismo opinativo**: um estudo da Coluna do Castello no período de 1963 a 1969. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014. Disponível em <www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4325> Acesso: 06. Ago. 2017.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. Dialogia e atorização: características do jornalismo midiaticizado. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Brasília, 11., Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2013. **Anais**. Universidade de Brasília, Brasília, nov. 2013. Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIENPJOR/paper/viewFile/2515/566>>. Acesso em: 20 set. 2016.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Porto: BOCC, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SPANNENBERG, Ana Cristina. Uma página para cada leitor: A edição gráfica na construção do discurso do jornal impresso e sua relação com o receptor. **BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior**, p. 1-19, Covilhã, 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/spannenberg-ana-uma-pagina-para-cada-leitor.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

STORCH, Laura. **O leitor imaginado no jornalismo de revista: uma proposta metodológica**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/55389>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

_____. **Construir el acontecimiento**. Paris: Les Editions de Minuit, 1981.

_____. La mediatización: curso dictado en la Facultad de Filosofía y Letras de La UBA. In: **Semiosis de lo Ideológico y del Poder**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1986.

_____. Esquema para el análisis de la mediatización. **Diálogos**, n. 48, p. 9-17, 1997. Disponível em: <https://comycult.files.wordpress.com/2014/04/veron_esquema_para_el_analisis_de_la_mediatizacion.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2018.

_____. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

_____. **La Semiosis Social 2: ideas, momentos, interpretantes**. São Paulo: Paidós, 2013.

VIZEU, Alfredo. Gilberto Freyre e os manuais de redação. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, PASCOM Metodista, v. 29, n. 50, p. 163-177, 2008. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/714>>. Acesso: 13. Nov. 2017.

APÊNDICE A - LISTA DE EDITORIAIS CONSULTADOS**O GLOBO**

A decisão da pátria. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964.

A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 30 mar. 2016.

À procura da luz no fim do túnel. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 1 jan. 2016.

Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 31 ago. 2013.

Apressar o *impeachment* não fere direito de defesa. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 4 ago. 2016.

Bolivarianos e Dilma se isolam na farsa do “golpe”. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 20 abr. 2016.

Chega de entregar o País ao comunismo! **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 18 jan. 1964.

Contagem regressiva para o *impeachment*. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 9 ago. 2016.

Devido ao momento histórico, O Globo circulará mais tarde. **O GLOBO ONLINE**, 12 mai. 2016.

Dilma entre o PT e a realidade do país e do governo. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 9 jan. 2016.

Discurso errado para ouvintes certos. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 8 fev. 1964.

É imperioso investigar toda denúncia. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 7 fev. 2016.

Educação não é laboratório do marxismo. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 5 fev. 1964.

Fotografia de Maria Tereza Goulart. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964.

Golpe ‘judicial’ em andamento na Venezuela. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2016.

Gravíssimas Denúncias. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 4 jan. 1964.

Impeachment mostra que Brasil não é Venezuela. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 15 maio 2016.

Lula e Dilma apostam tudo para tentar sobreviver. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2016.

Nação Unida às Forças Armadas. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964.

Não vai ter mesmo golpe. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 17 abr. 2016.

O tempo do *impeachment* corre contra o país. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 6 abr. 2016.

O verdadeiro golpe é o das “Diretas Já”. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 30 mar. 2016.

Onde estava a reação. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1964.

Para que jamais haja outro *impeachment*. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 1 set. 2016.

Perigosos sinais. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 20 fev. 1964.

Propostas do PT arruinariam de vez o país. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2016.

Ressurge a democracia. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964.

Se não, não!. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1964.

Um momento especial na luta contra a impunidade. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 10 mar. 2016.

Um passo para o *impeachment*. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 19 abr. 2016.

Voluntarismo em torno do dinheiro das “pedaladas”. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2016.

FOLHA DE S. PAULO

1964. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 30 mar. 2014.

Cai a última bandeira. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 26 mar. 2016.

Comício. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 7 mar. 1964.

Comício-provocação. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 13 mar. 1964.

Compasso de espera. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 4 abr. 2016.

Dizer o óbvio. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 27 mar. 2016.

É o fim. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 17 mar. 2016.

Expurgos. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 4 abr. 1964.

Falta pouco. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 4 ago. 2016.

Governo novo. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 1 set. 2016.

Impeachment, não. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 19 mar. 1964.

Não se move. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 17 jan. 2016.

Nem Dilma nem Temer. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 3 abr. 2016.

O Ano das Reformas. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 2 jan. 1964.

Padrinho às avessas. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 1 mar. 2016.

Para quê? **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 14 mar. 1964.

Perfil da beleza. Fotografia de Maria Teresa Goulart. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 15 mar. 1964.

Poucas esperanças. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 1 jan. 2016.

Pressa, sem atropelo. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 8 mar. 2016.

Progresso, mas pouco. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 5 jan. 1964.

Radicalização. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 6 mar. 1964.

Recuperar, desarmar. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 15 mai. 2016.

Reformas e Congresso. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 17 mar. 1964.

Revolução definitiva. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 12 abr. 1964.

Salve-se quem puder. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 27 fev. 2016.

Tática “fubanga”. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 17 fev. 2016.

Um esforço de definição. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 25 jan. 1964.